

**Universidade Federal do Paraná – UFPR**

**NEGROS NO CAMPO DAS ARMAS: HOMENS DE COR NOS CORPOS  
MILITARES DAS MINAS SETECENTISTAS (1709-1800)**

Curitiba

2012

LEANDRO FRANCISCO DE PAULA

**NEGROS NO CAMPO DAS ARMAS: HOMENS DE COR NOS CORPOS  
MILITARES DAS MINAS SETECENTISTAS (1709-1800)**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre no Programa de  
Pós-graduação em História da Universidade  
Federal do Paraná, na Linha de Pesquisa Espaço e  
Sociabilidades sob a orientação do Prof. Dr. Luiz  
Geraldo Silva

Curitiba

2012

Catálogo na Publicação  
Aline Brugnari Juvenêncio – CRB 9ª/1504  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Paula, Leandro Francisco de

Negros no campo das armas: homens de cor nos corpos  
militares das minas setecentistas / Leandro Francisco de  
Paula. – Curitiba, 2012.

104 f.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Geraldo Silva

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências  
Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Desenvolvimento institucional. 2. Negros – Minas Gerais.  
3. Minas Gerais – História – Séc. XVIII. 4. Minas Gerais – Milí-  
cia – Séc. XVIII. I. Título.

CDD 981.51




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,  
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.  
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

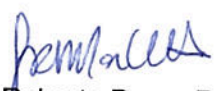
### PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de Leandro Francisco de Paula, intitulada: **Negros no campo das armas: homens de cor nos corpos militares das Minas Setecentistas (1709-1800)**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, vinte e sete de fevereiro de dois mil e doze.

  
Prof. Dr. Luiz Geraldo Santos da Silva (Orientador)  
Presidente da Banca Examinadora

  
Prof. Dr. Ricardo Tadeu Calves Silva (UNESPAR)  
1º Examinador

  
Prof. Dr. José Roberto Braga Portella (UFPR)  
2º Examinador

## AGRADECIMENTOS

*Primeiramente, agradeço a Deus.*

*Agradeço também a meu orientador, Luiz Geraldo Silva, por ter me ajudado nessa longa caminhada e me amparado nas dificuldades.*

*Aos meus pais, por terem me aturado por todos esses anos de estudo e me dado força nas horas difíceis.*

*Aos meus irmãos, Célio, Selma, Elizângela e Sélia, por me darem bons exemplos a seguir.*

*Ao Fernando Prestes de Souza, grande amigo e praticamente irmão.*

*A Priscila de Lima, minha amiga e namorada de Fernando. Vamos mochilar muito ainda!*

*Ao André de Souza Carvalho, amigo que tem filosofias de vida semelhantes às minhas.*

*Aos amigos que sempre me ajudaram com pensamento positivo, como a Flávi, Christy, Michele, Tati, Alan, Lara, Bru, Fred, Nando, Sula, Deby, Luiza, Randi, Gil, entre outros (me perdoem se esqueci de alguém, estou fazendo isso em cima da hora =p)*

*Aos companheiros da minha banda Rock Beer Society: João, Alexandre e Ademir.*

*À CAPES, por ter financiado este trabalho e meu intercâmbio de 2007.*

*À Fundação Araucária, por financiar minhas idas ao Rio de Janeiro e a Belo Horizonte.*

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>V</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>VI</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>VII</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1. O nascimento de uma sociedade do ouro no Mundo Atlântico</b>	
1.1 A descoberta, a exploração e os caminhos do ouro no nascimento de Minas Gerais.....	8
1.2 O medo e a insegurança em Minas Gerais.....	14
1.3 A coroa se aproxima: administração em Minas Gerais no século XVIII.....	24
Os homens de cor nas Minas setecentistas.....	28
<b>2. Homens de cor nos corpos militares de Minas Gerais</b>	
2.1 Antes da reestruturação: corpos militares em Minas Gerais no século XVIII.....	34
2.2 Necessidade de reestruturação militar: a Carta Régia de 1766.....	41
2.3 O impacto da Carta Régia de 1766 na sociedade mineira.....	46
2.4 Os homens de cor e a guerra Luso-castelhana.....	51
2.5 O envio dos 4 mil recrutas ao palco do conflito.....	55
<b>3. A serviço de Sua Majestade: homens de cor nos corpos militares reestruturados</b>	
3.1 Hierarquias, postos e funções: institucionalização das milícias negras de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII.....	71
3.2 O gradual estabelecimento dos <i>outsiders</i> : militares de cor nos círculos sociais das Minas Setecentistas.....	87
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>99</b>

## RESUMO

O foco desse estudo é o gradual processo de institucionalização pelo qual passaram as milícias negras no decorrer do século XVIII em Minas Gerais. Tal processo pode ser entendido como mais um elemento de transformação que ocorreu no interior de uma configuração histórica específica. Minas Gerais é vista nesse trabalho como uma região que nasceu num determinado momento em fins do século XVII, se desenvolveu e se transformou num dos principais centros econômicos do Estado do Brasil. No decorrer do mencionado século, portanto, com a institucionalização das milícias negras da capitania, os soldados de cor passaram gradualmente de um estado de *outsiders* para o de estabelecidos. Em fins do Setecentos, por conta dessa atuação no campo militar, muitos desses homens já participavam dos principais círculos sociais de Minas Gerais.

Palavras-chave: milícias negras; Minas Gerais; institucionalização.

### **ABSTRACT**

This study focus on the institutionalization process which the black militias of Minas Gerais has passed during the eighteenth century. This process can be understood as an element of transformation that has occurred within a specific historical configuration. Minas Gerais is seen in this study as a region that was born at a given time in the late seventeenth century, it developed and became one of the main economic centers of the State of Brazil. In the course of that century, therefore, with the institutionalization of the black militia, black soldiers gradually passed of a state of outsiders to the established. At the end of the eighteenth century, these men have participated in the main social circles of Minas Gerais.

Keywords: black militia; Minas Gerais; institutionalization.



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Capitânicas mais populosas do Estado do Brasil em 1776.....	28
Tabela 2 – Mapa das Milícias das Minas Gerais em agosto de 1765.....	70
Tabela 3 – Terços de Pretos de Pardos de Minas Gerais em 1775.....	72
Tabela 4 – Milícias de cor de Minas Gerais em 1787.....	73
Tabela 5 – Quadros hierárquicos das Milícias Negras de Minas Gerais em 1787.....	75
Tabela 6 – Estado Maior das milícias negras de Minas Gerais em 1800.....	77
Tabela 7 – Oficiais de Patente das milícias negras de Minas Gerais em 1800.....	78
Tabela 8 – Mapa dos Oficiais Inferiores das Milícias Negras de Minas Gerais em 1800.....	79
Tabela 9 – Tambores, Pífanos e Soldados dos Regimentos de Pretos e Pardos de Minas Gerais em 1800.....	80
Tabela 10 - Estado Efetivo e Completo das milícias negras de Minas Gerais de 1800.....	81
Tabela 11 - Companhia de Infantaria de Caçadores de Vila Rica de 1º de outubro de 1799.....	82
Tabela 12 – Principais postos das milícias negras de Minas Gerais em 1799.....	83
Tabela 13 - postos inferiores, Tambores, Pífanos, Soldados, Estado Efetivo das tropas e Estado Completo das milícias negras de Minas Gerais em 1799.....	84

## **INTRODUÇÃO**

### **I – Temática**

O foco desse estudo é o gradual processo de institucionalização pelo qual passaram as milícias negras no decorrer do século XVIII em Minas Gerais. Tal processo pode ser entendido como mais um elemento de transformação que ocorreu no interior de uma configuração histórica específica. Minas Gerais é vista nesse trabalho como uma região que nasceu num determinado momento em fins do século XVII, se desenvolveu e se transformou num dos principais centros econômicos do Estado do Brasil. Ao mesmo tempo, por conta da exploração do ouro e das outras atividades comerciais existentes na região, se tornou, no setecentos, a capitania com o maior contingente de escravos da América portuguesa. Minas também adquiriu o status de capitania mais populosa da América portuguesa nos século XVIII. A região passou a ter, no setecentos, uma grande quantidade de homens livres de cor em sua população, perdendo somente para Pernambuco nesse quesito. Partindo desse princípio, o processo de institucionalização das milícias negras deve ser visto como mais um elemento pertencente às inúmeras transformações sociais, econômicas e culturais que ocorreram na capitania de Minas Gerais no decorrer do segunda metade do século XVIII. Desde os primeiros assentamentos humanos naquela região, passando pela criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, em 1709, até o final do século XVIII, questões de segurança interna estiveram presentes e preocuparam as autoridades e os demais elementos do tecido social que compunha a sociedade mineira Setecentista. Durante todo o mencionado século, homens de cor atuaram constantemente nas tropas a eles destinadas e foram a principal força militar responsável pela defesa da capitania contra seus *inimigos internos*, ou seja, negros aquilombados, escravos fugidos e indígenas hostis. Na segunda metade do século XVIII, conflitos nas partes meridionais da América portuguesa obrigaram as autoridades a utilizarem as milícias negras também no combate aos *inimigos externos*, os espanhóis. A institucionalização das *black militias* de Minas Gerais se deu no interior desse quadro. Estudar as instituições militares, portanto, não representa a realização de um exercício isolado da compreensão da vida social na América portuguesa, mas é a busca de um entendimento mais amplo acerca destas sociedades.

## II – Os soldados de cor no Mundo Atlântico

Muitos historiadores se debruçaram sobre a questão dos milicianos pardos nas Américas. Peter Voelz, por exemplo, se debruça sobre o grande impacto que as sociedades do Novo Mundo sofreram com a presença cada vez mais constante de homens de cor em corpos militares no século XVIII.<sup>1</sup> Ben Vinson III também tem feito estudos muito interessantes sobre os homens de cor nos corpos militares do México colonial. Em seu livro, *Bearing arms for his majesty: the free-colored militia in colonial Mexico*, trata da formação, institucionalização e das transformações nas milícias negras do México Colonial. De fato, o historiador demonstra que desde a conquista do México (1519-1521), houve o emprego de gente de cor na função militar. Já no início do século XVII, as autoridades do vice-reinado buscaram medidas na direção da institucionalização destes corpos militares.<sup>2</sup> No Caribe espanhol, as milícias tinham o papel de combater inimigos internos. Contudo, a presença constante de corsários e piratas vindos das mais diversas regiões da Europa também constituíam grande ameaça. Na segunda década do século XVII, companhias de comércio de origem batava e britânica passaram a cometer assaltos sistematicamente nas possessões espanholas na América. Tal fato acelerou a institucionalização das *black militias* hispano-americanas; após 1670, tais milícias passaram por um aumento significativo no número de corpos, o que demandou uma maior organização destes por parte das autoridades. A institucionalização pressupunha o uso de fardas e a criação de leis específicas para as milícias, como a relativa ao *fuero militar*.<sup>3</sup> Tal como na América portuguesa, as milícias negras hispano-americanas passaram por nova reestruturação na segunda metade do século XVIII. Essa reestruturação veio na esteira das reformas borbônicas, as quais – como as reformas pombalinas de Portugal – estavam aliadas a um ideal ilustrado.

Na América portuguesa, a utilização de homens de cor no serviço das armas se deu primeiramente nas capitanias da Bahia e Pernambuco, nas batalhas travadas contra os

<sup>1</sup> VOELZ, Peter M. *Slave and soldier: the military impact of Blacks in the colonial Americas*. New York: Garland, 1993, pp. 3-9.

<sup>2</sup> Cf.: VINSON III, Ben. *Bearing arms for his majesty. The free-colored militia in Colonial Mexico*. Stanford: Stanford University Press, 2001, pp. 10-22; VINSON III, Ben. *Articular el espacio: el establecimiento militar de gente de color libre en el México colonial de la conquista hasta la independencia*. Callaloo. Vol. 27, nº 1, 2004, pp. 331-354; KLEIN, Herbert S. *The colored militia of Cuba...*, p. 18

<sup>3</sup> Cf.: LOKKEN, Paul. *Useful enemies: seventeenth-century piracy and the rise of pardo militias in Spanish Central America*. *Journal of Colonialism and Colonial History*. Vol. 5, nº 2, 2004; VINSON III, Ben. *Articular el espacio...*, pp. 335-339.

holandeses a partir de 1625.<sup>4</sup> Portanto, quando no início do século XVIII, se naquelas regiões as milícias negras já se encontravam consolidadas, em São Paulo e em Minas Gerais o processo de institucionalização das black milícias caminhava lentamente nesse sentido. Somente a partir da segunda metade do século XVIII, por conta da já mencionada intensa mobilização militar presente naquele período, houve uma aceleração do processo de institucionalização das milícias negras em São Paulo e Minas Gerais. Na segunda metade do século, portanto, os soldados de cor passaram a estar mais presentes na vida militar e social de ambas as capitanias. Herbert Klein, no seu artigo intitulado *Os Homens Livres de Cor na Sociedade Escravista Brasileira*, afirma que a participação na instituição militar proporcionaria aumento de prestígio status dos homens de cor, colaborando para mobilidade social destes no seio da sociedade da América portuguesa. Para ele, os soldados mais capacitados chegariam a oficiais e poderiam alcançar até mesmo algum papel relevante na sociedade colonial.<sup>5</sup> Com relação aos soldados de cor na sociedade mineira, Francis Albert Cotta dedicou um tópico de sua tese intitulada *No rastro dos Dragões: universo militar luso-brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas*. Nesse trabalho defendido em 2005, Cotta afirma que havia grande possibilidade de ascensão social por parte dos oficiais daquelas tropas compostas por homens de cor.<sup>6</sup> Nessa dissertação, nos debruçamos sobre as inúmeras questões que envolvem o ser militar de cor nas Minas Setecentistas. Refletimos sobre as ideias referentes a ascensão social e ganho de prestígio daqueles que faziam parte dos principais postos militares nas milícias negras. Também procuramos mapear as etapas do processo de institucionalização desses corpos militares no interior da configuração social específica que foi a capitania de Minas Gerais no decorrer do século XVIII.

### III – Escovando a contrapelo

Para tanto, utilizamos fontes diversas. Cartas trocadas entre as autoridades mineiras no século XVIII e que estão presentes no Arquivo Histórico Ultramarino - referente à Minas

<sup>4</sup> Cf.: MATTOS, Hebe Maria de C. “Black Troops” and hierarchies of color in the Portuguese Atlantic World: The case of Henrique Dias and his Black Regiment. *Luso-Brazilian Review*. Vol. 45, nº 1, pp. 6-29.

<sup>5</sup> KLEIN, Herbert S. Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 17, 1978.

<sup>6</sup> COTTA, Francis Albert. *No rastro dos Dragões: universo militar luso-brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte, 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais. Veja também: COTTA, Francis Albert. Os Terços de Homens Pardos e Pretos Libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII. In: [MNEME – Revista de Humanidades](#). UFRN – CERES, 2003; COTTA, Francis Albert. *Negros e mestiços nas milícias da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

Gerais – nos auxiliaram na busca incessante por informações que nos esclarecessem melhor os aspectos das estruturas das milícias negras da capitania. Vasculhamos boa parte da documentação que dizia respeito ao século XVIII à procura de dados, nomes, acontecimentos, notícias sobre os homens de cor nos corpos militares mineiros. Também consultamos a coleção de Marcos Carneiro de Mendonça, *Século XVIII, século Pombalino do Brasil*, a qual tem muita informação relevante sobre as ações do Marquês de Pombal e daqueles que o cercavam no contexto do Brasil durante o século XVIII. Para entender a reestruturação militar ocorrida na segunda metade do século XVIII, analisamos as cartas pessoais do Marquês do Lavradio, impressas pelo Instituto Estadual do Livro do Rio de Janeiro em 1978, *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1776)*. Para compreendermos a complexidade das relações sociais entre os governadores mineiros e o restante da sociedade de Minas Gerais, demos a devida atenção à coleção denominada *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais (1780)*, de João José Teixeira Coelho. Também utilizamos os *Documentos Interessantes Para a História e Costumes de São Paulo*. Apesar de esse acervo documental conter cartas e relatórios elaborados exclusivamente na capitania de São Paulo no decorrer dos séculos XVIII e XIX, nele puderam ser encontradas muitas informações sobre as ações militares no Estado do Brasil, inclusive aquelas ligadas a corpos militares compostos por homens de cor em Minas Gerais. Dados interessantes para a elaboração dessa dissertação também foram coletados tanto na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* quanto na *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Também tivemos a oportunidade de consultar manuscritos originais - da Biblioteca Nacional - que nos auxiliaram na elaboração desse trabalho; como o *Livro de Registro das Patentes Militares*, o qual contém nos seus registros detalhes importantes sobre indivíduos que pertenceram às milícias negras das Minas Setecentistas; Também consultamos as *Cartas de Dom Antonio de Noronha* - também manuscritos originais divididos em dois volumes, contendo inúmeras correspondências trocadas entre Dom Antônio de Noronha e outras autoridades da América portuguesa. A coleção *Termo de Mariana*, impressa em 2004 pela Universidade Federal de Ouro Preto, serviu como uma interessante fonte complementar que nos ajudou a compreender algumas questões relevantes relacionadas às câmaras mineiras no século XVIII. Analisamos também algumas fontes das coleções *Casa dos Contos* e *Câmara Municipal de Sabará*, do *Arquivo Público Mineiro*. Foram utilizadas fontes manuscritas e digitalizadas dessas coleções. Tivemos a preferência por analisar correspondências trocadas entre oficiais pertencentes às milícias negras no decorrer do século

## XVIII.

**IV – O trabalho em si**

O trabalho é dividido em três capítulos. O primeiro, cujo título é *O nascimento de uma sociedade do ouro no Mundo Atlântico*, procura traçar um panorama da formação da sociedade mineira como um todo. Num primeiro momento, tratamos da formação de Minas Gerais desde as descobertas de pedras preciosas no seu interior, passando pelas aberturas de caminhos pelos quais circulavam pessoas de distintas categorias sociais, encerrando na exploração do ouro propriamente dita. Também damos ênfase ao processo endêmico que se tornou a violência na capitania no Setecentos. No século XVIII, Minas Gerais estava repleta de quilombos, para os quais boa parte dos escravos fugidos iam para se livrarem do cativeiro. Tais locais despertavam tanto medo nas mentes dos habitantes da capitania quanto a existência de grupos de indígenas hostis, os quais atacavam os diversos povoados existentes em Minas. Somado a isso estão as revoltas, rebeliões. O medo da morte estava sempre à espreita. A insegurança constante pedia cada vez mais a presença da coroa com seus instrumentos de coerção social. Nesse capítulo, também apresentamos os componentes administrativos da coroa portuguesa em Minas Gerais. Com isso, buscamos apresentar a forma como se deu a instalação do aparato burocrático na capitania e qual o papel dos governadores, camaristas, juízes, entre outros oficiais régios, no exercício do controle social, econômico e político da capitania. Na última parte desse capítulo, fazemos uma análise da presença de indivíduos livres, libertos e cativos de cor na capitania no decorrer do setecentos. Explora o tráfico de escravos para Minas Gerais, a presença de uma camada relevante de livres e libertos na região, além de trazer informações acerca de como se dava o convívio desses homens com os setores sociais compostos por brancos.

O segundo capítulo, cujo título é *Homens de cor nos corpos militares de Minas Gerais*, tem seu foco na formação das milícias negras na capitania de Minas Gerais no século XVIII. Neste capítulo, apresentamos a estrutura militar mineira presente antes da reestruturação ocorrida na década de 1770. Assim, trazemos questões relativas à formação das tropas de primeira linha, dos corpos de auxiliares e das ordenanças em Portugal, as quais foram transpostas para a América portuguesa – dando destaque ao andamento desse processo em Minas Gerais. Analisamos também a Carta Régia de 1766, documento importantíssimo que continha ordem direta da coroa com o intuito de executar a total reestruturação militar na América portuguesa. A missiva foi enviada para todas as capitanias e tinha entre seus

ordenamentos a formação dos Terços de Pretos e Pardos em Minas Gerais. O então governador da capitania, Luís Diogo Lobo da Silva tentou cumprir com as ordens existentes na carta à sua maneira, o que acarretou em inúmeros descontentamentos por parte de alguns segmentos sociais de Minas Gerais.

O terceiro capítulo dessa dissertação, se intitula *A serviço de Sua Majestade: homens de cor nos corpos militares reestruturados*. O capítulo que fecha esse trabalho analisará mais de perto a reestruturação militar ocorrida na segunda metade do século XVIII na capitania de Minas Gerais. Neste capítulo, demos destaque ao conflito entre Portugal e Espanha, ocorrido nas partes meridionais da América portuguesa, e a utilização de soldados de cor nesse contexto. O governador de Minas Gerais à época da dita guerra era Dom Antonio de Noronha, responsável pela reestruturação militar ordenada pelo rei na Carta Régia de 1766. Noronha regulou as tropas, as ampliou e formou os Terços de Pretos e Pardos. Tinha o dever de defender tanto a sua capitania quanto auxiliar na guarnição do Vice-Reino no Rio de Janeiro. Além disso, por ordem do então vice-rei, o Marquês do Lavradio, teve de enviar um grande número de recrutas – 4 mil homens de cor – para o palco da guerra. Sempre pressionado pelo vice-rei, o governador tinha de tomar todas as providências necessárias para conseguir cumprir as ordens para ele impostas. Também buscamos demonstrar como se deu o processo de institucionalização das milícias negras nas Minas Setecentistas na segunda metade do século XVIII. Procuramos compreender como se deu a evolução dos postos, hierarquias e a complexificação desses corpos militares no decorrer desse período. Por último, apresentamos casos de sujeitos que pertenciam aos altos cargos nos corpos militares de Minas Gerais e que ao mesmo tempo faziam parte de uma camada social privilegiada na capitania. Muitos participavam dos principais círculos sociais desta Adquiriam sesmarias, subiam nos cargos militares - como Francisco Alexandrino e Joaquim Pereira da Silva, ambos capitães de Terços de Pretos e Pardos.

Nesse sentido, é notório o fato de terem surgido, nas fontes por nós consultadas junto ao Arquivo Histórico Ultramarino, um maior número de requerimentos de oficiais pardos após a reestruturação militar da segunda metade do século XVIII na capitania de Minas Gerais. Comparando e cruzando os diversos requerimentos desses militares, pudemos perceber uma certa mobilidade social apresentada por esses sujeitos. As fontes pertencentes à coleção *Casa dos Contos*, do Arquivo Público Mineiro, nos possibilitou analisar casos de oficiais de cor que trocavam correspondências com as autoridades mineiras e que pertenciam

aos principais círculos sociais da capitania na segunda metade do século XVIII. Analisando as correspondências, pode-se perceber como esses indivíduos de cor adquiriram um sentimento de pertencimento às milícias negras, ao mesmo tempo que passaram a fazer parte de uma vasta rede de solidariedade. Tal rede proporcionava aos soldados de cor facilidades em executar seus intentos. Ou seja, ao mesmo tempo que percebemos uma mudança na configuração social das Minas Setecentistas na segunda metade do século XVIII, também observamos a formação de um *habitus* social específico concernente aos sujeitos que faziam parte das milícias negras.



## **1. O NASCIMENTO DE UMA SOCIEDADE DO OURO NO MUNDO ATLÂNTICO**

### **1.1 A descoberta, a exploração e os caminhos do ouro no nascimento de Minas Gerais**

O nascimento de Minas Gerais se deu com a descoberta do ouro. No século XVII, em meio às investidas dos bandeirantes no interior do Brasil, à procura de indígenas para escravização e metais preciosos, os relatos sobre descobertas de jazidas aumentavam. Alguns desses relatos afirmam que ainda na primeira metade do século XVII, algumas jazidas teriam sido encontradas entre Iguape e Paranaguá. Na região que posteriormente seria chamada de Minas Gerais, o ouro só teria sido encontrado no final do mencionado século.<sup>7</sup> Segundo Sérgio Buarque de Holanda, desde 1691 se falava com insistência das minas de ouro que se encontravam no interior de São Paulo.<sup>8</sup> Era o que bastava para que se iniciasse uma intensa migração para a região que seria posteriormente denominada Minas Gerais.

Levas humanas partiram para aquelas terras tanto de Portugal quanto da própria Colônia. Em função da exploração dos minérios encontrados, o espaço econômico teve de ser reorganizado, bem como novos centros dinâmicos e novas linhas de força surgiram na América portuguesa e na própria metrópole. Além do mais, uma rápida urbanização se iniciou logo após a chegada dos primeiros assentamentos humanos em Minas Gerais, no início do setecentos.<sup>9</sup>

Essa nova sociedade que se formou de maneira acelerada em meio à aventura e ao risco, teve muitos problemas como resultado desse processo. Entre os principais obstáculos estavam as dificuldades de abastecimento e a alta dos preços dos alimentos na região. Não foram poucas as pessoas que morreram nas crises de fome que se sucederam naquelas terras no início do século XVIII.<sup>10</sup> Nesses primeiros anos de povoamento em Minas Gerais, havia

---

<sup>7</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Metais e pedras preciosas.” In: *História Geral da Civilização Brasileira – A época colonial – Administração, economia, sociedade*. Vol. 2, Tomo 1. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960, p. 255; RUSSELL-WOOD, A. J. R. O Brasil colonial: o ciclo do ouro, c. 1690-1750. In: BETHEL, Leslie (Org.). *América Latina colonial*. Trad. Mary. A. L. de Barros & Magda Lopes. São Paulo: Edusp/FUNAG, 1999, pp. 471-525.

<sup>8</sup> HOLANDA, *op. cit.*, p. 263.

<sup>9</sup> PAULA, João Antônio de. A mineração de ouro em Minas Gerais do século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Vol. 1, Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 283.

<sup>10</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

uma intensa e descontrolada circulação de pessoas de todos os tipos sociais. A coroa necessitava controlar a região mineradora, impedindo o contrabando de ouro, gado, escravos e outras mercadorias. Era muito difícil para as autoridades conseguirem dominar aquele espaço. Tanto é que boa parte das regiões mineiras daquele começo de século XVIII poderiam ser definidas como locais “sem lei e sem rei”. Os problemas de abastecimento agravavam esse quadro. A carência de gêneros foi resultado de inúmeros fatores. Dentre eles, o já citado número elevado de pessoas que se conduziam para Minas, a concentração dos esforços na prática mineradora e as dificuldades de transporte. Houve duas grandes crises intensas de fome entre os anos de 1697-1698 e 1700-1701. Nesses anos difíceis, muitos povoados chegaram a ser completamente abandonados.<sup>11</sup> A falta de víveres fazia os preços se elevarem. Segundo João Antônio Andreoni - o qual sintetizou o quadro anárquico dos primeiros anos de exploração dos minérios em seu *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, obra impressa em Lisboa em 1711 - os preços eram “tão altos e tão correntes nas Minas”, de forma que os moradores daquela região padeciam de “grande carestia de mantimentos”.<sup>12</sup>

A carestia e as crises de abastecimento influenciaram no processo de dispersão do povoamento de Minas Gerais. O deslocamento de pessoas em diversos espaços daquela região consequentemente fez com que caminhos fossem criados. Ligando as diversas partes, vendas, roças, estalagens e capelas surgiram nos entroncamentos dos caminhos mineiros. Tais suportes infra-estruturais tornaram-se, com o tempo, arraiais movimentados; alguns deles originaram as primeiras Vilas e os núcleos urbanos mais importantes.<sup>13</sup>

Com relação aos interesses da coroa, era necessário policiar o complexo de caminhos, trilhas e veredas formadas. Daí decorre a emergência da rede de interditos que procurava impor os direitos da metrópole sobre o território. Nesse sentido, iniciou-se já naquele período um sistema de tributação ligado aos caminhos mineiros. Instalaram-se, em Minas Gerais, as “Passagens” e os “Registros”. Nas passagens, pagava-se a peagem, ou pedágio, e nos Registros pagavam-se os impostos sobre escravos, gado e cargas de secos e molhados.<sup>14</sup>

A descontrolada imigração de pessoas para a região mineira obrigou a coroa a praticar

<sup>11</sup> ANASTASIA, Carla Maria Junho. Guerras, sedições e motins. Introdução. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 526.

<sup>12</sup> ANDREONI, João Antônio (Antonil). *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* [1711]. 3ª ed., São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982, p. 169-171.

<sup>13</sup> RESENDE, M. E. L. Itinerários e interditos na territorialização das Geraes. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 30.

<sup>14</sup> *Ibidem.*, p. 31.

medidas restritivas com relação ao livre acesso às minas. O *Regimento dos Superintendentes, Guarda-mores e mais oficiais, deputados para as minas de ouro*, de 1702, tentava proibir o trânsito de pessoas e mercadorias pelo caminho de São Francisco. A única exceção era relativo ao comércio de gado, visto a mencionada dificuldade de abastecimento dos primeiros assentamentos da região. Os que infringissem as determinações de tal regimento seriam punidos de maneira severa.<sup>15</sup>

Em carta escrita pela coroa portuguesa em 7 de fevereiro de 1701, se proibira a comunicação da capitania de Pernambuco com a região que posteriormente seria chamada de Minas Gerais. A ordem era para houvesse uma grande fiscalização por parte das autoridades no que dizia respeito à circulação de mercadorias que partissem daqueles sertões para o interior de Pernambuco. Qualquer irregularidade que houvesse nesse sentido deveria ser denunciada, mesmo que tal denúncia fosse feita de forma anônima. Ao final da carta, a coroa portuguesa reafirma com destaque: “que pelos Cabos dos Sertões se impeça com toda a vigilância esta comunicação”.<sup>16</sup>

Sobre essa mesma questão, um documento escrito em 1706 pelo então governador-geral do Estado do Brasil, Luís César de Meneses (1705-1710), em forma de relatório e dirigido ao rei d. Pedro II (1648-1706), exprime a tentativa de convencer o monarca a acabar com a interdição do caminho do São Francisco. O governador acreditava ser impossível impedir a entrada e saída de pessoas de Minas Gerais, por conta da vastidão do território. Segundo ele, haviam diversos caminhos pelos quais paulistas e pessoas providas de outras regiões adentravam nas terras mineiras. O manuscrito, denominado *Das Villas de São Paulo para o rio de São Francisco*, segundo Maria Efigênia Lage de Resende, proporciona uma ideia de como era intensa a movimentação de pessoas naquelas terras; segundo ela, o manuscrito aponta também o fato de terem surgido inúmeros caminhos utilizados para se chegar aos principais pontos de exploração de pedras preciosas em Minas Gerais. Segundo a historiadora, o documento faz uma descrição sobre os caminhos que ligavam Minas a São Paulo e ao Rio de Janeiro, dando destaque para a facilidade em atravessá-los. Além disso quantidade de caminhos seria tão imensa que era praticamente impossível realizar qualquer tipo de controle da entrada e saída de indivíduos em Minas Gerais.<sup>17</sup>

<sup>15</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 34.

<sup>16</sup> ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. VOL. XXVIII. Rio de Janeiro, 1908. *Informação Geral da Capitania de Pernambuco (1749)*, p. 200.

<sup>17</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 34

Portanto, com base nessa documentação, a historiadora afirma que uma pessoa que morasse em São Paulo ou outra paragem, conseguiria facilmente, partindo da região mineira, alcançar e se refugiar na própria casa. Com relação aos moradores de Minas que desobedecessem as leis, por mais graves que fossem as penas, tinham a destreza de se embrenhar nos matos, além de serem hábeis em se deslocar por entre as regiões de mais difícil acesso, pelas quais poderiam buscar, de qualquer ponto, o Caminho Geral do Sertão. Por esses motivos, o governador-geral acreditava que havia uma facilidade em se contrabandear ouro pelo referido caminho.<sup>18</sup>

Além do contrabando do ouro, outras práticas consideradas ilegais surgiram à medida que a exploração das jazidas foram se intensificando. Até mesmo existiram algumas casas de cunhagem e de fundição ilegais em Minas. As primeiras falsificavam moedas de ouro, principalmente dobrões, os quais eram extremamente valorizados. As segundas fundiam barras de ouro não-tributado.<sup>19</sup> Havia também a prática de adulteração do pó de ouro, a qual era praticada muitas vezes por escravos. Introduzia-se estanho ou outros metais nesse tipo de falsificação. Contudo, tais atividades ilegais não eram tão lucrativas quanto o transporte ilegal de ouro das minas para as cidades portuárias. Em 1719, estipulou-se uma lei segundo a qual não se podia transportar para fora de Minas Gerais ouro que não fosse fundido. Para burlar tal lei, algumas pessoas transformavam o ouro em pó em utensílios domésticos, correntes, braceletes e objetos religiosos.<sup>20</sup> As metas das autoridades mineiras passaram a ser, então, controlar a mineração e fiscalizá-la, para que se evitasse o extravio daquelas riquezas. Precisava-se, também, aumentar a produção. Para tanto, necessitava-se de melhorias nas técnicas de mineração.<sup>21</sup>

Com relação à produção aurífera de Minas Gerais, esta teve três principais momentos: entre 1700 e 1735, houve a descoberta, consolidação e crescimento da produção; a segunda etapa é aquela do auge da produção, entre 1735 e 1755; a terceira etapa se inicia em 1755, e é marcada pela queda da extração do ouro a partir desse ano. O ápice da produção se deu entre 1750 e 1755. Após o “boom” da descoberta, a produção passou de 1.470 kg anuais, em média, para 4.410 kg anuais entre 1700 e 1710; outro grande salto na produção se deu entre 1730 e 1739: 9.000 kg anuais para 14.134 kg.<sup>22</sup>

---

<sup>18</sup> *Idem.*, p. 45.

<sup>19</sup> RUSSEL-WOOD, *op. cit.*, p. 514.

<sup>20</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>21</sup> *Idem.*, p. 504-505.

<sup>22</sup> PAULA, *op. cit.*, p. 295.

Entre 1735 e 1751, houve a implantação do sistema de tributação do ouro de Minas Gerais denominado capitação. Instituída em 10 de julho de 1735, consistia em exigir de todo morador de Minas, fosse ou não fosse minerador, o pagamento de certa quantia de ouro, segundo uma tabela pré-estipulada. O peso do ouro era comumente medido em oitava - que equivalia a 3,585 gramas, e arroba - equivalente a 1500 quilos do metal precioso, aproximadamente. De acordo com a tabela, cada escravo deveria contribuir com 4 oitavas e  $\frac{3}{4}$  de ouro anualmente. Cada loja grande precisaria pagar 24 oitavas; lojas médias e vendas, 16 oitavas pagas a cada ano. 8 oitavas eram exigidas das lojas pequenas. A partir de 1751, estipulou-se o pagamento de 100 arrobas anuais fixas por parte dos mineiros. Tal tipo de cobrança denominava-se Quinto. Sistema semelhante já havia sido empregado anteriormente em Minas Gerais, o qual fora substituído pela capitação.<sup>23</sup>

As estimativas relativas à produção aurífera para o período da capitação (1735-1750) têm relação direta com a quantidade de escravos utilizados na mineração e da produtividade média deles. No entanto, há complexidade nessa afirmativa, pois havia uma tendência a se sonegar informações quanto ao número de escravos empregados em tais atividades, burlando-se, assim, a capitação.<sup>24</sup> Contudo, não se pode negar que a presença cada vez maior de mão-de-obra escrava na capitania contribuiu significativamente para o aumento da produção do ouro no século XVIII. Não é à toa que Minas Gerais se tornou, no século XVIII, a capitania com maior contingente de escravos da América portuguesa.

Segundo Marco Antônio Silveira:

*A descoberta das jazidas auríferas significou, para a metrópole, a possibilidade de superar sua crise comercial por meio do acúmulo de ouro. Aliás, apesar dos óbices sempre presentes, o Brasil setecentista foi palco, graças ao ouro, de uma prosperidade global desconhecida até então: o crescimento demográfico, acompanhado de um surto urbano, o alargamento geográfico e o aumento do meio circulante resultaram na expansão tanto do mercado interno quanto do tráfico negreiro.*<sup>25</sup>

Minas Gerais tinha em seu vasto território um fluxo constante de gente de todos os tipos e de todas as partes, provindas dos inúmeros caminhos que se interligavam e que

<sup>23</sup> *Idem.*, p. 291-292.

<sup>24</sup> *Idem.*, p. 296.

<sup>25</sup> SILVEIRA, Marco Antônio. *O Universo do Indistinto*. Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808). São Paulo: Hucitec, 1997, p. 44.

conectavam as diferentes regiões. No século XVIII, tornou-se a capitania mais populosa da América portuguesa, resultado das grandes levadas migratórias de sujeitos que buscavam o enriquecimento naquelas terras mediante a exploração aurífera ou em atividade que de alguma forma estivesse relacionada com a produção de ouro. O aumento da produção aurífera no século XVIII tinha relação com o aumento do número de escravos empregados na atividade de extração. Se o contrabando do ouro caminhava lado a lado com a sua produção, o acréscimo de cativos na região mineira contribuía para o surgimento de cada vez mais quilombos de negros fugidos. Da mesma forma, a ocupação dos espaços, os assentamentos humanos e as entradas nas matas em busca de novas jazidas, resultava em cada vez mais choques com populações de indígenas hostis. Se Minas Gerais nasceu com a descoberta e a exploração do ouro, ela se tornou uma configuração histórica específica e extremamente complexa, dotada de diversos contrastes de todos os tipos. Aqueles que se atreviam a habitar tal região, conviviam com o medo da morte repentina, da pobreza e da fome. Tratavam-se de riscos a se correr por conta do enriquecimento imediato, tão desejado pela maioria daqueles homens.

## **1.2 O medo e a insegurança em Minas Gerais**

Era extremamente instável a vida em Minas Gerais no início do século XVIII. Havia um número muito reduzido de famílias legalmente constituídas numa sociedade cuja predominância era de homens. A prostituição foi uma prática generalizada em razão da presença reduzida de mulheres brancas na região nos primeiros anos do setecentos, o que configurou uma sociedade muito diferente daquela formada na região açucareira, a qual tinha seu alicerce no patriarcalismo. Tornou-se motivo de preocupação das autoridades a ausência de laços familiares. Por esse motivo, houve uma promoção do casamento como forma de buscar estabilizar, normatizar e enraizar a população para melhor controlá-la.<sup>26</sup>

A violência foi aspecto marcante nos primeiros anos em Minas Gerais e que perdurou durante todo o século XVIII. Para Russell-Wood, a presença de grandes agrupamentos de escravos fugidos, a localização geográfica da capitania – que dificultava qualquer ajuda

<sup>26</sup> ANASTASIA, Carla Maria Junho. Guerras, sedições e motins. Introdução. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 525.

militar – e a pressão da mineração foram fatores que se combinaram para, nas palavras do autor “imbuir a vida em Minas Gerais de insegurança, tensão e estresse que beiravam a paranoia”.<sup>27</sup> Segundo Carla Maria Junho Anastasia, ainda nos primeiros anos de povoamento da região já havia esse problema de falta de segurança:

*Já em 1699, nos primeiros momentos do povoamento das Minas, o rei de Portugal escrevia ao governador do Rio de Janeiro, comentando os “roubos e malefícios cometidos nas estradas pelos negros fugidos”, os quais se reuniam nas serras e, à noite, desciam armados aos caminhos, colocando em pânico os viajantes. Da mesma forma agiam os bandos armados e os malfeitores, tornando imprevisível a ordem social nas Minas. Deve-se ressaltar que os conflitos, as desordens e a rebeldia estão geralmente presentes em áreas de grande densidade populacional, e a aventura da mineração foi um convite às disputas, aos desentendimentos e aos enfrentamentos.*<sup>28</sup>

A violência, os riscos diários, o medo, contribuía para a formação de ideia negativa acerca daquelas terras. Um dos momentos mais críticos do início do século XVIII em Minas Gerais foi o episódio conhecido como guerra dos emboabas (1707-1709). O conflito se deu entre os paulistas, primeiros que haviam chegado às minas para explorá-las, e os emboabas, forasteiros originários do litoral ou da metrópole. Os primeiros tinham fama de aventureiros que adentravam as matas e que tinham a capacidade de sobreviver por anos somente se alimentando de caças do mato, bichos, cobras, lagartos, frutas bravas e raízes.<sup>29</sup> Chegaram antes a Minas Gerais e tornaram-se estabelecidos naquela região, de sorte a se considerarem com mais direito do que quaisquer outros a explorarem as cobiçadas jazidas. Acharam-se no direito de apelidarem os que vieram de São Paulo de “emboabas”, palavra de origem tupi que significava pinto calçado, ou seja aquele que usa calçado. Era como chamavam a todos aqueles que não eram paulistas, numa alusão à condição de forasteiro, em oposição a ideia de descobridor.<sup>30</sup>

<sup>27</sup> RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 184.

<sup>28</sup> *Ibidem.*, p. 526.

<sup>29</sup> SOUZA, L. M. *O Sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do Século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 114.

<sup>30</sup> ROMEIRO, Adriana. A Guerra dos Emboabas: novas abordagens e interpretações. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 535.

Os paulistas eram dotados de uma identidade cultural formada no decorrer de dois séculos. Monteiro afirma que, ao contrário dos habitantes de outras regiões, nas quais a escravidão negra predominou e impulsionou as atividades agrícolas e comerciais, os paulistas desenvolveram formas distintas de organização e tornaram-se, eles próprios, uma força de trabalho.<sup>31</sup> No entanto, eram dependentes do apresamento indígena de cativos guarani, atividade que cresceu de maneira proporcional à expansão da agricultura comercial do planalto.<sup>32</sup> Em geral, falavam a língua de origem indígena, possuíam práticas culturais mestiças e pautavam-se por um código de valores assentado em ideais de bravura e honra.<sup>33</sup> De acordo com Adriana Romeiro:

*Tudo isso havia concorrido para aflorar neles o sentimento tão vivo de ser diferente, de pertencer a um grupo específico, imbuído de um nativismo exaltado, no qual despontava o orgulho de ser paulista. Isolados pela Serra do Mar, desligados dos circuitos da economia açucareira e voltados para o apresamento de índios, os homens da vila de São Paulo dos Campos de Piratininga organizavam-se em clã e parentelas que disputavam entre si a honra e o prestígio social, associados diretamente às virtudes da coragem e da bravura.*<sup>34</sup>

Os paulistas, estabelecidos, ocupavam os primeiros cargos administrativos em Minas Gerais no início do setecentos. Os poucos cargos que haviam faziam de seus ocupantes gozarem de um poder imenso, como é o caso da função de superintendente do ouro, responsável pela distribuição das lavras.<sup>35</sup> Já os forasteiros chegavam à região rapidamente, superando em número os descobridores paulistas. Estes não escondiam seu desprezo pelos seus concorrentes; Já os forasteiros rebatiam a estigmatização lançada pelos rivais acusando-os de selvagens, dotados de modos rudes e mestiços, os quais viviam suados desferindo tiros e espalhando medo entre os moradores dos arraiais. Segundo Laura de Mello e Souza, a estigmatização com a qual antes os paulistas eram revestidos, com o tempo – sobretudo por conta da Guerra dos Emboabas - passou a estigmatizar também o conjunto da população de Minas Gerais. Para ela:

<sup>31</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 57.

<sup>32</sup> MONTEIRO, *Idem.*, p. 58.

<sup>33</sup> ROMEIRO, *op. cit.*, p. 536.

<sup>34</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>35</sup> *Ibidem.*, p. 540.



*Os vícios e virtudes paulistas passaram a ser atribuídos também aos mineiros. Na região aurífera, dizem as fontes, estabeleciam-se “seminários facinorosos” e os paulistas “sem temor de Deus nem respeito às leis, vivem como feras e morrem como brutos, carregados de homicídios voluntários, roubos e insolências”, sem “poder que os sujeite nem razão que os convença”.<sup>36</sup>*

Conflitos armados entre os grupos dos paulistas e forasteiros passaram a ocorrer com frequência. As autoridades tentaram controlar a situação, sem obterem sucesso prontamente. Os emboabas, então, aclamaram Manuel Nunes Viana como governador de Minas, em dezembro de 1708.<sup>37</sup> A criação do governo ia contra os interesses dos paulistas na região. Seguiram-se tentativas de desarmamento e expulsão dos paulistas nos arraiais dominados pelos emboabas. Houve certa resistência. Todavia, os conflitos não foram intensos nem sangrentos. A única exceção foi o episódio no qual Bento do Amaral Coutinho comandou a execução de paulistas indefesos que haviam se escondido nas matas em Arraial Novo, na região do Rio das Mortes.<sup>38</sup>

A coroa teria de arranjar uma forma de acabar com aqueles conflitos. Em maio de 1709, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho se tornou governador do Rio de Janeiro. Cabia a ele dar cabo aos desentendimentos. Viajou até Minas Gerais com uma escolta de apenas 12 homens. Segundo Charles Boxer, o governador já tinha em mente não utilizar da força para dar fim naquele episódio.<sup>39</sup> Chegando ao Caeté, enviou uma mensagem a Manuel Nunes Viana, ordenando-lhe sua saída de Minas Gerais. O emboaba tinha até três dias para cumprir com aquela ordem feita em nome do rei. Nunes Viana retirou-se para suas propriedades do rio São Francisco sem resistência.<sup>40</sup>

Segundo Adriana Romeiro:

*Depois de conceder perdão geral aos envolvidos, o novo governador não disfarçou sua simpatia pelos emboabas, nomeando-os para os principais cargos políticos das vilas recém-criadas, apesar de seguir com ordens expressas do*

<sup>36</sup> SOUZA, Laura de Mello, *op. cit.*, p. 154.

<sup>37</sup> SOUZA, Laura de Mello, *op. cit.*, p. 121.

<sup>38</sup> ROMEIRO, Adriana, *op. cit.*, p. 543.

<sup>39</sup> BOXER, C.R. *A idade de ouro do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 99.

<sup>40</sup> *Idem. Ibidem.*

*Conselho Ultramarino para reconciliar os dois partidos. A composição entre emboabas e paulistas revelou-se uma ilusão, e os paulistas, espantados da estrutura administrativa, retiraram-se para seus arraiais, enquanto muitos, desgostosos, lançaram-se aos novos descobrimentos, na região de Goiás e Mato Grosso.<sup>41</sup>*

O novo governador conseguiu acabar com as rivalidades naquele momento. Entretanto, não podemos dizer que a paz vingou em Minas Gerais no restante do século. No setecentos, a capitania esteve sempre sob a iminência de alguma revolta, sublevação, ameaça externa. Além das revoltas, como a de 1720<sup>42</sup>, a de 1736<sup>43</sup>, e a Inconfidência Mineira de 1789<sup>44</sup>, havia os inúmeros problemas internos, as fugas de escravos e a consequente formação de quilombos e mocambos, os ataques de grupos indígenas hostis e a criminalidade cotidiana.

Segundo Stuart Schwartz, os mocambos representavam uma ameaça à estrutura econômica e social do regime escravista.<sup>45</sup> Para o historiador, a principal tática empregada contra esses ajuntamentos de escravos fugidos consistia em destruí-los e matar ou reescravizar seus habitantes.<sup>46</sup> O problema dos quilombos e mocambos era sintomático em toda a América portuguesa desde o início do século XVII. A historiografia cita o caso do Quilombo dos Palmares como o mais emblemático desse século. Por mais de duas décadas as autoridades tentaram destruir aquele amontoado de comunidades formadas por escravos fugidos na segunda metade do século XVII na Bahia. Palmares somente foi vencido em 1694, em batalha que durou quase um mês; o grande ajuntamento de negros foi subjugado por uma tropa de quase 6 mil homens chefiados pelo mestre de campo Domingos Jorge Velho.<sup>47</sup> Desde o início

<sup>41</sup> ROMEIRO, Adriana, *op. cit.*, p. 546.

<sup>42</sup> De acordo com Alexandre Torres Fonseca, a sedição de 1720 foi um movimento dos potentados locais de Minas Gerais, em sua maioria portugueses, que procuravam manter seu poder diante da tentativa do Conde de Assumar, então governador de Minas, em consolidar definitivamente o mando da coroa portuguesa na região. Cf: FONSECA, Alexandre Torres. A Revolta de Felipe dos Santos. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Vol. 1, Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

<sup>43</sup> Carla Maria Junho Anastasia aponta o levante de 1736 como “um movimento que se iniciou em São Francisco, em razão da tentativa de lá se implantar a cobrança da taxa de capitação, como forma de pagamento do quinto do ouro”. Cf: ANASTASIA, Um exercício de auto-subversão: rebeldes facinorosos na Sedição de 1736. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Vol. 1, Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

<sup>44</sup> Sobre mais informações acerca da Inconfidência Mineira de 1789, conferir: MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa : a inconfidência mineira : Brasil-Portugal-1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Há também trabalhos mais recentes como o de FURTADO, João Pinto. *Inconfidência Mineira: crítica histórica e diálogo com a historiografia*, São Paulo, FFLCH-USP, 2000 (tese de doutoramento).

<sup>45</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 234.

<sup>46</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001, p. 233.

<sup>47</sup> LARA, Sílvia Hunold. Do singular ao plural. Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo:

do século XVIII, as autoridades de Minas Gerais temiam que quilombos e mocambos na proporção de Palmares surgissem naquelas terras.<sup>48</sup> A presença destes ajuntamentos de negros fugidos em Minas Gerais incomodou as autoridades no decorrer de todo o século XVIII. Houve um grande número deles no dito século, sendo que a predominância foram daqueles de pequeno porte e que eram constituídos por reduzido número de indivíduos. De acordo com o historiador Donald Ramos, esses quilombos das Minas Setecentistas funcionavam como imãs ao atraírem os escravos descontentes que trabalhavam nas suas proximidades. O que obrigava aos fazendeiros e mineradores pensarem neles regularmente.<sup>49</sup> Manter um pequeno grupo seria muito mais fácil que alimentar uma multidão. No caso de fuga, o deslocamento de pessoas não teria grandes problemas.<sup>50</sup>

Era constante o estado de desassossego em que a população vivia diante da existência dos quilombos. Ataques sistemáticos eram praticados contra viajantes nas estradas, às fazendas e as periferias dos núcleos urbanos. Havia o receio de que esses atos pudessem ocorrer a qualquer circunstância. Até mesmo escravos não estavam imunes aos perigos, pois muitos eram sequestrados com o intuito de ampliar o contingente populacional dos quilombos.<sup>51</sup>

Segundo Laura de Mello e Souza, a partir de 1740 criou-se o hábito de se constituir, com o apoio das câmaras e dos moradores, expedições bélicas que vasculhavam o sertão atrás de quilombos.<sup>52</sup> Entre 1741 e 1753, há uma série de relatos de crimes praticados por quilombolas e que foram registrados pelos governadores desse período. Essas fontes nos apresentam as formas como as autoridades agiam contra os negros aquilombados, bem como nos dá ideia de como se manifestava o temor dos habitantes de Minas com relação aos quilombos e aos ataques praticados por aqueles que deles faziam parte. Em 28 de março de 1741, Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, relatou que: “no distrito do Sertão de

---

Companhia das Letras, 1996, p. 86.

<sup>48</sup> GUIMARÃES, Carlos Magno. Mineração, Quilombos e Palmares: Minas Gerais no século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 157-160.

<sup>49</sup> RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 165.

<sup>50</sup> GUIMARÃES, Carlos Magno. Escravidão e quilombos nas Minas Gerais do século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, p. 441.

<sup>51</sup> *Ibidem.*, p. 453.

<sup>52</sup> SOUZA, L. M. Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombolas. Minas Gerais, 1769. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 193.

Cataguases se tem ajuntado grande quantidade de negros fugidos, os quais continuamente andam cometendo assassinatos, insultando fazendas e estradas”. O moradores de Minas não deixavam de se queixar pelos “excessivos roubos”. O governador ordenou, então, que “todos os capitães-mores e mais oficiais da milícia no dito distrito do Sertão do Cataguases [...] que tendo notícia de que os ditos negros [...] se acham arranchados ou em outra qualquer parte” que os prendessem e os amarrassem. E se estes negros resistissem à prisão, que “os tacarem fogo, obrigando-os a que se rendam por força das armas”. Se caso não houvesse resistência, o governador ordena: “os prendam sem que lhes façam mais dano”.<sup>53</sup>

Em alguns desses relatos aparece a figura dos capitães do mato, homens de cor cuja função era capturar escravos fugidos e enfrentar indígenas hostis. Nos ateremos mais a respeito desse assunto no segundo capítulo dessa dissertação. Em 2 de maio de 1742, o governador afirma que “na comarca do Rio das Mortes se acham vários quilombos de negros” e que seria preciso “acudir com pronto remédio aos insultos que fazem”. Ordena, então, a “José Jacinto Flores, que acompanhado dos capitães do mato com seus soldados, procurem invadir tais quilombos”, e que deveriam prender os negros de que estes se compunham.<sup>54</sup>

Em 4 de janeiro de 1743 não foi diferente: a ordem do governador era para atacar o quilombo do Campo Grande, prender os negros que lá se achassem e matar aqueles que resistissem à prisão.<sup>55</sup>

O próprio rei de Portugal, Dom João V (1707-1750) teve conhecimento do que se passava em Minas Gerais com relação ao imenso número de quilombos que haviam se formado na região e ordenou, através do secretário Alexandre de Gusmão, o extermínio total daquelas povoações formada por negros fugidos. Em uma carta remetida ao governador de Minas, o monarca afirma que viu uma representação feita pelos camaristas de São João del Rei em 20 de abril de 1743, e que nela os oficiais o informaram acerca da “inquietação em que hoje vivem os moradores dessas Minas, e os contínuos roubos e mortes que nelas fazem os negros fugidos”, e por isso a capitania teria de “dispender tudo o que for preciso de porção certa e anual aos capitães do mato, ou cabo maior, não só para continuamente desenfestarem as estradas destes [...] para dali saírem a destruir os quilombos dos negros que

<sup>53</sup> REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. VOL. VI. Belo Horizonte, 1959. *Quilombos em Minas Gerais (Documentos esparsos)*. Vila Rica, 28 de março de 1741. códice n. 69, fls. 22, p. 435.

<sup>54</sup> REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. VOL. VI. Belo Horizonte, 1959. *Quilombos em Minas Gerais (Documentos esparsos)*. Vila Rica, 2 de maio de 1742, códice n. 69, fls. 33V, p. 437.

<sup>55</sup> *Idem. Ibidem.*

frequentemente costumam roubar e matar os viandantes, visto que os meios que se tem aplicado para evitar estes insultos, tem sido ineficazes”.<sup>56</sup>

Porém, nem nos capitães do mato as autoridades podiam confiar. José Antônio Freire de Andrade, que sucedeu seu irmão no governo de Minas, em 1753 pediu ao “sargento mor das ordenanças desta comarca, Luiz Vaz de Siqueira Monrroy” que passasse à “Vila do Príncipe, onde mandará juntar as duas companhias da dita Vila, e da do distrito de São Gonçalo, e juntas todas as ditas três companhias” e delas tiraria “cem homens escolhidos com os quais marchará no dia de domingo, quatorze do corrente, pela meia noite, e botará cerco ao Arraial do Itambé e seus arredores, aonde prenderá à minha ordem todo negro fugido”, e entre eles os “capitães do mato, mulatos, mestiços e carijós, sendo estes dos que se retiraram dos córregos da demarcação Diamantina. E bem amarrados e seguros, os meterá na cadeia do Arraial do Tejuco, de que logo me dará parte”. Ordena também que “no caso que os ditos negros, capitães do mato, mulatos, mestiços e carijós se ponham em resistência, em tal caso lhe será permitido os matar”.<sup>57</sup>

Em 15 de abril de 1755, o governador ordenou que se fizesse rondas noturnas na região do Taquaral, onde negros aquilombados praticavam crimes. Os soldados deveriam se revezar nas patrulhas, vigiando e impedindo os crimes que os tais homens de cor cometiam naquelas redondezas.<sup>58</sup>

Até mesmo os homens de armas temiam por suas vidas, como é o caso do Cabo de Esquadra Manoel Lopes Saraiva. Segundo o governador, em carta do dia 29 de outubro de 1755, o soldado se achava destacado na guarda dos diamantes, quando teve o quartel atacado por quilombolas. Lopes teve uma perna quebrada, pois os negros “o encheram de flechas, e a seu camarada, deixando-os quase mortos depois de os haverem roubado, querendo lançar-lhes os dito quilombolas fogo na cavalaria” a qual “estava junta a casa em que sitiam, que era de capim”. O soldado pede então que se construa um quartel mais reforçado, com telhas, boas portas e uma chaminé, em razão do perigo ao qual ele e os outros homens de armas estavam

---

<sup>56</sup> REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. VOL. VI. Belo Horizonte, 1959. *Quilombos em Minas Gerais (Documentos esparsos)*. Carta de José Antônio Freire de Andrade. Vila Rica, códice n. 86, maço 25. p. 438-439.

<sup>57</sup> REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. VOL. VI. Belo Horizonte, 1959. *Quilombos em Minas Gerais (Documentos esparsos)*. Carta de José Antônio Freire de Andrade. Arraial da Gouveia, 11 de janeiro de 1753, códice n. 69, fls. 98, p. 442.

<sup>58</sup> REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. VOL. VI. Belo Horizonte, 1959. *Quilombos em Minas Gerais (Documentos esparsos)*. Carta de José Antônio Freire de Andrade ao capitão mor Antonio Ramos dos Reis. Vila Rica, 15 de abril de 1755, códice n. 107, fls. 178v, p. 444.

expostos.<sup>59</sup>

Como se vê, o problema era endêmico e de longo prazo e se arrastou por todo o século XVIII. Dom Antônio de Noronha, governador de Minas Gerais entre 1775 e 1780, também teve de elaborar medidas para combater quilombos. Em carta de 9 de janeiro de 1777, informa ao Juiz de fora de Mariana acerca de 15 negros que haviam sido apreendidos no quilombo do Furquim, e o que se devia praticar com aqueles indivíduos. De acordo com o governador, em carta do dia 8 de janeiro de 1777, alguns capitães do mato o apresentaram “nove negros e cinco negras que haviam apreendido no quilombo do Furquim e que antes da prisão fizeram grande resistência com armas de fogo”. Os tais negros deveriam ser enviados à Junta da Justiça, sendo que aqueles que não se mostrassem revoltados poderiam ser soltos. E o governador continua a carta dizendo que “ao depois de vossa mercê lhes dar castigo que declara na sua carta. [...] [os] mandará entregar a seus donos e o mesmo praticará quanto aos que forem por vontade, dando-lhes primeiro o castigo que lhe parecer”. Com relação aos capitães do mato, a estes se deveria “pagar inteiramente os salários do regimento, salvo se eles se quiserem acomodar com menores quantias por que de outro modo se desanimam para as diligencias de sua origem”. Com relação às armas que traziam os homens de cor, o governador afirma que dará “a providência que me parecer justa na forma que Sua Majestade tem determinado aos governadores desta capitania pela carta régia de 24 de julho de 1711 e ordens posteriores”.<sup>60</sup>

Outro temor constante dos habitantes de Minas Gerais no setecentos era o de ataques realizados indígenas hostis. Em Carta direcionada a Dom Antônio de Noronha, de 31 de outubro de 1778, o capitão mor da cidade de Mariana, José das Pontes, relatou acerca de um grande alojamento no qual encontrou o “gentio”. Pediu, então, reforço de mais trinta homens para conseguir combater tal contingente:

*Meu Sr., O Capitão Antônio Pais de Almeida, que acompanhou a esquadra dos 30 homens para o Abre Campo, me participa em carta que inclusa ponho na presença de Vossa Excelência ter referida esquadra achado um grande alojamento do Gentio, não muito distante daquele presídio e por recear ser o*

<sup>59</sup> REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. VOL. VI. Belo Horizonte, 1959. *Quilombos em Minas Gerais* (Documentos esparsos). Carta de José Antônio Freire de Andrade ao cabo de esquadra Manoel Lopes Saraiva. Vila Rica, 28 de outubro de 1755, códice n. 69, fls. 144V, p. 445.

<sup>60</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Livro segundo das cartas que o Ill.mo e Ex.mo Sr. D. Antônio de Noronha, Capitão General da Capitania de Minas Gerais escreveu durante o seu governo que teve princípio em 20 de maio de 1776*. Códice, 02, 02, 024, n. 41, pg. 81.

*poder desigual, e acharem-se sem coletes, voltaram sem os ofender a dar esta parte. Como o dito gentio se acha a vista e o capitão assegura que com mais 30 capitães do mato se os poderá acometer, aprontando-se também alguns coletes, sendo Vossa excelência assim servido mandar. Seja-me feito lembrar a Vossa Excelência que para se porem os 30 homens prontos com brevidade, podem vir vinte do Termo do Caeté, por ter boas Esquadras do Mato, e eu aprontarei armas por estar este termo exausto; logo que tiver aviso de Vossa Excelência, e juntamente os mantimentos necessários para a munição. [...] A escolta que se acha em Abre Campo eu só amuniciei de pólvora e chumbo. Porém, lembram-me que as balas poderão ser mais úteis e para armar estes quando seja Vossa Excelência servido mandá-los, hei de necessitar delas e de pólvora. Para a Vossa Excelência, Lavrado Gama, 31 de outubro de 1778.<sup>61</sup>*

A carta do capitão Antônio Paes de Almeida, emitida ao capitão mor de Mariana, José das Pontes, traz alguns detalhes acerca do acontecido. Almeida diz que chegou naquela região com ordens de explorá-la. Antes de atingir o presídio de Mayupós, como lhe fora ordenado, topou com uma aldeia indígena. Segundo ele, nela constavam mais de 200 arcos. Vendo que o número do contingente que o acompanhava era muito menor que o dos inimigos, e que não tinha os devidos coletes que os protegessem, recuaram. O soldado afirma que o “número do gentio é grande pelos estragos que tem feito nos mantimentos destes presídios que tem colhido a maior parte de vinte alqueires de milho de planta, que os moradores lhes deixaram ao desamparo nestes sóis”. Às plantações que restaram, os indígenas queimaram, num fogo que ardeu por “oito dias a fio de noite e de dia, com a tal fumaça que parecia uma roça nova; e veio o fogo lavrando até bem perto deste presídio que de noite fazia um avultado clarão, e ainda continuaria senão viessem as chuvas, que o apagou”. Com veemência, o capitão afirma não ser possível “acometê-los com tão pouca gente e tão desprevenidos de coletes, que é ocasião deles ficarem vitoriosos e virem acometer este presídio de Abre Campo que é o único que não tem desertado pelo maior número que tem de gente”. Pois os moradores daquela região, segundo Almeida, não deixaram de cuidar de “suas fábricas de minerar que com tanto custo tem rompido sua grande cachoeira e agora é que principiavam a tirar ouro”. E continuando, diz:

---

<sup>61</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Livro terceiro das cartas que recebeu o illustríssimo Senhor D. Antônio de Noronha. Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais, que teve princípio em 28 de maio de 1775.*, Códice, 19, 3, 39, n. 87, pg. 103.

*como também não permite o tempo por ser de água que se molham as farinhas e mais as armas, coberturas e tudo o mais; e para dar nesta gente de sorte que se faça fruto é necessário outro provimento de sessenta homens capazes, e ao menos vinte coletes para romper a dianteira; que sem isso nada se faz, porque as retiradas são muito perigosas, pelas ciladas que costumam fazer que estas não há outro reparo mais do que os coletes que com eles avançam afoitos e desbaratam tudo, a vista do que o princípio da seca é que se pode dar nestes bárbaros, permitindo-o assim o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor General que agora neste tempo é gastar de balde e nada se faz e nem há petrechos com que se apronte a bandeira, por ter saído quase tudo para fora, que somente ficaram os sacos e alguns facões e uns tachos furados e algumas ferramentas quebradas que o mais tudo saiu que sem tornar a vir não é possível aprontarem bandeiras nem menos fazer-se exame de ouro. Enfim, Sr. Aqui fico esperando as ordens de Vossa Mercê. E já com pouco provimento de comestivo, e neste presídio não há em que se faça farinha por que somente tem uma perguiça [instrumento q soca farinha] que soca para todos; feijão não há nem para a planta por razão das secas passadas. Pedem-me os moradores deste continente represente a Vossa Mercê o grande vexame em que se vem para que Vossa Mercê faça a Sua Excelência [o governador] que os socorra na destruição deste gentio para se poderem os povos alargar nestas conquistas que prometem seus haveres e com muita largueza, por razão das muitas terras que tem e serem cabeceiras de todos os rios que desaguardam no Rio Doce; por não dilatar mais o portador, guardo mais para a vista que pessoalmente exporei a Vossa Mercê. Abre Campo. 25 de outubro de 1778.<sup>62</sup>*

A população de Minas Gerais, no geral, no setecentos, tinha medo da fome, dos crimes, do ataque de quilombolas e indígenas hostis. O sofrimento, a dor, o medo, caminhavam lado a lado com os habitantes da capitania. A coroa reconhecia as dificuldades pelas quais passava Minas Gerais, e durante todo o século XVIII as autoridades tentaram impor o domínio lusitano sobre aquelas terras.

---

<sup>62</sup> *Idem. Ibidem.*



### 1.3 A coroa se aproxima: administração em Minas Gerais no século XVIII

Ao longo do século XVIII, as autoridades portuguesas tentaram impor o controle sobre a capitania de Minas Gerais, instalando mecanismos de ordem fazendária, judiciária e militar.

Os sujeitos que tiveram maior importância na estrutura administrativa de Minas Gerais e que representavam o poder régio eram, sem dúvida, os governadores. Pela carta régia de 9 de setembro de 1709, criou-se a capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Na primeira metade do século XVIII, a região adquiriu suficiente relevo que se tornou impossível a apenas um governador controlar tanto São Paulo quanto Minas Gerais.<sup>63</sup> Em 1720, Minas foi separada de São Paulo e criou a capitania de Minas Gerais. No restante do setecentos, 15 governadores administraram a região, incluindo nessa contagem os interinos. Todos aqueles que passaram pelo governo da capitania aprenderam na prática que administrá-la não era tarefa fácil, pois a pressão das diversas camadas sociais que compunham aquela população com relação às decisões tomadas por seus respectivos governantes era realmente imensa.<sup>64</sup>

O primeiro governador da capitania de Minas Gerais recém separada de São Paulo foi D. Lourenço de Almeida (1720-1732). Esteve no governo da capitania por pouco mais de 10 anos. Entre as décadas de 1730 e 1760, a administração da região ficou praticamente nas mãos de dois sujeitos pertencentes à família Freire de Andrade: dois irmãos que receberam o título de Conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade e José António Freire de Andrade. Em 1763, António Alvarez da Cunha, o conde da Cunha, passou da função de governador interino da capitania para o importante cargo de vice-rei do Estado do Brasil. O substituto do conde da Cunha no governo de Minas Gerais foi Luís Diogo Lobo da Silva. Ficou no cargo até o ano de 1768, quando entrou no seu lugar José Luis de Meneses Castelo Branco e Abranches, o conde de Valadares, o qual permaneceu na função até o ano de 1773. Após um governo interino, em 1774 assumiu a função D. António de Noronha, e ficou nela até 1780. Entre 1780 e 1783, assumiu o cargo Rodrigo José de Meneses e Castro. Luís da Cunha Meneses o substituiu, ficando na função até 1788. Já o Visconde de Barbacena, Luís Antônio Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, ocupou o cargo entre 1788 e 1797. Bernardo José Maria Lorena e Silveira fechou o século no governo de Minas, administrando a capitania entre 1797 e 1803.<sup>65</sup>

<sup>63</sup> RUSSEL-WOOD, *op. cit.*, p. 485.

<sup>64</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>65</sup> COELHO, J.J.T. *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais* (1780). Belo Horizonte: Fundação

Esses governadores atuaram durante todo o século XVIII em nome do rei, tomando medidas para que fossem descobertas novas jazidas de ouro, administrando o aparato burocrático, tentando atenuar as tensões sociais. Procuraram também impor a ordem na capitania, aplicando pena aos que se sublevassem contra o poder régio. Da mesma forma, ordenaram ataques a quilombos, quando era preciso, além de colocarem homens no enfrentamento de grupos indígenas hostis, quando estes representassem ameaça à população mineira. Durante todo o setecentos, os governadores também atentaram para a exploração do ouro, procurando fiscalizar as áreas de extração e punindo aqueles que cometessem contrabando. Quando solicitados, por conta de alguma ameaça externa ou guerra contra algum país inimigo nas fronteiras da América portuguesa, estruturavam corpos militares e enviavam soldados para defenderem tanto a própria capitania de Minas Gerais quanto outras partes do Estado do Brasil.

Os governadores e capitães gerais eram os principais comandantes militares das capitanias. Nomeados pelo rei, tinham a obrigação de informar a todos os oficiais militares a respeito das armas e munições existentes na capitania de sua jurisdição; tinham também que tratar das questões concernentes à maneira de lidar com os indígenas; também deveriam visitar fortalezas e armazéns existentes na capitania, junto com o provedor da fazenda e o escrivão, bem como fazer o levantamento sobre o estado das instalações, equipamentos e reparos necessários; tinham a obrigação de passar revista nos habitantes da capitania, obrigando os que forem aptos a servir militarmente para que assim o fizessem; responsabilizar-se pela segurança da capitanias, entre outras questões militares e administrativas.<sup>66</sup>

O fim da Guerra dos Emboabas (1707-1709), proporcionou ao então governador da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, Dom Antônio de Albuquerque, o momento adequado para se criar as primeiras vilas. O seu intuito era conseguir um maior controle da região mineradora. Posteriormente, outra medida administrativa foi tomada em 6 de abril de 1714 pelo então governador, Dom Brás Baltazar da Silveira, o qual separou a região mineradora em três comarcas: Ouro Preto, com sede em Vila Rica; Rio das Velhas, com sede na vila de Sabará; e Rio das Mortes, com sede em São João Del Rei.<sup>67</sup> Ouro Preto era a menos extensa

---

João Pinheiro, 1994.(Coleção Mineiriana).

<sup>66</sup> SALGADO, Graça (Org.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, pp. 146 e 246.

<sup>67</sup> PIRES, Maria do Carmo. O termo de Vila de Nossa Senhora do Carmo/Mariana e suas freguesias no século XVIII. In: CHAVES, C. M. G. ; PIRES, M. C. ; MAGALHÃES, S. M.(Orgs.). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal*. Ouro Preto: UFOP, 2008, p. 26.

das três. No entanto, foi a que mais teve atenção da coroa na primeira metade do século XVIII. Em 1745, com a criação de seu bispado, a Vila do Ribeirão do Carmo, criada em 1711, passou a se denominar cidade de Mariana. A comarca, de Ouro Preto, então, foi dividida em dois termos, um sediado em Vila Rica e o outro em Vila de Ribeirão do Carmo. Termos se subdividiam em Arraiais, distritos ou continentes. As primeiras freguesias se desenvolveram em torno das atividades mineradoras ou agrícolas.<sup>68</sup>

A base da estrutura administrativa de Minas Gerais residia nas câmaras. Sediadas nas vilas e cidades, exerciam funções que hoje poderíamos classificar como executivas, legislativas e judiciárias. Inicialmente, as câmaras gozaram de grande autonomia, mas pouco a pouco foram se transformando numa simples extensão do governo da capitania. Funcionavam como um canal de diálogo entre os interesses locais e o poder central. Seus membros eram escolhidos pelo colegiado dos “homens bons”. Estes elegiam a cada três anos os que julgavam mais aptos a desempenhar os principais cargos camaristas.<sup>69</sup> De acordo com Álvaro de Araújo Antunes:

*Normalmente, eram eleitos três vereadores, um procurador e dois juízes ordinários, os quais se alternavam mensalmente no exercício das funções. Três listas eram compostas pelo ouvidor com os nomes dos mais votados e eram encerradas em três bolas de cera chamadas “pelouros”. Ano a ano, por volta de 8 de dezembro, um novo pelouro era aberto, permitindo que eleitos se revezassem na administração local.<sup>70</sup>*

Algumas vezes as eleições realizadas por esse sistema não eram cumpridas como se ordenava. Por conta disso, moradores de Vila Rica e da cidade de Mariana enviaram uma petição ao Rei D. João V no ano de 1746, na qual afirmaram que as leis das eleições para juízes ordinários, vereadores e juízes órfãos não estavam sendo cumpridas e exigiram providências.<sup>71</sup> Em 1756, os vereadores de Mariana leram uma ordem régia datada de 1726 que dizia que não poderia ser eleito vereador ou juiz ordinário homens mulatos, e também aqueles que não fossem casados com mulher branca ou viúvo dela.<sup>72</sup> Os vereadores reuniam-

<sup>68</sup> PIRES, *Idem.*, p. 27.

<sup>69</sup> ANTUNES, Álvaro de Araújo. Administração da Justiça nas Minas Setecentistas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, 173.

<sup>70</sup> ANTUNES, *op. cit.* p. 169-172.

<sup>71</sup> PIRES, *op. cit.*, p. 28.

<sup>72</sup> *Idem. Ibidem.*

se ordinariamente uma vez por semana para, geralmente, despacharem petições do procurador, requerimentos de licenças para vendas de ofícios, para pagamentos de serviços prestados à Câmara, para concessão de terrenos por aforamento, além de discutirem a respeito da organização e manutenção de obras que estivessem sido arrematadas em praça pública.<sup>73</sup>

Com relação à justiça, esta ficava a cargo dos ouvidores, das câmaras e da Junta de justiça em Vila Rica e Mariana, dois dos principais centros administrativos e urbanos da capitania.<sup>74</sup>

Sendo criada em 1731 e funcionando em Vila Rica, a Junta de Justiça tinha a função de apurar crimes praticados por soldados, além de providenciar as punições para rebeldes, homicidas, podendo levar à condenação de morte carijós, mulatos e negros. A Junta era presidida pelo governador e formada pelo provedor da fazenda, pelo juiz de fora de Mariana e por quatro ouvidores das comarcas. Com relação à função do ouvidor, Álvaro de Araújo Antunes afirma que:

*O ouvidor representava a segunda instância judicial no termo de Vila Rica, sendo responsável por conferir os processos julgados e apurar apelações e agravos contra sentenças judiciais passadas por juízes de primeira instância. Os ouvidores podiam ainda: atuar em primeira instância em determinadas causas; tirar devassas em caso de morte; compor as listas das pessoas eleitas para os principais cargos nas câmaras; promover “correições” nas vilas da comarca, estando atento às contas e aos procedimentos das câmaras.*<sup>75</sup>

Outro cargo de importância nas capitanias da América portuguesa era o de juiz de fora. Este era designado diretamente pelo poder régio. Desde 1731, Mariana contara com a presença de juizes de fora. Vila Rica chegou a solicitar nomeação para esse tipo de funcionário, porém não foi contemplada. De acordo com o alvará de 12 de julho de 1712, se houvesse ausência ou impedimento do ouvidor, o cargo seria ocupado pelo juiz de fora. Competia a ele julgar casos civis e criminais, estabelecer inquéritos, instaurar devassas, conhecer crimes de injúria verbal, presidir e dar audiência pública nas câmaras.<sup>76</sup>

Essa era, grosso modo, a malha administrativa que existia em Minas Gerais no século XVIII. No decorrer do século, inúmeros cargos foram criados e tiveram parte de suas funções

<sup>73</sup> PIRES, *idem.*, pp. 50-51.

<sup>74</sup> ANTUNES, *op. cit.*, p. 172.

<sup>75</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>76</sup> *Idem. Ibidem.*

modificadas. No entanto, a base do aparato burocrático se situava nas medidas administrativas realizadas nas câmaras e também nas ações organizadas pelo governador e capitão-general da capitania.

#### 1.4 Os homens de cor nas Minas setecentistas

Minas Gerais se tornou a capitania mais populosa da América portuguesa no decorrer do setecentos. Isso muito se deve a dois fatores principais: a ida de sujeitos das diversas partes da Colônia e da própria metrópole àquela região em busca da riqueza repentina que poderia ser proporcionada através da exploração de metais preciosos; e a presença cada vez maior de escravos africanos, os quais eram utilizados no serviço de extração dos metais preciosos, além de trabalharem nas lavouras de subsistência.

Entre os anos de 1701 e 1720, quase 300 mil escravos africanos desembarcaram nos portos brasileiros, a maioria deles destinados a abastecer de mão-de-obra a região mineira; entre 1720 e 1740, foram mais de 310 mil sujeitos. Nas próximas duas décadas, o número subiu para mais de 350 mil cativos desembarcados no Brasil.<sup>77</sup> Como podemos ver na Tabela 1, o historiador Dauril Alden nos traz algumas estimativas acerca da população da América portuguesa e sua distribuição nas capitanias mais populosas para o ano de 1776.

**Tabela 1 – Capitanias mais populosas do Estado do Brasil em 1776**

CAPITANIAS MAIS POPULOSAS DO BRASIL, 1776.		
Capitania	Número de habitantes	Porcentagem com relação ao número total de habitantes do Brasil
Pernambuco	239,713	15,4
Bahia	288,848	18,5
Rio de Janeiro	215,678	13,8
Minas Gerais	319,769	20,5

Fonte: ALDEN, Dauril. O período final do Brasil Colônia (1750-1808). In: BETHEL, Leslie (Org.). *América Latina colonial*. Trad. Mary A. L. de Barros & Magda Lopes. S. Paulo: Edusp/FUNAG, 1999, 529.

<sup>77</sup> ALDEN, Dauril. O período final do Brasil Colônia (1750-1808). In: BETHEL, Leslie (Org.). *América Latina colonial*. Trad. Mary A. L. de Barros & Magda Lopes. S. Paulo: Edusp/FUNAG, 1999, 529.

Ainda segundo as estimativas de Dauril Alden, o número total de habitantes da América portuguesa em 1776 se encontrava na faixa de 1,5 milhão de habitantes. Como se pode notar, segundo censo populacional analisado pelo mencionado historiador, em 1776, a população total da capitania de Minas Gerais era a maior da América portuguesa: 319,769 mil indivíduos, o que perfazia o equivalente a 20,5% do total de habitantes da Colônia no período. É importante mencionar que as capitanias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro também aparecem com uma taxa populacional relevante para o período, lembrando-se que nesses locais caracterizavam-se como regiões costeiras onde havia os mais importantes portos do Estado do Brasil, os quais eram os principais centros de exportação de gêneros básicos da América portuguesa. Juntas, essas regiões somavam quase 50% do total da população do Brasil, segundo as estimativas de Dauril Alden.<sup>78</sup>

O mesmo historiador trouxe números acerca da composição populacional de Minas Gerais entre os anos de 1772 e 1780: aproximadamente 76.700 brancos, 76.100 pardos e 167.000 negros cativos; essa última cifra significa pouco mais de 50% do total da população da capitania. Até aquela década de 1780, portanto, segundo Alden, o número de brancos ainda era um pouco superior ao de indivíduos livres de cor.<sup>79</sup> Para o ano de 1810, o historiador em questão trouxe outras estimativas: a capitania teria naquele ano, em sua composição social, 23,6% de brancos; 33,7% mulatos e negros livres; 40,9% de escravos; 1,8% de índios, ou seja, na passagem do século XVIII ao XIX, o número de indivíduos livres de cor havia superado em pouco mais de 10% o de brancos. Para o ano de 1814, Herbert Klein apresentou números semelhantes: a capitania teria naquele ano aproximadamente 83.700 brancos; 143.000 indivíduos livres de cor; 150.500 indivíduos escravos.<sup>80</sup>

Portanto, a presença de homens de cor em Minas Gerais sempre foi acima do normal, comparada com outras capitanias da América portuguesa. Se a maior parte da população de cor mineira era cativa, uma boa parcela conseguiu a condição de liberdade, principalmente por conta da quantidade de cartas de alforria que foram sendo entregues aos escravos desde o começo do século XVIII. Por exemplo, em 21 de abril de 1719, D. Pedro de Almeida, então governador de Minas, sentia-se inquieto com relação ao número de forros, estava “com receio

<sup>78</sup> ALDEN, Dauril. O período final do Brasil Colônia (1750-1808). In: BETHEL, Leslie (Org.). *América Latina colonial*. Trad. Mary A. L. de Barros & Magda Lopes. S. Paulo: Edusp/FUNAG, 1999, 529.

<sup>79</sup> ALDEN, D. The Population of Brazil in the Late Eighteenth Century: A Preliminary Study. In: *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 43, No. 2. (May, 1963), p. 196.

<sup>80</sup> KLEIN, Herbert S. Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 17, 1978, 36.

de ver esta país povoado de negros”.<sup>81</sup> Assim sendo, baixou um bando, que mandou publicar na Vila de São João del Rei, proibindo com veemência as cartas de alforria enquanto não houvesse ordem contrária da coroa. Em 28 de novembro do mesmo ano, informa ao rei através de carta que os negros livres, “que sem freio da escravidão, se vai aumentando com a liberdade que procedeu das alforrias, daqui passam a buscar meios de ajuntar cabedal, pondo vendas para melhor convidarem o concurso dos negros da sua nação”. E acrescenta: “pelo que respeita aos negros forros, se acham também em quantidade deles forros, e assim eles, como as negras, possuindo escravos e fazendas, ao que se se não acudir prontamente, terão pelo tempo adiante muita parte neste país”.<sup>82</sup>

Os homens de cor livres ou libertos conseguiram a ascensão social em Minas. Alguns acumularam fortunas significativas para a época, sendo que muitos desses permaneceram desconhecidos. Segundo Eduardo França Paiva:

*Homens e mulheres libertos, moradores das áreas urbanas das Minas, viveram entre a aproximação ao modus vivendi da elite colonial e as permanências culturais africanas e afro-brasileiras. No campo das devoções e práticas religiosas, isso fica bastante evidenciado. Ao mesmo tempo em que certos padrões de vida e valores culturais europeus passam a fazer parte do dia-a-dia e dos desejos dos forros, eles próprios acabam servindo também para camuflar práticas e representações africanas e mestiças. Além disso, o fato de uma forra, por exemplo, rogar a intercessão dos santos e a piedade de Deus, desejar ter sua alma encaminhada para o paraíso celeste, receber cerimônias e formalidades fúnebres idênticas aos brancos ou tornar-se senhor de escravos, não impediria de fomentar relações de solidariedade grupais. Aliás, mais que simplesmente solidariedade, não impossibilitaria que servisse de exemplo para os que buscavam maneiras de libertar-se do cativo e de melhor viver fora dele.*<sup>83</sup>

Sem dúvida, o sujeito social constrói a si mesmo através da própria ação. Esta é exercida de acordo com o papel do respectivo sujeito na sociedade.<sup>84</sup> No entanto, ao se estudar um grupo social específico, num dado recorte espaço-temporal, deve-se tomar cuidado para que não se superdimensione apenas uma perspectiva possível de análise. No caso da

<sup>81</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Negros e Quilombos em Minas Gerais. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1972, 107.

<sup>82</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>83</sup> PAIVA, E. F. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 514.

<sup>84</sup> THOMPSON, E. P. *The making of the English working class*. New York: Vintage Books, (1966). Prefácio.

população de cor em Minas Gerais no século XVIII, seria errôneo por parte do pesquisador dar muita ênfase nas ações de resistência desses indivíduos diante da escravidão.<sup>85</sup> Os homens de cor das Minas Gerais setecentistas, como indivíduos componentes dessa sociedade específica, nessa configuração social, estão envolvidos numa tensa rede de poder, em constante interdependência com os indivíduos do próprio grupo e com os de outros grupos sociais.<sup>86</sup>

Sem dúvida, no decorrer do setecentos, a categoria mais desfavorecida em Minas Gerais era constituída por escravos, porém, segundo Julita Scarano “sobretudo a partir da segunda metade do século, forros e mulatos, e mesmo brancos pobres, viviam precariamente”<sup>87</sup>, com exceção de alguns poucos que conseguiram adquirir algum tipo de riqueza ou bens. No mencionado século, os homens de cor eram a principal força de trabalho da capitania de Minas Gerais. A maior parte dos escravos se dedicava à agricultura, todavia a extração mineral marcava o cotidiano dos indivíduos, principalmente nos espaços urbanos, onde o fluir de pessoas de todos os tipos era constante.<sup>88</sup>

Os indivíduos livres de cor realizavam trabalhos de variadas categorias: eram carpinteiros, ferreiros, músicos, cozinheiros, alfaiates, entre outras atividades existentes nas diversas áreas da capitania. Nada impedia que escravos também exercessem essas funções.<sup>89</sup> Indivíduos livres de cor sociabilizavam-se com escravos, tanto em festas quanto nas próprias irmandades religiosas; esses grupos se relacionavam no cotidiano com sujeitos oriundos das diversas categorias sociais existentes nas Minas Gerais setecentistas. Portanto, a capitania em questão precisa ser analisada levando-se em conta toda essa complexidade social, com essas trocas de experiências entre sujeitos e interdependência recíproca.

Porém, é notório o fato de mestiços e mulatos serem estigmatizados em Minas Gerais no decorrer do setecentos. Isso ocorria, sem dúvida, por conta da herança da escravidão, que

<sup>85</sup> Para os trabalhos referentes a Minas Gerais que seguem esse tipo de perspectiva, podemos apontar os de Laura de Mello e Souza, em: MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª edição, 1986; e também Eduardo França Paiva, nos livros: PAIVA, E. F. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: ANNABLUME, 1995; e PAIVA, E. F. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

<sup>86</sup> Aqui utilizamos como referência teórica os conceitos de configuração social, interdependência social e *habitus*, de Norbert Elias: ELIAS, Norbert. Introdução. Ensaio Teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. In Elias, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, pp. 19-50; ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Tradução de Ruy Jurgman. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993; ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. São Paulo: Jorge Zahar Editores, 2001; ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1994.

<sup>87</sup> SCARANO, J. *Negro nas terras do ouro: cotidiano e solidariedade século XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 2002, p. 9.

<sup>88</sup> *Ibidem.*, p. 9-10.

<sup>89</sup> *Ibidem.*, p. 33.



fazia com que eles, mesmo que tivessem nascido na condição de livres, fossem vistos como um grupo muito próximo da condição de escravos. Ademais, como vimos, constituíam uma camada social que teve maior crescimento populacional na segunda metade do setecentos na capitania. Também o grande número de alforriados fazia com que mulatos e forros passassem a ter maior importância.<sup>90</sup> Muitos deles eram donos de escravos e participavam ativamente da vida artística local, construindo igrejas e as ornamentando, esculpindo santos, tocando instrumento musicais. Parte deles possuía lojas, cultivava cana e fabricava cachaça. Contudo, a economia de Minas era baseada na exploração de metais preciosos, e as atividades que os mulatos exerciam não podiam fazer frente aos ganhos daqueles que viviam da mineração. Consequentemente, o relativo sucesso dos grupos de cor servia para acentuar as rivalidades. As acusações de que os pardos eram os principais contrabandistas eram numerosas, bem como os boatos de que apoiavam quilombolas.<sup>91</sup>

Apesar da estigmatização dos homens de cor em capitania, não podemos descartar a ideia de que todos os grupos que constituíam a população mineira eram interdependentes e trocavam experiências sociais na configuração na qual viviam. Paiva nos dá uma ideia dos tipos sociais que poderiam ser encontrados na capitania já nas primeiras décadas do século XVIII:

*muitos dos construtores daquele tempo transitavam pelas mesmas ruas ou praças das vilas mineiras mais importantes. Um grande comerciante português de tecidos e artigos de luxo vindos da Europa; um ourives luso ou francês, provisionado pela câmara, responsável pela confecção de jóias e objetos utilitários em ouro e prata; representantes do reino e arrematantes das diferentes rendas da câmara em pleno exercício dos cargos; pequenos agricultores, moradores nos arredores, que comercializavam nas vilas parcela de sua colheita; tropeiros e caixeiros viajantes; traficantes e negociantes de escravos; capitães do mato e suas últimas apreensões; militares a cavalo, fardados e, também, descalços; religiosos e esmoleiros da Terra Santa; libertas ostentadoras de autonomia e de ouro; vendeiros e vendeiras de secos e molhados; escravos e escravas de ganho; negras de tabuleiro e quitandeiras com seus rebentos miúdos amarrados às costas e tantos outros, todos sob o olhar das Donas que sem poder sair às ruas, espiavam pelas janelas de suas casas ou assentadas nas “conversadeiras” de pedra, estrategicamente instaladas ao pé das ventanas de*

---

<sup>90</sup> *Idem.*, p. 29.

<sup>91</sup> *Idem. Ibidem.*

*sacristia.*<sup>92</sup>

Esses indivíduos coabitavam os mesmos espaços, disputavam posições na rede de poder, conferindo dinâmica nas configurações sociais nas quais viviam. E eram esses sujeitos que faziam parte das esquadras do mato, que enfrentavam quilombos, combatiam os agrupamentos de indígenas inimigos, adentravam nas matas em busca dos escravos fugidos e tinham seus serviços pagos de acordo com suas apreensões. Após a reestruturação militar da segunda metade do século XVIII, esses homens de cor estiveram presentes nos corpos militares, como as ordenanças de pé dos pardos, ou os terços de pardos e pretos. E foram esses indivíduos de cor que apresentaram uma considerável mobilidade social por conta de pertencerem a corpos militares na capitania de Minas Gerais na segunda metade do século. Essa parcela de homens de cor que faziam parte das milícias negras mineiras, no setecentos, compartilharam conhecimentos de maneira recíproca. Dessa forma, esculpiam o próprio *habitus* social, construído de maneira árdua, através do dispêndio de sangue e de suor.

---

<sup>92</sup> PAIVA, Eduardo França, *op. cit.*, p. 42.

## 2. HOMENS DE COR NOS CORPOS MILITARES DE MINAS GERAIS.

### 2.1 Antes da reestruturação: corpos militares em Minas Gerais no século XVIII

Após 1640, com a Restauração, a estrutura militar portuguesa sofreu intensas modificações. Uma força militar permanente deveria ser criada para defender o reino contra os inimigos que já há algum tempo detinham exércitos fixos. Tal efeito substituiria a prática da defesa militar baseada em hostes medievais.<sup>93</sup>

A estrutura militar em Portugal se dividiu, portanto, em três tipos específicos de forças: Os corpos regulares (tropas pagas ou de primeira linha), as ordenanças e os corpos de auxiliares. Os primeiros eram pagos pela Fazenda Real. Organizavam-se em terços e companhias cujo comando era exercido por fidalgos nomeados diretamente pela coroa.<sup>94</sup> Além de soldo, recebiam também, mesmo com considerável atraso, fardamento, armamento, farinha, azeite, capim, cavalos e assistência médico-hospitalar.<sup>95</sup> Cada terço era comandado por um mestre de campo. Em teoria, todos os soldados desse corpo militar deveriam dedicar-se exclusivamente às atividades militares.<sup>96</sup>

Os corpos de ordenanças foram criados por D. João III em 1549 e organizados conforme o Regimento das Ordenanças de 1570. Fariam parte das ordenanças toda a população masculina entre 18 e 60 anos que não pertencesse às outras forças militares existentes. Atuavam localmente e também não recebiam soldo. Permaneciam em suas atividades particulares e somente praticavam ações militares quando houvesse uma grave perturbação da ordem pública.<sup>97</sup> Eram conhecidos também como “paisanos armados”. O termo carrega em si a ideia de que os integrantes das ordenanças eram um grupo de homens sem instrução militar mas que mesmo assim eram utilizados militarmente em atividades de controle interno.<sup>98</sup>

<sup>93</sup> COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735-1777)*. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, p.17

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 18

<sup>95</sup> COTTA, Francis Albert. *No rastro dos Dragões: universo militar luso-brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte, 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, 109.

<sup>96</sup> COSTA, *op. cit.*, p. 18

<sup>97</sup> COSTA, *op. cit.*, p. 19

<sup>98</sup> COTTA, *op. cit.*, p. 17

O corpo de auxiliares foi criado em Portugal pelo Alvará de 7 de janeiro de 1645.<sup>99</sup> Segundo Francis Cotta, constituía uma força militar não remunerada e obrigatória a todos os súditos do reino. Tratavam-se de corpo militares deslocáveis que deveriam prestar serviço de apoio às tropas pagas. Também eram organizados em terços e companhias, assim como os corpos regulares. Eram exercitados e disciplinados para não só operar conjuntamente com as tropas regulares, mas também substituí-la caso fosse necessário.<sup>100</sup> Seus membros eram arregimentados segundo o local de origem.<sup>101</sup> Em tese, seus membros deveriam ser quaisquer homens aptos para o exercício do serviço militar. Entretanto, não ficavam ligados permanentemente ao serviço militar, como ocorria com os corpos regulares. Sua hierarquia, por sua vez, organizava-se da seguinte forma: mestres de campo, coronéis, sargento-mores, tenentes coronéis, capitães, tenentes, alferes, sargentos, furriéis, cabos de esquadra, porta estandartes e tambor.<sup>102</sup> Promoções eram obtidas com relação aos feitos militares dos promovidos que chegavam ao conhecimento da coroa. Poderia haver alguma promoção também para aqueles homens que pertencessem a redes clientelares distintas.<sup>103</sup> Havia uma série de privilégios adquiridos por aqueles sujeitos que pertenciam aos corpos de auxiliares. Dentre eles, a isenção de impostos. Contudo, em alvará de 1674, foram tirados alguns privilégios dessa força militar, pois os procuradores da Vila de Estremoz haviam denunciado ao rei o fato de muitos moradores daquela região pertencerem ao corpo de auxiliares, e utilizavam dessa condição para não contribuírem com os impostos.<sup>104</sup>

Esse tripé da organização militar portuguesa foi também utilizado na América portuguesa.

Assim como em Portugal, a força terrestre na América portuguesa era dividida em: tropa de primeira linha, ou tropa paga; as forças auxiliares e as ordenanças.<sup>105</sup> No Brasil, as tropas pagas atuavam principalmente nas fronteiras, geralmente em conflitos contra inimigos estrangeiros; também eram utilizados na defesa de locais importantes para a

<sup>99</sup> SILVA, José Justino de Andrade e. *Legislação Portuguesa compilada e anotada (1640-1647)*. Lisboa, Imprensa de F. X. De Souza, 1856, p. 271-272.

<sup>100</sup> COTTA, *op. cit.*, p. 19

<sup>101</sup> COTTA, *op. cit.*, p. 110

<sup>102</sup> COSTA, *op. cit.*, p. 18

<sup>103</sup> COTTA, *op. cit.*, p. 110

<sup>104</sup> SILVA, José Justino de Andrade e. *Legislação Portuguesa compilada e anotada (1641-1683)*. Lisboa, Imprensa de F. X. De Souza, 1857, p. 295.

<sup>105</sup> MELLO, Christiane F. Pagano de. A Guerra e o Pacto. A política de intensa mobilização militar nas Minas Gerais. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Org.). *A Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV / Bom Texto, 2004, p. 71.

administração do poder real, como por exemplo na guarnição da sede do vice-reino.<sup>106</sup> Como em Portugal, os auxiliares - bem como as ordenanças - deveriam possuir suas próprias armas e equipamentos. Eram separadas em regimentos de cavalaria e infantaria. Para participar de um regimento de cavalaria, o indivíduo deveria ser branco e possuir pelo menos um cavalo e um escravo. O último seria preciso para o tratamento do animal e para o auxílio do próprio cavaleiro. Todo aquele que não possuísse cavalo ou escravo seria transferido para a infantaria.<sup>107</sup>

No caso da América portuguesa, também havia uma série de privilégios para os membros dos corpos auxiliares. Segundo Francis Albert Cotta, tais sujeitos:

*gozariam de foro militar. Seriam isentos de contribuir com fintas, taxas e outros encargos ou tributos impostos pelas câmaras. Gozariam dos privilégios dos soldados pagos. Seriam isentos dos serviços a que eram obrigadas as ordenanças. Não se poderia tomar ou embargar-lhes casas, carros, bestas, estrebarias, pão, vinho, palha, cevada, galinhas, gado ou outros gêneros. Não seriam constrangidos a servirem em cargos públicos contra a vontade. Não seriam presos em enxovia.*<sup>108</sup>

Além desses corpos militares formados por homens brancos em Minas Gerais no setecentos, havia também outras forças terrestres compostas por negros. Desde o início do setecentos, os homens de cor participaram de grupos armados que tinham como intuito defender a capitania de Minas Gerais dos *inimigos internos*, os negros aquilombados e indígenas hostis, ou dos *externos*, os invasores estrangeiros que poderiam ameaçar as terras portuguesas. A coroa, por sua vez, sempre buscou regular esses corpos militares, impondo seu controle sobre eles. Como foi dito no capítulo anterior, a população branca de Minas Gerais tinha considerável temor com relação aos negros da capitania. O fato de existirem homens de cor armados somente alimentava tal pensamento, mesmo que tais indivíduos tivessem a função de ir à caça de escravos fugidos ou lutar contra indígenas hostis. Ou seja, por mais que se confiassem a estes sujeitos a segurança da capitania, ainda assim havia de se buscar formas de limitar de maneira considerável suas ações em prol da manutenção do controle total dos brancos em Minas Gerais.

Um exemplo interessante disso ocorreu na segunda década do setecentos. Em 1720,

<sup>106</sup> COTTA, *op. cit.*, p. 37.

<sup>107</sup> COTTA, *op. cit.*, 112

<sup>108</sup> *Idem.*, p. 111.

mais precisamente no dia 22 de janeiro, a câmara de Ouro Preto discutia formas de fazer com que os homens de cor da capitania não comercializassem nas regiões onde se realizava a extração de metais preciosos. Chegaram a estipular até uma multa pesada para quem praticasse tal delito.<sup>109</sup> Segundo Russell-Wood, essa proibição veio por pressão dos senhores de escravos, os quais estavam descontentes com o fato de muitos cativos que atuavam na mineração se distraírem com tais vendedores e vendedoras ambulantes – também escravos e escravas, em sua maioria – além de gastarem grandes quantias de dinheiro em bebidas e alimentos.<sup>110</sup> Caberia aos capitães do mato prenderem tais pessoas e as entregarem às autoridades. Contudo, estes últimos extrapolaram de tal forma essa prática de ir às caças dos negros que comercializavam produtos em território proibido que obrigaram aos camaristas a voltarem atrás na decisão. Isso ocorreu no mês seguinte, no dia 3 de fevereiro, em outra sessão, quando abriram um parágrafo nos termos de acordo do livro da câmara ordenando para que o carcereiro da Vila de Ouro Preto, João Ferreira Diniz, não recebesse pessoas que haviam sido presas por capitães do mato, caso essas tivessem sido pegas no delito de vendas em locais proibidos.<sup>111</sup> Ou seja, tudo leva a crer que os capitães do mato agiam de forma relativamente autônoma no que dizia respeito à prisão de indivíduos que estivessem praticando alguma atividade ilegal.

Os capitães do mato lideravam as esquadras do mato. Desde o princípio do século XVII, a patente de capitão do mato estava presente em outras capitanias da América portuguesa. Porém, segundo Sílvia Hunold Lara, somente a partir das primeiras décadas do século XVIII que essa função se afirmou.<sup>112</sup> Sua introdução em Minas Gerais ocorreu em 1715, pouco tempo depois do início dos esforços de colonização da região.<sup>113</sup> Mariana Dantas afirma ser provável que essa função tenha evoluído daquela do quadrilheiro, oficial de justiça que patrulhava e defendia sua paróquia, prendendo desordeiros e criminosos. Se em Portugal os quadrilheiros tinham sua função coercitiva ligada ao mau comportamento dos súditos em geral, na América portuguesa, a crescente preocupação com relação à fuga de escravos levou

<sup>109</sup> REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, ANO XXV, VOLUME II. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1938. *Livro 4 dos Termos de acordões da Camara de Ouro Preto (1716-1721)*. p. 124.

<sup>110</sup> RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 65.

<sup>111</sup> *Idem.*, p. 125.

<sup>112</sup> LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 299-300.

<sup>113</sup> DANTAS, Mariana L. R. Em benefício do bem comum: esquadras de caçadores do mato nas Minas setecentistas. In: LIBBY, Douglas Cole ; FURTADO, Júnia Ferreira. *Trabalho Livre, Trabalho Escravo. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, 258.

o cargo a uma maior especialização.<sup>114</sup> Temos uma visão diferente daquela apontada por Silvia Hunold Lara a respeito da figura do capitão do mato. A autora apresenta esse sujeito social quase como uma figura isolada e singular.<sup>115</sup> No entanto, como já falamos, os capitães do mato lideravam esquadras de homens do mato, o que significa que a sua força vinha principalmente do trabalho coletivo. Precisamos pensar, portanto, que o sujeito capitão das esquadras do mato tinha uma relação de interdependência com seus subordinados, ao contrário daquela ideia generalizada de que ele agia sozinho.<sup>116</sup>

Encarregados de vigiar e proteger sua freguesia, capturar escravos fugidos, combater indígenas hostis, os capitães do mato também tinham o direito de recrutar soldados e formar as esquadras de homens do mato, utilizadas nas campanhas contra os quilombos.<sup>117</sup> No entanto, essa força militar, composta de indivíduos de cor livres ou libertos, não recebia soldo. Em lugar de remuneração fixa, eram pagos por escravo capturado. Tal tipo de recompensa por serviços prestados abria brechas para algum tipo de fraude. Era muito comum, por exemplo, denúncias contra capitães do mato que retardavam o retorno de escravos para a exploração gratuita de seu trabalho, ou contra os capitães negligentes que somente se ocupavam da captura de escravos fugidos quando isso lhes convinha.<sup>118</sup> As autoridades mineiras, como os oficiais da câmara, precisavam estar atentos com relação a esses sujeitos.

Como foi dito, havia, portanto, a necessidade de se regularizar tais corpos militares para diminuir sua autonomia e evitar problemas maiores. Em 17 de dezembro de 1722, Dom Lourenço de Almeida, o então governador da capitania de Minas Gerais, assinou um documento cujo intuito era exercer o controle sobre esses corpos militares: o Regimento dos Capitães do Mato. O documento estipula algumas regras que deveriam ser seguidas pelos sujeitos que exerciam essa função. Nos primeiros parágrafos determina o soldo que eles receberiam pelas prisões de negros fugidos. O valor a ser pago aos capitães do mato a cada prisão tinha relação direta com a dificuldade – em teoria – que o capitão teria nessa atividade

<sup>114</sup> *Idem.*, p. 258.

<sup>115</sup> LARA, Silvia Hunold. Capitães do Mato. In: *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 295-322.

<sup>116</sup> A respeito disso, conferir: Livro para matrícula e registro das esquadras dos capitães do mato. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Câmara Municipal de Sabará, Rolo 10. planilhas 00001 a 00058. Vila Rica, 1788. Essa documentação apresenta listas com os nomes de inúmeros homens de cor que pertenciam às esquadras do mato e que eram liderados pelos capitães do mato em 1788 na capitania de Minas Gerais. Contudo, as milícias negras desse período passavam por sua fase final de institucionalização, ou seja, tornaram-se mais complexas, contendo mais cargos e funções. Falaremos mais disso no terceiro capítulo dessa dissertação.

<sup>117</sup> DANTAS, Mariana L. R. Em benefício do bem comum: esquadras de caçadores do mato nas Minas setecentistas. In: LIBBY, Douglas Cole ; FURTADO, Júnia Ferreira. *Trabalho Livre, Trabalho Escravo. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 259.

<sup>118</sup> *Idem.*, p. 260.

de captura.<sup>119</sup> Mais adiante, uma passagem do Regimento nos deixa claro a preocupação em acabar com as negligências daqueles que eram encarregados de tal função:

*sucedendo que alguns capitães do mato usam prender negros que não estão fugidos, sendo notório este seu mal procedimento, se me dará logo proceder contra eles, e o juiz ordinário, e, na sua falta, o cabo de distrito, lhes proibirá de exercerem os ditos postos até nova ordem minha. E prendendo alguns negros, lhes não pagarão as tomadias.*<sup>120</sup>

Os capitães do mato foram proibidos também de prender negros fora da comarca onde residiam, sob castigo de também perderem o posto caso isso fizessem. Deveriam obedecer pontualmente qualquer ordem dada por um capitão mor. O documento também ordena que os capitães do mato “nas investidas [contra] os quilombos não ajam com crueldade”, a não ser que houvesse resistência por parte daqueles que estavam aquilombados. O Regimento determina também que “os carcereiros das cadeias não soltarão os negros fugidos sem que primeiro sejam pagos das suas tomadias os capitães do mato”.<sup>121</sup> Ao final do documento uma ordem final é dada:

*Todo capitão do mato que depois de prender negros fugidos os tiver em sua mão, ou em sua casa mais de quinze dias sem os vir meter nas cadeias, e onde não os houver apresentado aos cabos dos distritos em que foram presos [tais negros] para os segurarem até seus senhores os receberem (...) lhes não pagarão tomadias algumas.*<sup>122</sup>

Tudo leva a crer que tais regulamentações foram, na maior parte das vezes, seguidas pelos capitães do mato nas décadas posteriores à criação desse regimento, pois não podiam deixar de receber por suas atividades. As autoridades tinham agora uma arma muito eficaz na luta contra os quilombos. Das décadas de 1730 até 1760, inúmeros ataques a quilombos foram feitos, sendo que os capitães do mato eram geralmente os principais responsáveis por essas ações. No entanto, um documento de 1765 demonstra toda a dificuldade que as autoridades ainda detinham em tentar controlar tais corpos militares, mesmo mais de quarenta anos depois

<sup>119</sup> REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, ANO II, VOLUME, II. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897. *Regimento dos Capitães do Mato de 17 de dezembro de 1722*, p. 389.

<sup>120</sup> *Ibidem.*, p. 390.

<sup>121</sup> *Ibidem.*, p. 391.

<sup>122</sup> *Idem. Ibidem.*



da formulação do Regimento dos Capitães do Mato mencionado acima. O documento é uma ordem do então governador de Minas Gerais, Luís Diogo Lobo da Silva, na qual determina a prisão de cinco sujeitos que lhe desobedeceram. Primeiramente, o governador havia ordenado, através de algum capitão mor, a três capitães do mato – Athanasio Antônio, Francisco da Costa e Ambrósio – realizarem a prisão de dois negros e uma crioula que andavam aquilombados e os entregassem ao Juiz de Fora na cadeia da cidade de Mariana. Os capitães do mato ignoraram tal ordem e não foram às caças dos tais indivíduos. O governador, então, mandou que outro capitão do mato realizasse a prisão tanto daqueles que ele pedira anteriormente, quando dos próprios sujeitos que desobedeceram sua ordem direta. No documento consta que os três foram de alguma forma levados por esse capitão do mato - não identificado - à presença do juiz de fora. No entanto, uma vez lá, conseguiram se aliar a dois oficiais de pedestres - José Coelho Fonseca e João Pereira da Cruz - que os puseram em liberdade antes mesmo destes terem sido colocados na prisão. Os cinco tornaram-se fugitivos. Ao final do documento o governador afirma:

*Ordeno a todos os capitães mores, comandantes dos distritos e oficiais de milícias de jurisdição deste governo, que os cinco criminosos, capitães do mato e pedestres, sejam achados, e que os façam prender e os remeter seguros na cadeia da cidade de Mariana, e que lá sejam entregues ao Dr. juiz de fora, acompanhando-se nesta diligência oficial de justiça do mesmo distrito, para que passe por certidão de execução, sem faltarem a justa moderação e necessária segurança, regulando-se para a certeza da identidade dos ditos delinquentes.*<sup>123</sup>

Os homens de cor poderiam também atuar no serviço das armas nas ordenanças de pé dos homens pardos. Apesar de esse tipo de tropa ser denominada de “ordenança”, ela não pode ser confundida com o corpo de ordenanças dos brancos, apesar das semelhanças em suas funções. A função principal de tal corpo militar era a de defesa do território, quando isso fosse solicitado. Ou seja, atuavam localmente e eram uma espécie de força de reserva a ser utilizada quando os corpos de auxiliares e os regimentos pagos não fossem suficientes para vencer o inimigo. Os oficiais e soldados de tais corpos militares não venceriam soldo, mas mas gozariam de “todas as honras, graças e isenções do posto”.<sup>124</sup> Para ocuparem os determinados

<sup>123</sup> REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. VOL. VI. Belo Horizonte, 1959, p. 446-447.

<sup>124</sup> COTTA, *op. cit.*, p. 194.

postos existentes em tais corpos, os oficiais deveriam passar por exames que tinham como objetivo saber se o ocupante do posto tinha a capacidade necessária para exercer tal função. Joaquim do Espírito Santo e Souza, por exemplo, recebeu a patente militar de capitão da ordenança de pé dos pardos libertos da Vila de São João del Rey, em 22 de julho de 1767, após demonstrar, no exame, habilidade no manejo das armas e nas evoluções militares. O pardo também adquiriu resultado positivo no teste de aritmética.<sup>125</sup>

Os corpos militares em Minas Gerais no setecentos detinham estruturas semelhantes aos corpos militares da metrópole no que diz respeito às tropas compostas por homens brancos. Com relação aos homens de cor, os corpos militares se formaram com as limitações que lhes cabiam. Não era tarefa fácil para as autoridades armar um negro e colocá-lo à disposição do serviço militar sem antes lhe fazer reconhecer suas limitações e as condições que sua cor lhe permitiam ocupar na sociedade mineira. Até a primeira metade do século, os homens de cor se enquadraram em corpos militares cujo objetivo era, principalmente, garantir a segurança da capitania contra os chamados *inimigos internos*. Estes eram combatidos pelos capitães do mato, os quais eram figuras ambíguas e não muito aceitos pela sociedade. Contudo, não havia como as autoridades abrirem mão da força militar que esses indivíduos possuíam. Era um risco que os habitantes de Minas Gerais tinham de correr por conta do grande temor que havia com relação aos ataques de indígenas hostis e negros aquilombados. Posteriormente, como veremos a seguir, algumas situações fizeram com que houvesse uma intensa mobilidade militar na segunda metade do século XVIII em Minas Gerais. Nesse contexto, novos corpos militares foram criados. Alguns exclusivamente para a atuação de homens de cor. Assim, aos poucos, funções que anteriormente eram atribuídas aos capitães do mato passaram a ser também efetuadas por esses corpos militares recém surgidos.

## 2.2 Necessidade de reestruturação militar: a Carta Régia de 1766

Para Macfarlane, a Guerra dos Sete Anos – conflito travada entre França e Inglaterra entre 1756 e 1763 - foi um ponto de inflexão que teve consequências duradouras para os reinos em conflito, pois geraram mudanças intensas na balança do poder colonial.<sup>126</sup> Tanto

<sup>125</sup> BIBLIOTECA NACIONAL.(Manuscritos). *Livro de Registro das Patentes Militares, (17--)*, Códice: 14, 4, 24, p. 46.

<sup>126</sup> MACFARLANE, Antony. Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações. In: MALERBA, Jurandir. *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 394.

um como outro reino buscaram aliados para aumentarem seu poderio na guerra. França buscou apoio da Espanha. Os ingleses, por sua vez, pressionaram Portugal para que ela entrasse no conflito ao lado deles. Não demorou muito para que Portugal cedesse a essa pressão e adentrasse no conflito.<sup>127</sup> O queda de braços com a Espanha no próprio continente europeu incendiou as questões relativas às fronteiras meridionais da América portuguesa, região disputada por ambas as coroas desde as últimas décadas do século XVII.

Desde a fundação da Colônia de Sacramento, em 1680, situada na margem do Rio da Prata, os conflitos entre Portugal e Espanha nas fronteiras meridionais foram relativamente constantes.<sup>128</sup> O Tratado de Limites, o qual foi assinado em Madrid em 1750, tinha o objetivo de amenizar tais conflitos territoriais. Por problemas internos aos territórios disputados e dificuldades de demarcação de fronteiras, o compromisso não obteve êxito. O Tratado de El Pardo, assinado em 1761, deu fim aos acordos selados naquele documento de 1750.<sup>129</sup>

Em 1762, em decorrência dos conflitos acima mencionados, França e Espanha invadiram Portugal. Como havia uma precariedade do aparato defensivo lusitano, a coroa teve de pedir auxílio o auxílio inglês. A ajuda da Inglaterra colaborou para que a hostilidade fronteiriça fosse curta. Porém, o conflito serviu para explicitar a questão da fragilidade defensiva de Portugal. Além disso, após o Tratado de Paris (1763), os beligerantes perderam territórios nas colônias; passaram, então, a sonhar com vingança numa provável futura guerra.<sup>130</sup> Era preciso ser feita uma reforma militar com urgência em Portugal, pois o clima de revanchismo por parte dos que participaram dos conflitos era grande. Para isso, Pombal contratou Conde de Lippe, um ilustrado e muito experiente militar de origem alemã, o qual se encontrava naquele momento a serviço da Inglaterra.<sup>131</sup>

Se a contenda foi breve no território europeu, na América ela se estendeu por vários anos. Em 1763, D. Pedro de Cevallos, comandante das forças espanholas, invadiu a Colônia

<sup>127</sup> MELLO, Christiane F. Pagano de . A Guerra e o Pacto. A política de intensa mobilização militar nas Minas Gerais.. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Org.). *A Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV / Bom Texto, 2004; MAXWELL, Kenneth. *Marquês do Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. R. de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 119-122; ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil – with special reference to the administration of the marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779*. Berkeley/Los Angeles, 1968, p. 96-99.

<sup>128</sup> POSSAMAI, Paulo César. A Colônia do Sacramento, o “jardim da América”. In.: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre : PUCRS, v. 30, n. 1, p. 33-46, jun./2004, p. 40-41.

<sup>129</sup> ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil – with special reference to the administration of the marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779*. Berkeley/Los Angeles, 1968, p. 86-96.

<sup>130</sup> MACFARLANE, Antony. Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações. In: MALERBA, Jurandir. *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 393

<sup>131</sup> MAXWELL, K.. *op. cit.*, p. 119-123.

de Sacramento, os fortes de São Miguel e de Santa Tereza, e o Rio Grande de São Pedro. Era o início do período conhecido como de dominação espanhola no sul da América portuguesa, o qual se prolongou até 1777.<sup>132</sup>

A transferência da capital do vice-reino de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, foi a primeira medida do marquês de Pombal visando a defesa da América portuguesa. A região se tornaria o centro de comando defensivo do Estado do Brasil. A região, por se situar mais ao sul, se tornaria um excelente centro defensivo eficaz na defesa de um ataque vindo daquela direção. Também para lá seria mais fácil a mobilização de tropas do conjunto da América portuguesa. Pombal também enviou oficiais estrangeiros ao Brasil para auxiliarem nessa reestruturação defensiva e militar. Entre eles, o austríaco Johann Böhm e o sueco Jacques Funk, os quais já haviam servido sob as ordens do já mencionado Conde de Lippe no território lusitano. Tal qualidade de oficialato teria a função de comandar as principais tropas no Estado do Brasil. Dois aristocratas ilustrados e aliados ao serviço das armas também foram enviados por Pombal: o morgado de Mateus, nomeado governador da capitania de São Paulo, a qual foi reestabelecida em 1765; e o marquês do Lavradio, o qual havia sido governador da Bahia em 1768, e que foi nomeado vice-rei do Estado do Brasil em 1769. Lavradio também teria a função de governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro.<sup>133</sup> Sem dúvida, o nome mais forte na tarefa de reestruturação defensiva e militar de toda a América portuguesa foi o de Lavradio.

O vice-rei foi o responsável por uma ampla reformulação do tabuleiro político-administrativo do Estado do Brasil. Como sua função principal naquele momento era a de exercer o comando na mencionada guerra, impôs ao marquês de Pombal a condição de recomendar experientes militares nos governos de diversas capitanias. Essa imposição foi aceita instantaneamente pelo ministro de Portugal. Dessa forma, Manoel da Cunha Meneses (1769-1774) deixou o governo de Pernambuco e foi transferido para a Bahia, sendo lá também nomeado governador; José César de Meneses (1774-1787) ocupou o seu lugar em Pernambuco; Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782) substituiu o morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775); Francisco de Souza Meneses (1765-1775) ocupou o governo de Santa Catarina e Jozé Marcelino de Figueiredo (1769-1771 e 1773-1780) o do Rio Grande; D.

---

<sup>132</sup> KÜHN, Fábio. A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre : PUCRS, Volume .XXV, n.2, 1999, p. 91.

<sup>133</sup> ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil – with special reference to the administration of the marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779*. Berkeley/Los Angeles, 1968, p. 13-28 ; MAXWELL, *op. cit.*, p. 126.

Antônio de Noronha (1775-1780) substituiu Antônio Carlos Furtado de Mendonça (1773-1774) em Minas Gerais.<sup>134</sup> Após toda essa modificação do quadro político-administrativo do Estado do Brasil, Lavradio pode agir com mais eficiência no que diz respeito a solicitações de socorro em tropas e mantimentos direcionados à manutenção da guerra.

Esses governadores teriam o objetivo de iniciar uma intensa atividade de recrutamento militar, cada qual em sua respectiva capitania. Dessa forma, o Estado do Brasil sofreu de uma reestruturação militar em todo o seu território, mesmo que isso tenha ocorrido com muitas dificuldades de acordo com os limites existentes em cada região.

Nesse contexto belicoso e de ideias reformadoras com relação às forças militares portuguesas que surgiu a Carta Régia de 1766. Seu impacto já foi percebido por alguns historiadores.<sup>135</sup> Enviada a todas as capitanias da América portuguesa, constituía um conjunto de normas a serem aplicadas a todas as regiões do vasto espaço do Estado do Brasil. A Carta declarava abertamente a “irregularidade e falta de disciplina a que se acham reduzidas as tropas auxiliares desse Estado”. No entanto, também reconhecia que tais tropas se fossem “reguladas e disciplinadas como devem ser, consiste numa das principais forças que tem o mesmo Estado para se defender”. Ou seja, a coroa reconhecia que havia uma clara desorganização dos segmentos militares da América portuguesa que não recebiam soldo. Entretanto, as autoridades não poderiam abrir mão da utilização do conjunto de habitantes da colônia no serviço das armas, pois esse efetivo militar era o que melhor poderia defender aquelas terras no caso do ataque de um inimigo externo.<sup>136</sup>

Um outro ponto interessante da Carta Régia diz respeito à ideia de generalidade dos sujeitos que poderiam ingressar nas tropas que seriam formadas com base naquela ordem. Os governadores teriam a incumbência de “alistar todos os moradores das terras da Vossa Jurisdição que se acharem em estado de poderem servir em Tropas Auxiliares, sem exceção de Nobres, Plebeus, Brancos, Mestiços, Pretos, Ingênuos e Libertos, e a proporção dos que tiver cada uma das referidas classes forméis Terços de Auxiliares e Ordenança”.<sup>137</sup> De acordo com

<sup>134</sup> ALDEN, *op. cit.*, p. 139-140, 453-455.

<sup>135</sup> MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. “A guerra e o pacto: a política de intensa mobilização militar nas Minas Gerais”. In: CASTRO, C., IZECKSOHN, V. & KRAAY, H. (orgs.). Nova história militar brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 71; RUSSEL-WOOD, A. J. R. Escravos e libertos no Brasil colonial. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 133; BELLOTTO, *op. cit.*, p. 107; COTTA, Francis Albert. No rastro dos Dragões: universo militar luso-brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas. Tese de Doutorado. UFMG. Belo Horizonte, 2005, pp. 286-292.

<sup>136</sup> Cf: Carta régia de D. José, ordenando ao Conde da Cunha, vice-rei do Brasil, para que mande alistar, sem exceção, todos os moradores em estado de poderem servir nas Tropas Auxiliares e Ordenanças de Cavalaria e Infantaria. AHU – MG, cx. 85, doc. 42. Lisboa, 22 de março de 1766.

<sup>137</sup> Cf: *Idem, ibidem*.

o que fora escrito na Carta, cabia a cada governador escolher um sargento mor “entre os oficiais das tropas que vos parecerem mais capazes de exercerem o dito posto”. Esses sargentos mores receberiam “o mesmo soldo que vencem outros sargentos mores das tropas regulares deste Estado, pago na mesma forma pelos rendimentos das câmaras dos respectivos distritos”.<sup>138</sup> O pagamento dos soldos aos oficiais superiores dessas tropas reguladas seria uma maneira de criar uma hierarquia militar; tal feito, é claro, serviria para separar os oficiais do restante da tropa. Em tese, essa medida poderia auxiliar no controle - realizado, assim, de cima para baixo - de cada um dos corpos militares a serem reestruturados na América portuguesa. Oferecendo soldo aos oficiais das tropas, o rei só poderia deles esperar a mais intensa “fidelidade dos sobreditos oficiais e soldados dos terços auxiliares e ordenanças, que me servirão à minha satisfação em tudo o de que forem encarregados e pertencente ao meu Real Serviço e à defesa desse Estado”.<sup>139</sup>

Como preconizara a reforma do conde de Lippe, os oficiais teriam privilégios. Portanto, “os serviços que fizerem os mesmos oficiais desde o Posto de Alferes, até o de Mestre de Campo” deveriam ser “despachados como os dos oficiais das Tropas pagas”. A distinção entre os pertencentes ao oficialato e os demais soldados também seria representada nos trajes: “E que possam assim os ditos oficiais como os soldados usarem uniformes, divisas e cairéis no chapéu, somente com a diferença de que as divisas e cairéis dos oficiais poderão ser de ouro ou prata e as dos soldados não passarão de lã”.<sup>140</sup>

Tanto oficiais quanto soldados dos terços formados por essa ordem régia teriam também que arcar com certas despesas, como por exemplo “terem à sua custa espadas e armas de um mesmo adarme e os [oficiais e soldados] de cavalaria a terem e sustentarem, também à sua custa, um cavalo e um escravo para cuidar dele”. Para que essa ordem fosse cumprida corretamente, seria proibido qualquer tipo de comércio com relação a tais armas, escravos e cavalos, ou seja: “sem que nas ditas armas, cavalos e escravos se lhe possa fazer penhora, embargo ou execução alguma por qualquer título que seja, porque a tudo deve preferir a utilidade pública do meu Real Serviço e da defesa do Estado”. Era, portanto, assegurado aos oficiais desses corpos militares a isenção da execução das armas, escravos e cavalos, a qual, porém, não poderia ser gozada “ampla e ilimitadamente” de modo aos “oficiais e soldados fraudarem aos seus credores; antes usarão dela somente com a restrição acima declarada”.<sup>141</sup>

---

<sup>138</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>139</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>140</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>141</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

Os ideais presentes na Carta Régia de 1766, portanto, eram de uma intensa renovação nos padrões estruturais dos corpos militares na América portuguesa. Todavia, mesmo trazendo em si alguns laivos ilustrados no seu conteúdo, as normas presentes no documento ainda conservavam muito do espírito barroco antes prevalecente, além de refletir acerca do temor de uma guerra de grandes proporções.<sup>142</sup> Podemos comparar a carta régia de 1766 com o Reglamente para las milicias de infantería y caballería de la isla de Cuba, de 1769, o qual teve papel considerável na reorganização dos regimentos de pardos e morenos naquela região e que foi igualmente adotado até fins do século XVIII nos vice-reinados do Peru, Nova Granada e Nova Espanha. Se a Carta Régia de 1766 faz parte das reformas pombalinas da segunda metade do século XVIII, o Reglamente de 1769, por sua vez, pertence às reformas borbônicas e constituiu o apogeu institucional das milícias de cor na América espanhola.<sup>143</sup>

### 2.3 O impacto da Carta Régia de 1766 na sociedade mineira

No ano do lançamento da Carta Régia de 1766, Luis Diogo Lobo da Silva era o governador de Minas Gerais. Não hesitou em tentar cumprir as ordens existentes no dito documento. Para isso, expediu uma carta circular a todos capitães-mores da capitania. Estes deveriam fazer o possível para formar tropas auxiliares - destinadas aos brancos - e terços de pretos e pardos; tais corpos necessitavam também de oficiais e suboficiais, nomeados pelos próprios capitães-mores.<sup>144</sup> Ordenou o governador que o capitão mor da Vila de Sabará, comandante das ordenanças do seu distrito, que das “esquadras de pardos e pretos libertos separará um terço das praças com que se acham, procurando que este seja composto de oficiais e soldados mais vigorosos, de melhor saúde e prontos para toda a ocasião”. Tais homens deveriam ter armas “do mesmo padrão e calibre, patrona e baioneta, quando for possível”. Nesses terços formados os soldados precisariam ser pessoas das “mais capazes de

<sup>142</sup> SILVA, L. G. ; SOUZA, F. P. ; PAULA, Leandro Francisco de. A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos: uma análise comparativa (Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, 1775-1777). In: DORÉ, Andréa ; SANTOS, A. C. de A. *Temas Setecentistas*. Governos e populações no Império Português. Curitiba: UFPR – SCHLA/Fundação Araucária, 2008, p. 70.

<sup>143</sup> Cf.: KUETHE Allan J. The status of the free pardo in the disciplined militia of New Granada. *The Journal of Negro History*. Vol. 56, nº 2, Apr., 1971, pp. 105-117; CAMPBELL, Leon G. Black power in Colonial Peru: The 1779 Tax Rebellion of Lambayeque. *Phylon*. Vol. 33, nº 2, 1972, pp. 140-152; KLEIN, Herbert S. The colored militia of Cuba..., p. 20-22.

<sup>144</sup> Cf. Carta de Luís Diogo Lobo da Silva, governador das Minas, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a reação das Câmaras e de alguns comandantes das tropas das ordenanças auxiliares às ordens da Carta Régia de 22.03.1766, respeitante ao abastecimento de um corpo de tropas de milícias para expedição quando necessário. AHU – Minas Gerais, cx. 88, doc. 36. Vila Rica, 4 de outubro de 1766.

desempenharem com constância as obrigações a que ficam unidos pelos referidos empregos”.<sup>145</sup> Ou seja, no que dizia respeito às tropas de auxiliares o governador seguia ao pé da letra as ordens existentes na Carta Régia de 1766.

Lobo da Silva ainda ordenou a respeito das tropas de pretos e pardos que “nos terços que correspondem às esquadras dos pardos e pretos libertos, praticará o mesmo, passando os sargentos de número ao grau de capitães, os supras ao de alferes, um dos cabos de esquadra ao sargento de número”<sup>146</sup>. Dessa forma, os terços de pretos e pardos de Sabará deveriam ficar mais organizados e com a hierarquia bem estabelecida.

No entanto, um ponto específico da carta circular que suscitou impacto imediato em toda a sociedade mineira foi a ideia de se criar tropas compostas pela quinta parte dos escravos de Minas Gerais.<sup>147</sup> Essa medida, tão rechaçada por boa parte da gente de Minas, já havia sido empregada por Luis Diogo Lobo da Silva em Pernambuco, quando lá foi governador.<sup>148</sup> Segundo consta no trecho da Carta Circular, o governador pede para que o capitão mor separar “todo o quinto dos escravos que houverem na sua jurisdição, sem exceção dos ocupados em lavras, roças ou particulares serviços, escolhendo para ele os de melhor saúde e robustos, e fazendo que seus senhores os armem”. Se não fosse possível muni-los com armas de fogo, “por não as terem, os previnam com um dardo de dez palmos de haste, com ferro e ponta de dois cortes, de dois palmos e meio de comprido, que principie de menos de polegada na ponta e a acabe ao pé do referido ferro”<sup>149</sup>. Como se vê, tal tipo de arma já havia sido utilizada antes, pois na Carta Circular consta até mesmo a maneira de se fabricá-la, citando suas medidas e seus componentes. Com o quinto da escravatura os capitães mores deveriam formar “companhias de igual lotação, escolhendo para cabos de esquadra, sargentos, alferes e capitães das ditas as pessoas que entre eles ou nos da mesma cor livres, achar de inteira fidelidade”. O governador prometia que “aquele que nela [na tropa] se distinguir e fizer ação gloriosa em defesa da Pátria não só se adiantarão nos empregos da milícia, mas conseguirá em prêmio a liberdade”. Contudo, havia de se tomar algumas precauções com

<sup>145</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>146</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>147</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>148</sup> Cf. Mapa de toda Infantaria, Artilharia paga e Auxiliares de pé e cavalo, Pardos, Henriques, e Ordenanças de pé, Índios e Quinto de Negros Cativos que constituem as forças e defesa da Capitania de Pernambuco. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos. Mapas Estatísticos da Capitania de Pernambuco. 3, 1, 38, fl. 03.

<sup>149</sup> Cf. Carta de Luís Diogo Lobo da Silva, governador das Minas, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a reação das Câmaras e de alguns comandantes das tropas das ordenanças auxiliares às ordens da Carta Régia de 22.03.1766, respeitante ao abastecimento de um corpo de tropas de milícias para expedição quando necessário. AHU – Minas Gerais, cx. 88, doc. 36. Vila Rica, 4 de outubro de 1766.



relação a tal tipo de tropa, como a ação de não entregar aos seus soldados “as referidas armas antes da ocasião da marcha e ficando nela e nas mais [práticas] do Real Serviço responsáveis os seus oficiais, não só de darem conta delas mas acautelarem-nas quando for justo e se lhes determinar”.<sup>150</sup>

Sem dúvida a ideia de se armar os escravos em uma determinada tropa na capitania de Minas Gerais causou temor em grande parte da população mineira. Alguns oficiais das câmaras de Mariana, Vila do Príncipe e Caité, além de um capitão mor não identificado de Mariana, enviaram cartas para diversas regiões da capitania cujo conteúdo era de clara crítica à Carta Circular escrita pelo governador Luís Diogo Lobo da Silva. Aqueles que concordavam com o conteúdo dessas cartas as copiavam e as espalhavam, de sorte que uma cópia dela chegou na capitania de São Paulo sob os cuidados do então governador Luís Antônio de Souza.<sup>151</sup>

Nelas os oficiais escreveram que “Sabe V. Ex.a. muito bem que quase todos os soldados de que se compões a cavalaria, infantaria e ordenança são roceiros, outros mineiros. Se V. Ex.a. separa para a marcha a metade dos daquela e a terça parte dos desta, que estrago se não segue em Minas em detrimento do real quinto?”.<sup>152</sup> Continuando a carta, dizem os oficiais que se todos formassem tropas, não se poderia cultivar as roças, culminando em grande prejuízo para a coroa. Além disso, dizem os camaristas e o capitão mor que os homens brancos deixando suas casas nelas não se pode “haver governo, por ficarem os escravos ao desamparo sem aquela sujeição que só conservam pelo medo de seus senhores”, pois mesmo que “fique a recomendação de feitores, a experiência nos tem mostrado que considerando-se sós debaixo do mando destes, muitas vezes se tem orgulhosamente levantado, ausentando-se fugitivos para os matos onde só se empregam em absolutos roubos e homicídios”.<sup>153</sup>

O temor desses oficiais com relação aos perigos de um levante de negros em Minas Gerais fica mais claro quando escrevem que “quão frequentes não serão os insultos e roubos dos referidos negros ficando-se estes com fábricas avultadas sem o respeito [...] de quem os possui?”.<sup>154</sup> Com relação à ideia de se armar escravos, os oficiais argumentam que se até mesmo a recruta “que se fez para o Rio de Janeiro foi necessário (sendo homens brancos) irem acorrentados, e sabemos que a maior parte deles desertaram a praça sem temer as graves

<sup>150</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>151</sup> DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO (D.I.) São Paulo: Arquivo do Estado, 1902, Volume XXIII, p. 101.

<sup>152</sup> *Ibidem.*, p. 103.

<sup>153</sup> *Idem. Ibidem*.

<sup>154</sup> *Idem. Ibidem*.

penas” portanto, com esta experiência “o que não fariam os negros, totalmente bárbaros em um país tão extenso?”<sup>155</sup> Completam a argumentação mencionando que “além desta razão, atenda V. Ex.a. que o cuidados dos povos destas minas é evitar armas aos escravos para obviar os insultos a que são propensos”.<sup>156</sup> Afirmam também que a ideia de se armar escravos era extremamente perigosa, pois sempre havia sempre o perigo de um levante de negros na capitania de Minas Gerais. Ao final do documento, os oficiais solicitam a adesão de Procuradores das câmaras, capitães mores e demais indivíduos que concordassem com o conteúdo que ali fora escrito.

As cartas redigidas pelos oficiais das câmaras e pelo sargento mor não ficaram sem resposta. Discorreu sobre tal assunto o desembargador Manoel da Fonseca Brandão, no dia 12 de julho de 1766. Brandão afirma sem pestanejar que tais cartas foram escritas por homens insensatos. Seu conteúdo somente produzia “perniciosíssimos efeitos”.<sup>157</sup> O desembargador declara que certa testemunha “diz que há mais de três anos estão os escravos no maior sossego”. O que não era verdade, pois, como vimos no primeiro capítulo dessa dissertação, a capitania de Minas Gerais teve um problema de violência e medo constante que foi endêmico na capitania durante todo o século XVIII. O oficial também menciona o fato de ao invés dos camaristas e do capitão mor buscarem as melhores maneiras para cumprirem as ordens existentes na Carta Circular escrita pelo governador, uniram-se para “dificultar a expedição com horrorosos discursos sobre sublevação de escravos, desamparos de famílias e ruína total do Estado”.<sup>158</sup> Para o desembargador, os culpados por tais boatos terem sido espalhados foram os advogados das câmaras. Brandão afirma, por fim: “sempre vi que os advogados nas câmaras são prejudiciais”<sup>159</sup> Portanto, como podemos ver, temos duas visões em conflito aqui. Se por um lado as autoridades insistiam em cumprir com as ordens diretas da coroa com relação à formação de tropas de pretos e pardos – incluindo nisso a possibilidade de formar tropas de cativos – por outro, os senhores de escravos e mineradores temiam que houvesse uma sublevação de negros na capitania após a aplicação dessas medidas. Os primeiros não acreditavam na possibilidade de suas ações culminarem em intensas revoltas de escravos; os segundos temiam que seus *inimigos domésticos* tomassem o controle da capitania. Como

<sup>155</sup> *Ibidem.*, p. 104-105

<sup>156</sup> *Ibidem.*, p. 105

<sup>157</sup> Cf: Carta de Luís Diogo Lobo da Silva, governador das Minas, para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a reação das Câmaras e de alguns comandantes das tropas das ordenanças auxiliares às ordens da Carta Régia de 22.03.1766, respeitante ao abastecimento de um corpo de tropas de milícias para expedição quando necessário. AHU – Minas Gerais, cx. 88, doc. 36. Vila Rica, 4 de outubro de 1766.

<sup>158</sup> Cf: *Idem, ibidem.*

<sup>159</sup> Cf: *Idem, ibidem.*

veremos nos próximos capítulos, essa disputa de cabo de guerra entre autoridades e senhores de escravos acabou vencida pelos primeiros, pois as milícias negras passaram por um intenso processo de institucionalização na segunda metade do século XVIII em Minas Gerais, mesmo com as resistências de grande parte dos habitantes da capitania com relação a isso.

As questões centrais desse intenso debate com relação a como se colocar em prática as ordens existente na Carta Régia de 1766 perduraram por algum tempo. Como dissemos, era constante a resistência da população no que diz respeito às medidas tomadas pelas autoridades com relação às milícias negras. Nesse sentido, há uma carta escrita pelos membros da câmara de São João del Rei, em 1772, e direcionada ao rei em repúdio aos terços de pretos e pardos e seu oficialato integralmente negro.<sup>160</sup> Segundo a carta, Minas estava cheia de “inumeráveis escravos pretos e mulatos, cada um dos quais é inimigo doméstico de todos os brancos. São quase tantos como estes os pardos e negros, que ou nasceram forros ou se acham libertos”, por isso os integrantes da dita câmara acreditavam que “não é neles menor o ódio que nos tem, mas maior a soberba de que naturalmente são dotados” E a carta se encerra com os camaristas dizendo que a

*pobreza e a dependência para com os brancos é que contém alguns deles na paz necessária para a nossa conservação e do Estado; porém, como se formaram todos em companhias, dando-se-lhes oficiais das mesmas castas, justamente se deve que o livre uso das armas os fez atrevidos e poderosos, e que chegará o tempo em que unindo-se aos escravos, seus semelhantes, rompam em algum excesso, disputando-nos o domicílio.*<sup>161</sup>

A Carta Régia de 1766, como se viu, impactou consideravelmente na sociedade mineira da segunda metade do setecentos. Por um lado, as ordens nela contidas traziam à tona uma tentativa de reorganizar toda a estrutura das forças militares na América portuguesa. Por outro lado, a generalidade de seus ordenamentos, abrangendo todo o território colonial sem apontar as características específicas de cada região, fez com que cada um dos governadores tentasse cumprir suas ordens da maneira que pudessem. Esse foi o caso de Luís Diogo Lobo da Silva em Minas Gerais. Diante de uma capitania que detinha um número muito grande de homens de cor livres, libertos e cativos, acreditava que corpos militares provenientes de tais

<sup>160</sup> Cf: Representação dos oficiais da Câmara da Vila de São João del Rei, dirigida a D. José I, solicitando providências cautelares no sentido de evitar possíveis levantamentos por parte dos mulatos e escravos pretos. AHU – Minas Gerais, cx. 107, doc. 27. Minas, 30 de julho de 1774.

<sup>161</sup> Cf: *Idem, ibidem*.

segmentos sociais poderiam ser bem utilizados na região mineira. Contudo, havia uma grande resistência vinda principalmente dos grupos de homens brancos com relação às ordens do governador. O temor por uma sublevação de escravos era até mesmo maior do que qualquer ameaça externa que pudesse existir. Havia também resistências de alguns setores sociais com relação à formação de Terços de Pretos e Pardos. Medidas mais efetivas com relação à reestruturação militar em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII só foram empregadas com a vinda do governador D. António de Noronha (1774-1780) para a capitania.

### **3. A SERVIÇO DE SUA MAJESTADE: HOMENS DE COR NOS CORPOS MILITARES REESTRUTURADOS.**

#### **3.1 Os homens de cor e a guerra luso-castelhana**

Como foi visto no capítulo anterior, havia uma forte insistência da coroa para que se colocasse em prática as ordens existentes na Carta Régia de 1766. Principalmente no que se diz respeito ao fortalecimento dos corpos militares das capitanias em geral. Em Minas Gerais, governadores como Luís Diogo Lobo da Silva (1763-1768) e Dom José Luiz de Meneses Abranches Castelo Branco e Noronha (1768-1772), mais conhecido como Conde de Valadares, executaram de fato algumas ações nesse sentido. Contudo, foi Dom Antônio de Noronha (1775-1780) que realmente chegou na capitania com a prioridade de reestruturar os corpos militares de Minas Gerais.

Militar experiente, aliado das ideias provindas da ilustração portuguesa, Noronha tinha fortes conexões com a família de Pombal, bem como a amizade do próprio marquês de Lavradio. Dom Antônio de Noronha utilizou da rede de poder que o entrelaçava para chegar ao posto de governador de Minas Gerais.<sup>162</sup> Segundo Teixeira Coelho, “naquele tempo não se cuidava, na América, mais do que fortificar os postos e em pôr as forças da terra e as marítimas em estado de rebater a fúria castelhana”. Para o desembargador, a Espanha, que nas palavras dele era uma “nação belicosa” estaria “estimulada pelos progressos que os portugueses haviam praticado no Rio Grande do Sul” e tinha a disposição de se empossar “das terras que ela injustamente retinha contra a boa fé dos últimos tratados, preparava armada numerosa no porto de Cádiz, para desafrontar com ela a honra das suas armas”<sup>163</sup>

Aqui se observa o momento de tensão que em meados da década de 1770 se encontrava toda a América portuguesa por conta dos conflitos nas suas partes meridionais. Noronha teria de agir com competência nos assuntos militares da capitania de Minas Gerais. A qualquer momento poderia ser solicitado pelo vice-rei Lavradio a enviar alguns corpos militares para a defesa da sede do vice-reinado no Rio de Janeiro.

Isso de fato ocorreu, pois Teixeira Coelho afirma que Noronha “mandou duzentas e quarenta e uma praças do dito regimento pago, que estava disciplinado, ao socorro do Rio de

---

<sup>162</sup> Cf. Decreto de D. José I nomeando D. Antônio de Noronha como governador e capitão-general da capitania de Minas. AHU – Minas Gerais, cx. 107, doc. 69. Minas, 13 de dezembro de 1774; Cf. Carta de D. Antônio de Noronha, governador de Minas, informando Martinho de Mello e Castro, secretário de Estado, entre outros assuntos, sobre a necessidade que tem em conservar a mesma praça que deixou em Campo Maior. AHU – Minas Gerais, cx. 108, doc. 31. Minas, 14 de junho de 1775.

<sup>163</sup> COELHO, J.J.T. *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais* (1780), p. 157.

Janeiro”, além de ter mandado “diversos corpos de tropa auxiliar e companhias francas, todos fardados e bem armados” na defesa daquele importante centro estratégico.<sup>164</sup> Ademais, segundo o desembargador, quando o “dito vice-rei lhe pediu recrutas para engrossar o exército que estava acampado no Rio Grande” o que foi atendido com “brevidade incrível”, pois, segundo Teixeira Coelho, Noronha rapidamente “aprontou quatro mil pessoas que fez logo pôr em marcha para o dito continente, em corpos separados, dando todas as providências que eram necessárias para que estes corpos não experimentassem falta de víveres no seu dilatado trânsito”.<sup>165</sup> Mais adiante, veremos que tal ação realizada pelo governador foi repleta de dificuldades, ao contrário do que a firma o desembargador Teixeira Coelho.

Desde que chegou para governar a capitania de Minas Gerais, em 1775, Dom Antônio de Noronha passou a ser pressionado pelo seu amigo Marquês de Lavradio a acelerar o processo de reestruturação das forças militares da capitania. Isso pode ser observado nas inúmeras correspondências trocadas entre ambos no período. Numa delas, escrita em 20 de junho de 1775, Lavradio elogia o governo de Noronha dizendo que “Eu me tenho enchido de gosto com a boa aceitação com que os povos dessa capitania te têm recebido, e a grande esperança em que se acham de cada dia ficarem mais contente com o teu governo”.<sup>166</sup> Lavradio elogia o caráter de de Noronha, dizendo que “tu és aquele mesmo Antônio de Noronha que eu conheci [...] e de quem me esperancei e espero haja de reproduzir em si um vivo retrato daquele amável, e saudoso general de quem conservo no coração a mais viva saudade e respeito”.<sup>167</sup> No entanto, o assunto dessa carta muda abruptamente para outro: a guerra luso-castelhana. O próprio Lavradio se justifica dizendo que “muito desejaria falar-te a respeito do teu mesmo governo e em alguns daqueles pontos em que me parece sumamente preciso prevenir-te com antecipação; porém isso ficará reservado para ocasião de mais descanso”.<sup>168</sup> Ou seja, a guerra estava tomando grandes proporções e as autoridades deveriam agir de maneira rápida antes que fosse tarde.

Havia o medo de um grande ataque castelhano partindo do sul do continente. De lá, os espanhóis poderiam traçar um plano para chegar até a sede vice-reino. Seria o primeiro passo para que chegassem à região mineradora e dominassem de vez toda a América portuguesa.

---

<sup>164</sup> *Ibidem.*, p. 158.

<sup>165</sup> Cf: *Idem.*, *Ibidem.*

<sup>166</sup> LAVRADIO, Marquês do. Carta de amizade escrita ao governador de Minas Gerais. Rio de Janeiro, 20 de junho de 1775. *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1776)*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Instituto Estadual do Livro, 1978, p.160-161.

<sup>167</sup> Cf: *Idem.*, *Ibidem.*

<sup>168</sup> Cf: *Idem.*, *Ibidem.*

Sobre esse medo de um grande ataque espanhol, Lavradio avisa a Noronha que “na conformidade das ordens que acabo de receber da nossa corte” nas quais se informa que “os castelhanos estão preparando em diferentes portos uma formidável esquadra de naus e fragatas de guerra, vários borlotes de fogo muitos navios transporte” além de uma “grande quantidade de munições de toda a qualidade”.<sup>169</sup> Segundo o vice-rei, apesar de muitos acreditarem que tal força militar estaria “destinada para ir contra os marroquinos” pois estes haviam declarado guerra aos castelhanos, Lavradio receava que “parte deste armamento se destaque contra nossa América, em cujos termos me ordena tome eu todas as medidas que me forem possíveis a fim de poder evitar algum golpe mais considerável”.<sup>170</sup> O vice-rei passa a justificar na carta o porquê de suas ordens no sentido de intensificar a defesa no Estado do Brasil, afirmando que “eu me acho expedindo as ordens todas que me parecem necessárias para as diferentes capitanias, e nesta com toda a dissimulação e cautela faço trabalhar com a força que posso”, e diz a Noronha que “nesta circunstância bem vês tu quanto se faz sumamente preciso adiantares os estabelecimentos que Sua Majestade determinou”, o que se incluiria também “que seria sumamente conveniente que regulando tu os terços de auxiliares pelo modo que te for mais fácil, e breve tu acrescentasse a este corpo outros ainda mais irregulares”, os quais “podem ser mais numerosos e na ocasião servirem de utilidade”.<sup>171</sup> Ou seja, se por um lado Lavradio pressionava Dom Antônio de Noronha para que o mais rapidamente possível trabalhasse na reestruturação dos corpos militares da capitania de Minas Gerais, por outro via que para vencer o conflito com os castelhanos teria de até mesmo utilizar tropas irregulares de homens de cor, o que ia, de certa forma, na direção contrária à institucionalização das milícias negras. Agindo dessa forma, poderiam ser evitados grandes estragos para a América portuguesa, caso o grande ataque espanhol provindo do sul do continente se confirmasse.

Nos trechos seguintes da carta, Lavradio demonstra sua visão estratégica de militar experiente. E, novamente, coloca em pauta a questão da utilização de cativos em tropas militares. Seria uma carta na manga do vice-rei, caso fosse necessário seguir com tal medida drástica. No entanto, ele sabia que tal ação não seria executada de maneira fácil na capitania de Minas Gerais, por conta do grande histórico de sublevação de cativos naquela região e, conseqüentemente, do temor da população com relação a isso. Nesse sentido, Lavradio cuida

---

<sup>169</sup> Cf: *Idem.*, *Ibidem.*

<sup>170</sup> Cf: *Idem.*, *Ibidem.*

<sup>171</sup> Cf: *Idem.*, *Ibidem.*

para que Noronha saiba executar com sabedoria os movimentos no tabuleiro militar que estava à sua disposição. O vice-rei pede para que “o capitão e os oficiais de cada companhia alistem os negros escravos dos seus distritos, que para estes tenha cada um dos senhores aquelas armas que eles escolherem, já seja lança, chuço, espingarda, flechas” e ordena que “a gente de cada uma destas companhias seja dividida em duas outras companhias conforme o número que houver de gente, nomeando daqueles mesmos pretos para capitães, alferes e oficiais inferiores os que se acharem de mais propósito”.<sup>172</sup> No entanto, Lavradio observa que “esta gente não lhe mando fazer nenhum exercício, só lhe ordeno que no caso de um rebatê geral devem todos com as armas que lhe forem destinadas, irem-se juntar detrás das companhias”, para assim agirem caso fosse necessário. Se fossem utilizadas essas tropas, aqueles que fizessem “ação distinta, como o defender o desembarque de algum porto, desalojar de algum porto o inimigo, o tomarem dentro do porto alguma embarcação, ou porem fogo a alguma dos inimigos” ou prejudicá-los de alguma forma, teriam como prêmio a sua alforria. Contudo, o Marquês do Lavradio conhecia a elite branca mineira e sabia que não seria fácil fazer com que algum senhor de escravo abrisse mão de seu cativo facilmente. Não sem antes serem ressarcidos do prejuízo. Nesse caso, Lavradio garante que o valor do escravo seria pago pela Fazenda Real. De acordo com o vice-rei, se tal prática fosse realizada, se aumentaria em “muito o número de defensores; e com a esperança de um prêmio, para eles tão importante, julgo-lhes darei valor para eles se exporem às ações mais arriscadas”.<sup>173</sup> Ou seja, a ideia de receber a liberdade por conta de algum feito militar faria com que os cativos utilizados em batalha agissem com mais vigor e força, por terem a esperança de receber o prometido prêmio. Todavia, não se podia espalhar notícias como essa na capitania de Minas Gerais, pois a ideia de se libertar cativos em grande número poderia causar resistência e revolta por parte da elite branca. Por isso o vice-rei afirma que “isto que agora te comunico ainda não o tenho principiado a praticar. A declaração do prêmio não determino fazer, senão no caso de ser preciso juntá-los para a ação. Faço primeiro alistá-los”.<sup>174</sup> Após isso, Lavradio determina que se façam alguns “rebates falsos, para os fazer acudir aos seus postos. E todo o mais tempo ficam eles servindo a seus senhores nos diferentes serviços, em que cada um deles os costuma empregar”. Otimista, Lavradio diz que “se isto se puder praticar em Minas, poderás ter uns corpos formidáveis com que me socorras”. Entretanto, Noronha deveria agir o

---

<sup>172</sup> Cf: *Idem.*, *Ibidem.*

<sup>173</sup> Cf: *Idem.*, *Ibidem.*

<sup>174</sup> Cf: *Idem.*, *Ibidem.*



mais rápido possível no sentido de colocar em prática tais medidas, pois “como a distância é muito grande, são precisas tomar em si logo algumas medidas, para que a demora deste socorro não me venha a fazer inútil o nosso trabalho” recomenda o vice-rei.<sup>175</sup>

As ordens de Lavradio nessa correspondência não acabavam por ali. Pede ainda para que Noronha “Lembre-se que os terços ou companhias que estiverem formadas nas mediações destas duas capitâneas tenham ordens para que ao primeiro aviso que tiverem meu, eles imediatamente se ponham em marcha” o mais rapidamente possível, “até chegarem a esta capital ou a parte que eu lhe determinar”. Da mesma maneira, pede para que “logo que formares 2 ou 3 companhias do novo regimento de cavalaria, que fizesse marchar em direitura a esta capital”. Uma vez lá, as tropas se exercitariam e se colocariam à disposição para o que fosse preciso.<sup>176</sup> Ao final da carta, o vice-rei se despede e retorna com aquele tom cordial do início “bem poderia julgar que para o marquês do Lavradio ninguém está primeiro que tu. Eu não quero dar-te mais satisfações, e também não posso gastar mais tempo com esta carta”. Encerra reafirmando a amizade que tinha com Noronha; “tu és senhor do meu coração e nessa certeza podes dispor sempre da minha vontade, que acharás sempre prontíssima para em tudo te dar gosto”.<sup>177</sup> Porém, apesar da amizade declarada entre ambos e constantemente relembrada na carta, o vice-rei Marquês de Lavradio era claro nas suas ordens. Noronha tinha de agir rapidamente para auxiliar o vice-rei no conflito que se seguia nas partes meridionais da América portuguesa.

### 3.2 O envio dos 4 mil recrutas ao palco do conflito

Apesar de Teixeira Coelho salientar o fato de ter sido o Conde de Valadares o responsável por disciplinar “a tropa paga, que estava em desordem, e” criar “os regimentos auxiliares que hoje existem, por virtude da carta régia de 22 de março de 1766”<sup>178</sup>, foi Dom Antônio de Noronha o responsável pela reorganização militar capitania nos termos da mencionada Carta Régia. Como vimos na correspondência trocada entre o governador e o Marquês do Lavradio, essa era uma das exigências do vice-rei.

<sup>175</sup> Cf. *Idem.*, *Ibidem.*

<sup>176</sup> Cf. *Idem.*, *Ibidem.*

<sup>177</sup> Cf. *Idem.*, *Ibidem.*

<sup>178</sup> COELHO, *op. cit.*, p. 154.

Em 1776, Noronha organizou os Terços de Pretos e Pardos e os conectou a duas comarcas principais: a de Vila Rica e a de Rio das Mortes. O terço da comarca de Vila Rica era comandado pelo mestre de campo Francisco Alexandrino, um homem de cor. Era composto por 17 companhias da própria Vila Rica e mais 13 companhias da cidade de Mariana, constituindo, assim, 4 esquadras. Por sua vez, o mestre de campo Joaquim Pereira da Silva liderava o terço da comarca do Rio das Mortes, composto pelas esquadras de São João del Rei e a da vila de São José. Constituíam 22 companhias de 60 praças. Ao todo, Francisco Alexandrino comandava 1.800 homens, e Joaquim Pereira da Silva 1.320 praças.<sup>179</sup> A atuação dos terços deveria ser o interior da própria capitania. Contudo, caso fosse necessário, poderiam ser enviados para fora de Minas. Os Terços de Pretos e Pardos eram mais uma força militar que poderia ajudar o Estado do Brasil em caso de invasão espanhola. O vice-rei queria contar com a maior quantidade de tropas possível para defender as terras da colônia. A guerra que ocorria nas partes meridionais da América portuguesa estava em um momento crítico. Lavradio precisava urgentemente de homens, armas e mantimentos naquela região. Não havia outra forma senão solicitar a ajuda de seu amigo governador de Minas Gerais.

Essa ordem aconteceu numa carta enviada a Dom Antônio de Noronha em 19 de outubro de 1776. Lavradio demonstra nessa carta a sua preocupação em subordinar às suas ordens o governador de Minas Gerais, submetendo-o a marchar junto com as tropas na direção do vice-reino para guarnecê-lo. Noronha tinha também que aprontar rapidamente os recrutas que havia na capitania de Minas Gerais, pois havia necessidade de mais homens no palco do conflito, que cada vez mais se intensificava. A esse respeito, diz: “seriam muito convenientes todos aqueles recrutas que V. Ex.a me pudesse mandar sem bulha nem detrimento maior dessa capitania”.<sup>180</sup> Noronha não demorou muito para responder essa primeira carta. No dia 28 de outubro escreveu para Lavradio com relação aos ordenamentos anteriores: “pelo que respeita a recrutas, é impossível que estas se façam sem que se sigam os inconvenientes que V. Ex.a judiciosamente recomenda eu evite”,<sup>181</sup> ou seja, o governador já previa que poderiam ocorrer desordens, sublevações, caso praticasse tal ato. Noronha

<sup>179</sup> Cf: Carta de D. Antônio de Noronha, governador de Minas, informando Martinho de Melo e Castro sobre a sua chegada a Vila Rica, assim como sobre as medidas que tem tomado no sentido de reorganizar os corpos militares da referida capitania. AHU – Minas Gerais, cx. 108, doc. 32. Minas, 14 de junho de 1775.

<sup>180</sup> Cf: Carta (cópia) do Marquês do Lavradio, Luís de Vasconcelos e Sousa, vice-rei do Brasil, informando o governador de Minas, D. Antônio de Noronha, acerca das distinções conferidas aos soldados que mais se evidenciaram contra os castelhanos no sul do Brasil. AHU – Minas Gerais, cx. 110, doc. 37. Minas, 19 de outubro de 1776.

<sup>181</sup> Cf: *Idem, ibidem*.

conhecia a capitania que governava e sabia de seu histórico de resistência com relação a formação de tropas militares para serem utilizadas fora de Minas. Os habitantes temiam, como já dissemos, seus *inimigos internos*. A ameaça dos espanhóis, aos que moravam em Minas Gerais, parecia pequena diante do problema diário que enfrentavam de ataques de indígenas hostis e assaltos de negros fugidos.

Dois dias depois do envio dessa primeira carta de Noronha, Lavradio escreveu uma segunda carta endereçada ao governador. A ordem naquele momento não era somente para que se enviassem os recrutas, mas para mandar ao Rio de Janeiro os terços de pretos e pardos, bem como todos os regimentos de cavalaria auxiliar e de primeira linha. E ainda mais: diz Lavradio “como El Rei meu senhor dá a liberdade que V. Ex.a com a sua presença venha animar esta tropa, e por consequência ajudar-me nos meus trabalhos, sendo este um dos maiores socorros que eu posso ter, não posso deixar de instar por ele”<sup>182</sup> Ou seja, o governador deveria lidar com inúmeras questões para poder realizar tais tarefas. Tinha de lidar, principalmente, com o temor dos habitantes da capitania com relação a desproteção que um envio de tropas para fora da capitania poderia causar.

Ademais, Noronha já estava a praticar as ordens existentes ainda na primeira carta de Lavradio quando, já no quartel, recebeu a segunda, cujo conteúdo o assustou. Nessa segunda resposta, escrita no dia 7 de novembro de 1776, o governador ressalta que sobre “ser preciso que eu marche na retaguarda do corpo auxiliar, para que os soldados dele não desertem”, não era possível ser feito rapidamente, pois Noronha deveria primeiramente resolver problemas referentes a uma devassa de inconfidência na comarca de Sabará. Ou seja, ele tinha assuntos internos a tratar e não poderia deixá-los de lado e marchar para fora da capitania cuidar de outras questões. Finaliza a carta afirmando, portanto, que por esses motivos “é que demoro a minha marcha”.<sup>183</sup>

Em 2 de novembro de 1776, Lavradio recebeu a primeira resposta de Noronha e rapidamente aprontou uma nova carta. Com grande astúcia, chegou até a adiantar o conteúdo da segunda, a qual não havia recebido ainda. Quanto aos recrutas, aliviou Noronha, pois “por hora se acha suprida a necessidade, com 400 homens que presentemente aqui chegaram vindos das ilhas, mandados por El Rei meu senhor, para completar os corpos regulares que eu aqui tenho”; entretanto, os regimentos de cavalaria e os terços de pretos e pardos deveriam

---

<sup>182</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>183</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

com toda a rapidez ser mandados para o Rio de Janeiro.<sup>184</sup> Na mesma carta, afirma que os “vadios”, ociosos, precisavam ser incorporados às tropas, para se disciplinarem e se tornarem mais úteis ao Estado do Brasil.

Adivinhando a resistência por parte de Noronha no que respeita a marchar junto com as tropas para o Rio, presente na segunda resposta do governador, a qual Lavradio ainda não havia recebido, disse: “Se V. Ex.a julgar que o separar-se dessa capitania poderá fazer algum prejuízo considerável ao Real Serviço, espero que V. Ex.a queira regular tudo por modo que aos reais interesses não possam seguir consequências que lhe sejam menos vantajosas”; e ainda completa, para pressionar ainda mais o governador de Minas: “me animou fazê-lo lembrar que o conde de Bobadela do Rio de Janeiro governava Minas, e quando o fosse preciso que ele passasse a mesma capitania a dar alguma providência que precisasse da sua pessoal assistência, o faria com grande facilidade, sem receber prejuízo o Real Serviço”<sup>185</sup>

Dom Antônio de Noronha recebeu essa última carta de Lavradio no dia 8 de novembro de 1776, e demorou mais de 10 dias para elaborar uma resposta que fosse bem convincente. Essa resposta, escrita no dia 19 de novembro, é uma defesa de Noronha a todas as ordens provindas de Lavradio que pudessem prejudicar o governo da capitania de Minas Gerais. Nela, disse que não poderia sair da capitania sem a nomeação de um governador interino; fez propaganda do seu governo; acentuou as dificuldades em se governar a dita capitania - pelo motivo da pressão social vinda de todas as partes, principalmente em relação às medidas dirigidas em favor da guerra luso-castelhana. Por fim, aliviou-se com a notícia de que podia suspender o envio de recrutas, mas defendeu a utilidade dos ditos “vadios” na capitania de Minas dizendo que “eles, exceptuando um pequeno número de brancos, são todos mulatos, mestiços, cabras e negros forros. Por estes atrevidos homens é que se mandam povoar os remotos centro do Cuyeté, Abre Campo e outros”. Continua afirmando que “deles é que se compõem as esquadras que defendem o mesmo Cuyeté das invasões do Gentio bárbaro e que penetram como feras os matos virgens no seguimento do mesmo gentio”. E finaliza, defendendo os tais “vadios” concluindo que “deles é que se compõem também as esquadras que entram pelos matos para destruir os quilombos dos negros fugitivos”.<sup>186</sup>

Diante de tanta pressão do vice-rei tanto para reorganizar as tropas presentes na capitania quanto para enviar recrutas para as partes meridionais da América portuguesa, Dom

---

<sup>184</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>185</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>186</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

Antônio de Noronha passou a ordenar que seus subordinados colocassem em prática tais ordens. Em carta enviada ao sargento-mor José de Aquilar, escrita em 20 de maio de 1776, o governador é claro: “ordeno que o sargento maior dos auxiliares do Serro, José de Aquilar, passe à Vila do Príncipe a juntar com o capitão mor daquele distrito ao qual determinará de ordem minha, aliste maior número de mulatos que lhe for possível” para que com eles fossem formadas “diferentes companhias, propondo-me para o comando das ditas companhias esses que se acham capazes, dando baixo aos que não estiverem nos termos de continuar no serviço”. Após essa ordem ser executada, Aquilar deveria entregar ao capitão-mor da Vila do Príncipe as “listas dos homens pardos de que se devem compor as companhias”, além das “propostas dos oficiais ao mesmo sargento maior para que ele mas apresente a mim, advertindo que os mulatos que forem alistar devem ser fardados e armados, para me não aparecerem no miserável estado em que proximamente foram conduzidos a esta capital”, para que não se tornassem “inúteis à defesa do Estado”.<sup>187</sup> Noronha adverte o sargento-mor para que tome providências com relação aos capitães-mores, os quais não estariam cumprindo com suas obrigações. Segundo o governador, tais sujeitos estariam naqueles postos apenas para “desfrutarem deles as honras q Sua Majestade lhes permite, sem que o mesmo receba dos serviços dos capitães-mores utilidade alguma no seu Real Serviço”. Dessa forma, pede a José de Aquilar que “vigie sobre o cuidado com que o capitão-mor executa esta minha ordem”, pois caso houvesse “frouxidão que encontrar nela me dará logo parte para eu proceder como me parecer justo”.<sup>188</sup> Ou seja, não bastaria o sargento-mor passar ao capitão da Vila do Príncipe tais ordens, mas deveria vigiá-lo para que elas fossem cumpridas à risca.

Quase um ano depois, a preocupação de Dom Antônio de Noronha com relação a organização defensiva de Minas Gerais e de suas tropas ainda estava saliente. Em carta de 20 de março de 1777, destinada aos ouvidores da capitania de Minas Gerais, deixa bem claro essa questão. Por quase dois anos, a ideia de que haveria uma invasão espanhola de grande dimensão e iniciada nas partes meridionais da América portuguesa – ideia essa apresentada pelo Marquês de Lavradio – ainda estava muito presente. Segundo o governador a respeito disso, havia um “justo receio que tenho de que a armada castelhana, que se acha em Santa Catarina, ao depois de tomar esta ilha faça o seu desembarque nas terras de São Paulo e pretenda entrar nesta capitania”. O que o obrigaria a aprontar “um corpo de 4 mil homens que

<sup>187</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Livro segundo das cartas que o Ill.mo e Ex.mo Sr. D. Antônio de Noronha, Capitão General da Capitania de Minas Gerais escreveu durante o seu governo que teve princípio em 20 de maio de 1776, Códice, 02, 02, 024, N. 40, pg. 81.*

<sup>188</sup> Cf. *Idem, ibidem.*

deve acampar nas imediações da Serra da Mantiqueira e no Capivary”.<sup>189</sup> Noronha afirma também que uma vez que essa tropa estivesse assentada, poderia “atacar ao mesmo tempo o Porto do Rio de Janeiro”, pois “segundo as instruções que me foram dadas pela secretaria de Estado, devo socorrer em pessoas o dito porto”. Nessa questão, o vice-rei Marquês de Lavradio teria ordenado a Noronha que estivesse “antecipadamente prevenido com o maior número de gente capaz do uso das armas que for possível”. Noronha ressalta também que “como as pessoas brancas desta capitania são poucas para este socorro, é preciso que além delas me acompanhem também os escravos que se ocupam nos serviços minerais e de roça ou em outros quaisquer misteres”, pois nessas ocasiões, quando é “chegado o último aperto, senão devem atender os prejuízos particulares, mas somente o interesse público e a defesa do Estado”.<sup>190</sup> Ou seja, Dom Antônio de Noronha ainda tentava colocar em prática a estratégia de defesa ordenada ainda em 1775 pelo vice-rei Lavradio, mesmo sabendo que, como já vimos, haveria resistência de vários setores da população mineira caso tal ação fosse colocada em prática. Nesse sentido, Noronha pede para que os ouvidores mandassem listar os escravos de cada uma das comarcas da capitania, como havia ordenado o vice-rei. Caso fosse preciso utilizar esses escravos em batalha, que estes estivessem armados de lanças e que pudessem se colocar em marcha o mais rápido que fosse possível.<sup>191</sup>

Em 14 de abril de 1777, Noronha endereçou uma carta ao general e governador de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, segundo a qual deixa claro que havia aprontado uma tropa de quatro mil homens que deveria ajudar na guerra luso-castelhana. Nela o governador afirma que tomou as providências necessárias para “fazer marchar o número de quatro mil homens, negros, cabras, mulatos forros e mestiços, armados com lanças e em diferentes corpos para marcharem para o Rio Grande, por esta capitania, pelas ordens que me foram dirigidas”. Como já dissemos, essa medida ia na direção contrária da institucionalização das milícias negras que gradualmente ocorria na capitania de Minas Gerais desde meados da década de 1760. O governador enviou essa tropa com o intuito de que ela tivesse alguma utilidade no conflito que se seguia nas partes meridionais. Nesse sentido, Noronha teria ordenado que a dita tropa seguisse a partir de “São João Del Rei e acampando do Rio Verde”, quando seria auxiliada “pelos meus ajudantes de ordens, a quem determinei fizessem seguir esta gente pelo registro da Mantiqueira, por ficar mais próximo a entrar nessa capitania”.<sup>192</sup> Os

<sup>189</sup> *Ibidem.*, N. 55, pg. 98.

<sup>190</sup> *Cf. Idem, ibidem.*

<sup>191</sup> *Cf. Idem, ibidem.*

<sup>192</sup> *Ibidem.*, N. 64., pg. 106.

ajudantes de ordens teriam de mandar “estes diferentes corpos por aquela parte que vissem ser mais fértil e me persuado que a esta hora a terá entrado alguma partida deles nessa capitania”.<sup>193</sup> Esses recrutas, em sua maioria homens de cor, seriam de grande ajuda para o Estado do Brasil na guerra luso-castelhana.

Ainda em abril de 1777, em várias partes do Estado do Brasil se ouviu falar da dita tropa de Minas Gerais que iria reforçar os exércitos do sul. Uma grande expectativa foi construída com relação a esses mais de 4 mil recrutas. Por onde quer que as companhias que formavam essa tropa passassem, os oficiais ligados aos corpos militares deveriam providenciar mantimentos, abrigo para esses homens. No entanto, logo o general e governador de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, atentou para as dificuldades em abastecer a dita tropa; os capitães-mores queixavam-se que não tinham comida nem para alimentar os próprios soldados regulares, quem dera para aqueles homens.<sup>194</sup> A tropa deveria chegar em Curitiba para dali se juntar com outros corpos militares e seguirem em marcha até a ilha de Santa Catarina. Uma vez chegando lá, formariam uma linha de frente para atacarem os castelhanos, enquanto as demais tropas ficariam na retaguarda.<sup>195</sup> Contudo, o problema de abastecimento da tropa era realmente grave. Saldanha teve conhecimento de todas as desordens que esses homens cometeram desde sua saída da capitania de Minas Gerais, e responsabilizou os sargentos-mores que a acompanhavam.<sup>196</sup> A fome desses recrutas foi tão grande, que ao passarem na região de Araçarigoama - pertencente à capitania de São Paulo - arrombaram a porta de um armazém e roubaram os mantimentos lá existentes.<sup>197</sup>

Sabendo da posição de Saldanha com relação aos quatro mil recrutas, Noronha resolveu enviar uma carta em resposta às críticas do governador de São Paulo. A correspondência foi escrita em 13 de maio de 1777. Nela, Noronha diz saber das crítica de Saldanha, o qual havia afirmado que os quatro mil recrutas teriam chegado em São Paulo num “miserável estado, por causa da nudez pela incapacidade do armamento e por não levarem os aprestos que lhe são precisos para as suas marchas”.<sup>198</sup> Contudo, o governador de Minas

<sup>193</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>194</sup> Cf. Para o Sargento Mor Lucas de Siqueira Franco, da Atibaya. *DI*. Vol. LXXVIII, p. 48. São Paulo, 12 de abril de 1777.

<sup>195</sup> Cf. Para o Coronel Manoel Mexia Leite, de Porto Alegre. *DI*. Vol. LXXVIII, p. 58. São Paulo, 15 de abril de 1777; Cf. Para o Sargento Mor Francisco José Monteiro, de Paranaguá. *DI*. Vol. LXXVIII, p. 106. São Paulo, 23 de abril de 1777.

<sup>196</sup> Cf. Para o Sargento Mor Lucas de Siqueira Franco, da Atibaya. *DI*. Vol. LXXVIII, p. 134. São Paulo, 3 de maio de 1777.

<sup>197</sup> Cf. Para o Sargento Mor Antonio Correya de Lemos Leite, de Parnaíba. *DI*. Vol. LXXVIII, p. 136. São Paulo, 5 de maio de 1777.

<sup>198</sup> BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, N. 69., pg. 115.

Gerais se defende dizendo que o Marquês de Lavradio não o havia ordenado que formasse “um corpo de tropa regular, mas somente que fizesse expedir para o Rio Grande quatro mil homens, assim brancos como mestiços, mulatos e negros”, os quais Noronha acreditava que estes não eram “tropa que possa entrar em ação, mas só como recruta para completar as praças que faltam nos regimentos do exército”, os quais poderiam também ser utilizados no emprego de “diferentes trabalhos do campo em que os quiser ocupar o general do mesmo exército”.<sup>199</sup> Ou seja, para vencer a guerra luso-castelhana, o governador de Minas Gerais acreditava que podia até mesmo ir, como já dissemos, na direção oposta à institucionalização das milícias negras.

Com relação às vestimentas com que chegaram os recrutas, Noronha diz para Saldanha não se assustar “em ver mal vestidos os sobreditos homens, por que esta qualidade de gente, excetuando alguns brancos, assim é que se costuma vestir de verão e de inverno”, e seria desse modo que esses homens penetram “em esquadras os matos virgens e sítios desertos desta capitania no seguimento do gentio bravo e na extinção dos quilombos de negros, sem que para estas entradas as levem outros aprestos mais de que as armas, pólvora, chumbo e alguma farinha”. Portanto, para o governador o estado daquela gente era normal, visto que estavam acostumados a se vestirem daquela forma. Noronha argumenta isso utilizando uma visão que vinculava o soldado de cor às tropas irregulares que haviam na capitania desde o início do Setecentos. Com relação ao armamento com que chegaram os recrutas, o governador de Minas informa que os enviou com 852 armas de fogo em bom estado. O resto dos homens teria sido armado com lanças, pois Noronha preferia que tais homens antes fizessem uso delas do que andassem totalmente desarmados. Com relação às lanças, Noronha afirma que “é certo que [elas] não tem as mesmas utilidades que se encontram nas armas de fogo, mas sempre são mais úteis do que nenhuma”.<sup>200</sup> Além disso, o governador não poderia “desarmar os corpos auxiliares e as esquadras do mato desta capitania, porque os primeiros estão prontos para marchar comigo em socorro do Rio de Janeiro”,<sup>201</sup> como havia ordenado o vice-rei Marquês do Lavradio. Ou seja, se o movimento de institucionalização das milícias negras na segunda metade do século XVIII ia na direção de equiparar tais corpos militares auxiliares à tropa paga, nesse momento houve um retrocesso nesse sentido. Os quatro mil homens marcharam para o palco do conflito sem fardamento

---

<sup>199</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>200</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>201</sup> Cf. *Idem, ibidem*.



apropriado; a maioria utilizava lanças e chuços ao invés de armas de fogo.

Lavradio também não viu utilidade na tropa de quatro mil homens que chegaram de Minas Gerais para reforçarem os exércitos do sul. Ao vice-rei, Noronha se justifica praticamente da mesma forma que fizera ao governador de São Paulo. Em correspondência também escrita em 13 de maio de 1777, Noronha afirma que fez o que pode com relação aos quatro mil homens que enviou ao palco do conflito. O governador lamenta que “os homens mais capazes para a guerra se refugiaram nos matos”, o que fez com que a maior parte dos recrutas seja formada por “mulatos, mestiços, cabras e negros, porque os brancos são poucos e me pareceu que eu não devia ficar inteiramente sem os regimentos auxiliares, tão necessários para o pronto socorro dessa cidade”.<sup>202</sup> Noronha também avisa a Lavradio que “todos os ditos homens são capazes do serviço a que os destinarem, e as armas de fogo que levam muito boas, e são as que pude achar; e o resto com lanças que mandei fazer, as quais poderão ser úteis em alguns encontros”.<sup>203</sup> Ou seja, o discurso de Antônio de Noronha foi o mesmo que utilizou para se justificar a Saldanha: não havia muito o que fazer com relação a tropa dos 4 mil homens, visto que o governador fez o máximo que pode com recursos mínimos. A principal desculpa do governador por conta de não cumprir à risca as ordens dadas pelo vice-rei era a do problema de segurança interna da capitania de Minas. Argumento que várias vezes se repete, como já vimos, no seu discurso. A esse respeito, diz que “até a presente era vexada esta capitania no seu interior só pelo gentio botocudo, mas agora entra o Pory a fazer também os seus insultos, penetrando até as fazendas de Abre Campo, onde fez mortes e roubos”. Segundo Noronha, este grupo indígena hostil causava temor por ser muito numeroso, o que levou o governador a formar uma “esquadra de pedestres para entrar no mato e lhe destruir as aldeias no caso que se descubram”.<sup>204</sup> O governador também teria tomado providências para “se evitar a sublevação dos negros, que fogem cada dia e engrossam os quilombos, persuadindo-se talvez que esta capitania se vai exaurindo de gente capaz de se lhe opor”.<sup>205</sup> Como vimos nos tópicos anteriores dessa dissertação, estava sempre presente a questão da ameaça dos *inimigos internos* na capitania de Minas. Por esse motivo, Noronha não podia simplesmente abrir mão de seus soldados mais capazes para enviá-los ao palco do conflito. Contudo, os 4 mil recrutas que partiram de Minas Gerais estavam em tão mal estado que o general Saldanha não teve outra solução senão mandá-los retroceder para sua capitania de

<sup>202</sup> Cf. *Ibidem.*, N. 68., pg. 113.

<sup>203</sup> Cf. *Idem, ibidem.*

<sup>204</sup> Cf. *Idem, ibidem.*

<sup>205</sup> Cf. *Idem, ibidem.*

origem. Nas palavras de Saldanha:

*estava a expedir ordem aos comandantes dos destacamentos de Minas Gerais, que iam em marcha para o continente do Sul, a fim de voltarem logo para suas respectivas comarcas, pois assentou ultimamente comigo o senhor marquês Vice-rei, a quem tinha representado o miserável estado desta tropa, ser mais proveitoso ao Real Serviço fazê-las retroceder do que infestar a campanha do sul, com um troço de gente quase inútil para o ministério da guerra.*<sup>206</sup>

Muitos dos que foram recrutados para fazerem parte desses quatro mil homens que foram enviados à guerra se refugiaram nos matos. Porém, como foi dito, a capitania de Minas Gerais tinha sérios problemas com relação a segurança interna. Por conta disso, o governador Dom Antônio de Noronha resolveu perdoar aqueles que haviam fugido, desde que integrassem um novo corpo militar que seria criado na capitania, o qual seria chamado de Corpo de Caçadores. A criação deste novo corpo militar, ao contrário da medida anterior do governador – o envio dos quatro mil recrutas ao palco do conflito – ia na direção da institucionalização das milícias negras na capitania de Minas Gerais. A ordem da criação dessa nova força militar se deu em correspondência aos capitães-mores da capitania de Minas Gerais em 15 de maio de 1777. Dá pra se notar que a criação desse corpo militar significava uma tentativa de institucionalizar uma força que pudesse substituir a função dos capitães do mato e também de outros corpos militares ainda não regulamentados e que por isso fugiam do controle do governo colonial. Portanto, mesmo que o envio dos quatro mil homens de cor ao palco do conflito tenha ido na direção oposta à institucionalização, podemos perceber que o governo de Dom Antonio de Noronha foi aquele que mais buscou a regulamentação e controle das forças militares na segunda metade do século XVIII em Minas Gerais, além de também ser aquele que mais procurou cumprir as ordens existentes na Carta Régia de 1766. Com relação à criação desse corpo militar, Noronha se justifica dizendo que “os atrozes delitos que proximamente cometeram os negros fugidos e aquilombados em diversas paragens desta capitania e com meios por escândalo no termo de Mariana, onde infestam as estradas públicas”, nas quais assaltam “fazendas, assustando nelas homens brancos e violentando as mulheres, me obriga a por as Esquadras do Mato em tal regularidade e pé que possam inteiramente destruir os quilombos que tanto prejudicam ao sossego interior desta capitania”,

---

<sup>206</sup> Cf. Para o Capitão Mor Antonio Correya Pinto, das Lages. *DI*. Vol. LXXVIII, p. 204. São Paulo, 2 de junho de 1777.

bem como aos “donos dos escravos que andam fugidos”.<sup>207</sup> As esquadras teriam o objetivo de agir no enfrentamento de quilombos e também para agir contra o “gentio bravo, que tem invadido algumas fazendas que estão situadas nos diversos rios e córregos que vertem para o Rio Doce, onde fizeram mortes e roubos”, e por esse motivo seria necessário que tais esquadras fossem “mais numerosas e tenham alguma disciplina, porque deste modo poderão ser capazes de servir também utilmente na defesa desta capitania se for invadida pelos castelhanos”.<sup>208</sup> Ou seja, o governador teria também uma força militar que pudesse ser utilizada em caso de invasão espanhola, além de poder utilizar tal corpo militar na defesa do Rio de Janeiro, caso fosse solicitado pelo vice-rei. Noronha tinha conhecimento da existência desse tipo de corpo militar em outros impérios coloniais, pois afirma que tal ação seria necessária para a “a conservação do sossego e paz interior e exterior do Estado” uma vez que a tal “resolução de criar um numeroso Corpo de Caçadores” seria feita “seguindo nesta parte o exemplo de outras nações que tem semelhantes corpos”.<sup>209</sup>

O Corpo de Caçadores deveria ser compostos por “todas as Esquadras do Mato desta capitania, as quais serão reduzidas ao número de 30 praças cada uma, com os seus respectivos capitães e cabos”. Porém, como não havia “gente capaz e bastante” para a formação delas, por conta da “expedição dos quatro mil homens que por ordem” de Noronha havia saído da capitania de Minas Gerais. Os capitães-mores teriam de publicar um edital no qual o governador convoca aqueles que se refugiaram nos matos para ingressarem no Corpo de Caçadores e serem perdoados por terem fugido ao recrutamento. Contudo, para que fossem perdoados, teriam de se apresentar para recrutamento no prazo de até um mês após a publicação do edital. O Corpo de Caçadores deveria ser formado com “todos os mulatos, mestiços, cabras e negros que se acharem no seu distrito, e dos mais robustos e aptos para o trabalho completará as sobreditas esquadras” as quais deveriam ser reduzidas a “30 praças e nomeando para cada uma delas capitães e cabos, que sempre devem ser os mais fortes, os mais atrevidos, os mais acostumados ao trabalho” os quais deveriam ter “maior experiência dos matos. Porém, nunca entrarão nestas esquadras homens brancos, ainda que se achem alguns que sejam revestidos daquelas qualidades”.<sup>210</sup> Ou seja, como podemos ver, o Corpo de Caçadores deveria ser formado exclusivamente por homens de cor aptos a executarem funções que antes cabiam aos capitães do mato, com a diferença que tal corpo poderia ser

<sup>207</sup> BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, N. 75., pg. 122-124.

<sup>208</sup> Cf: *Idem, ibidem.*

<sup>209</sup> Cf: *Idem, ibidem.*

<sup>210</sup> Cf: *Idem, ibidem.*

melhor controlado pelas autoridades. A ideia de se escolher homens que tivessem “maior experiência dos matos”, significa que tal corpo militar seria útil na exploração de novas terras e na consequente descoberta de novas jazidas de ouro. Não havia como adentrar territórios pouco explorados sem algum tipo de segurança, pois sempre se corria o risco de algum ataque de indígenas ou quilombolas. Ao final da correspondência, Noronha adverte os capitães-mores a agirem com a maior brevidade na conclusão das ordens por ele dadas, bem como para que não admitissem que os homens a serem recrutados utilizassem no Corpo de Caçadores armas que não estivessem em bom estado.<sup>211</sup> Segue abaixo o edital na íntegra:

*Faço saber aos que a este edital virem que tendo eu ordenado aos capitães mores dos termos desta capitania que façam reduzir as esquadras do mato dos seus respectivos distritos, que até o presente eram de 15 praças, as mesmas de 30. E não sendo possível o acharem-se agora homens robustos e capazes de executar com valor o dito emprego, por se ter tirado uma grande parte deles para a expedição que acabei de fazer, e por causa da deserção de outros que se refugiaram nos matos. Sou servido perdoar a todos os mulatos, cabras, mestiços e negros que estando incursos nas penas que eu comuniquei por outro edital aos desertores, se apresentarem no prefixo termo de um mês aos capitães mores dos distritos das suas residências com armas de fogo e facas de [rastros], para serem listados nas sobreditas esquadras, que todas hão de formar um Corpo de Caçadores, não só para se empregarem na extensão dos quilombos e prisão dos negros fugidos, mas também nas entradas que fizerem ao mato para rebater os insultos do Gentio e lhes destruir as aldeias. Igualmente serão empregadas as mesmas esquadras de Caçadores na defesa desta capitania, no caso que seja invadida. E sendo preciso que eu passe ao Rio de Janeiro para defender aquela cidade ou a outra qualquer parte com os regimentos da cavalaria auxiliar deste governo, me acompanharão as referidas esquadras, que hei de incorporar para esse fim, as quais ficarão pertencendo todas as presas que fizerem ainda que sejam de grande valor, excetuando petrechos de guerra.*

*Este Corpo de Caçadores será isento de outro qualquer serviço militar e nunca os oficiais e soldados de que se hão de compor poderão ser recrutados ou tirados para fora desta capitania, fora dos casos acima declarados. E para que chegue a notícia de todos, mando que este edital, indo por mim assinado e selado com o selo das mesmas armas, se publique em todas as vilas desta capitania, e que se afixe nos lugares mais públicos delas, registrando-o nos Serviços da Secretaria deste*

---

<sup>211</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

*governo, e onde mais tocar. Dado em Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, 15 de maio de 1777.*<sup>212</sup>

Outro corpo militar que os Caçadores poderiam substituir eram os Terços de Pretos e Pardos. Desde a década de 1760 os governadores de Minas Gerais procuraram regular, disciplinar e organizar os Terços, mas somente com Noronha, como já foi dito, uma maior reestruturação se fez presente. Caso o vice-rei ordenasse, destacamentos dos Terços de Pretos e Pardos poderiam se deslocar até a sede do vice-reino no Rio de Janeiro para a guarnecer. De fato, em 1775, segundo Teixeira Coelho, Noronha teria enviado companhias francas de pretos e pardos para a defesa daquela sede.<sup>213</sup> Porém, a guerra luso-castelhana se intensificou e o governador de Minas teve de mobilizar tropas diretamente para o palco do conflito, para ajudarem na luta contra os *inimigos externos*. Além do mais, teria de tomar providências para que a segurança na própria capitania ficasse assegurada, visto que, como vimos no decorrer dessa dissertação, os ataques dos *inimigos internos* contra a população da capitania nunca cessou. E Dom Antônio de Noronha, assim como boa parte das autoridades que passaram pela administração de Minas Gerais, nunca confiou no trabalho dos capitães do mato. Não podia simplesmente deixar nas mãos desse seguimento de homens de cor armados a segurança interna. Da mesma forma, até mesmo por conta da mobilização de um grande número de soldados de Minas no auxílio a guerra que se travava no sul, o governador não tinha como contar apenas com os Terços de Pretos e Pardos na questão da segurança da capitania. Quando foi ordenado por Lavradio a enviar quatro mil homens para as partes meridionais da América portuguesa para que estes enfrentassem os invasores espanhóis, muitos fugiram para que não fossem recrutados. O Corpo de Caçadores teria como alvo esses desertores. Seria uma segunda chance para esses homens de cor se redimirem e servirem à coroa. Uma vez que ingressassem na tropa, seriam perdoados. E quando esse novo corpo militar estivesse formado, Noronha poderia contar com uma força militar que pudesse substituir as funções daqueles corpos militares que na prática agiam com insuficiência. Também substituiriam tropas cuja confiança o governador não podia depositar totalmente. Falaremos mais dessa tropa no próximo tópico dessa dissertação.

Portanto, o governador Dom Antônio de Noronha chegou a Minas Gerais com a função de fortalecer os corpos militares. Entre estes se encontravam as milícias negras, as

---

<sup>212</sup> Cf. *Idem, ibidem*.

<sup>213</sup> COELHO, *op. cit.*, 158.

quais teriam de ser reestruturadas e institucionalizadas. O governador procurou de todas as maneiras possíveis regulamentar tais corpos militares. Durante toda a segunda metade do século XVIII, outros governadores tiveram como objetivo essa institucionalização, visto que havia grande necessidade disso em Minas Gerais por conta da insegurança constante que existiu no decorrer de todo o século. Contudo, naquele momento o governo não podia apenas se preocupar com os chamados *inimigos internos*, mas também com os *externos*, os espanhóis. A ameaça de uma guerra de grandes proporções era iminente. O envio dos quatro mil homens de cor ao palco do conflito remetia a um passado no qual a principal força militar da capitania de Minas Gerais era composta por tropas irregulares. Contudo, essa medida não freou o processo de institucionalização das milícias negras no decorrer da segunda metade do século XVIII em Minas Gerais.

### **3.3 Hierarquias, postos e funções: institucionalização das milícias negras de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII**

Como vimos, na primeira metade do século XVIII, em Minas Gerais, os capitães do mato eram os principais corpos militares a atuarem contra os *inimigos internos* da capitania. Na segunda metade do século, a ameaça externa, vinda principalmente dos castelhanos e seus aliados, obrigaram a coroa portuguesa a repensar a estrutura de seus corpos militares em Portugal e na América portuguesa. A Carta Régia de 1766, já discutida nesse trabalho, resume essa vontade da coroa de reestruturar totalmente a força militar da parte das Américas que estava sob seu domínio. No que diz respeito às tropas de milicianos de cor em Minas Gerais, podemos observar claramente um movimento gradual de institucionalização a partir da década de 1760. Entre 1760 e 1800, as milícias negras de Minas tiveram uma nítida complexificação de seus quadros hierárquicos e aumento do número de soldados efetivos. Além disso, houve também uma notória extensão desses corpos militares nas inúmeras regiões existentes na capitania. Assim, as milícias negras, ao final do século XVIII, se fizeram presentes até mesmo nas regiões mais remotas da capitania de Minas Gerais.

Com base em mapas das estruturas militares que os governadores tinham de remeter aos seus superiores para prestação de contas, podemos elucidar inúmeras questões relativas às

*black militias* mineiras.

Como também já vimos, Luís Diogo Lobo da Silva foi o primeiro governador a tomar medidas com relação à reestruturação dos corpos militares na capitania de Minas Gerais. No mapa da composição das milícias de Minas Gerais, enviado a Dom José I em 8 de agosto de 1765, podemos perceber o início do movimento de institucionalização das milícias negras. Com base na Tabela 2, podemos tirar algumas conclusões:

**Tabela 2 – Mapa das Milícias das Minas Gerais em agosto de 1765**

Local	Esquadras	Companhias	Tipo	Total dos Pardos libertos	Total dos Pretos libertos	Terço dos Pardos libertos	Terço dos Pretos libertos
Cidade de Mariana	53	13	Pardos	713		237	
	34	8	Pretos		483		161
Vila Rica	33	8	Pardos	507		169	
	36	9	Pretos		556		185
Comarca Rio das Mortes	87	11	Pardos	718		239	
	18	4	Pretos		270		90
São José	53	13	Pardos	795		265	
	17	4	Pretos		255		85
Comarca de Sabará	59	14	Pardos	955		318	
	51	12	Pretos		822		274
Vila de Pitangui	7	1	Pardos	108		36	
	4	1	Pretos		64		21
Vila Nova da Rainha	36	9	Pardos	557		185	
	20	5	Pretos		330		110
Vila do Príncipe	30	7	Pardos	491		163	
	17	4	Pretos		262		87
Minas	28	7	Pardos	629		209	

Novas	17	4	Pretos		470		156
Total	600	134		5473	3512	1821	1169

Fonte: Mapa geral dos Regimentos da Cavalaria Auxiliar, Corpos da Ordenança dos Brancos, Pardos e Pretos libertos de que se compõem as Milícias das Comarcas pertencentes ao Governo de Minas Gerais, com declaração da metade da dita Cavalaria e 3º das Ordenanças. Carta de Luís Diogo Lobo da Silva, governador das Minas, para D. José-I, remetendo mapas da composição das Milícias das Minas Gerais. AHU – MG, cx. 85, doc. 66. Vila Rica, 8 de agosto de 1765.

Podemos perceber, primeiramente, que não foram feitas distinções por parte das autoridades que elaboraram o mapa das milícias de 1765 com relação aos locais onde existiam as tropas destinadas aos homens de cor. Ou seja, ora se menciona que tais corpos militares estão instalados em determinada vila, comarca ou cidade, sem distinção. Também é notório o fato de essas tropas serem separadas nas categorias de “esquadras” e “companhias” tanto de “pretos” quanto de “pardos”. Outra questão curiosa com relação ao mapa de milícias de Minas Gerais de 1765 é a existência de uma coluna com o “total de Pardos libertos” e outra com o “total de Pretos libertos”, pois elas tem uma relação direta com as colunas denominadas de “Terços de Pardos libertos” e “Terços de pretos libertos”. Essas mencionadas colunas correspondem realmente a terça parte de seus respectivos “números totais” de soldados de cor. Portanto, em outras palavras, dividindo-se o “Total de Pardos libertos” e o “Total de Pretos libertos” por três e teremos o “Terço de Pardos libertos” e o “Terço de Pretos libertos”. O Mapa elaborado por Luís Diogo Lobo da Silva não traz informações acerca de hierarquias dos postos militares, nem cita os nomes de seus oficiais ou sub-oficiais. No entanto, podemos notar nesse ano de 1765 já um grande número de tropas de pretos e pardos atuantes na Capitania de Minas Gerais. Era um total de 600 esquadras e 134 companhias de militares de cor. Assim sendo, cada companhia era dividida em 4 esquadras. Havia também um total de 5473 pardos libertos e 3512 pretos libertos que poderiam atuar no campo das armas. O número dos soldados efetivos era de 1821 pardos e 1169 pretos libertos, o que correspondia a uma força militar de 2990 homens. Com o advento da Carta Régia de 1766 e a intensa mobilização militar dos anos seguintes, esse número de soldados efetivos tendia a aumentar.

Dez anos depois, em pleno ano de intensificação dos conflitos nas partes meridionais da América portuguesa, o então governador da capitania de Minas Gerais, Dom Antônio de Noronha, elaborou também um mapa com a relação dos Terços e Companhias de Homens Pardos e Pretos. Com base na Tabela 3, podemos notar algumas especificidades desse mapa em comparação com o anterior, elaborado por Luís Diogo Lobo da Silva em 1765:



**Tabela 3 – Terços de Pretos e Pardos de Minas Gerais em 1775**

Região	Tipo de tropa	Número de soldados
Comarca de Vila Rica	O Terço dos Homens Pardos daquele Mestre de Campo Francisco Alexandrino; é composto de treze companhias de sessenta praças cada uma que fazem a forma de	780
	Quatro companhias de Pretos de sessenta praças	240
	Na cidade de Mariana, dez companhias de Homens Pardos de sessenta praças cada uma	600
	Três companhias de Pretos com sessenta praças	180
Comarca de Rio das Mortes	Na Vila de São João Del Rei, havia oito companhias de Homens Pardos. Formei mais duas de sessenta praças cada uma, que todas fazem o número de	600
	Quatro companhias de Pretos de sessenta praças	240
	Na vila de São José, seis companhias de Homens Pardos de sessenta praças cada uma	360
	Duas companhias de Pretos de sessenta praças	120
Total		3120

Fonte: Relação dos Terços e Companhias de Homens Pardos e Pretos que existem nas Comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes. Carta de D. Antônio de Noronha, governador de Minas, informando Martinho de Melo e Castro sobre a sua chegada a Vila Rica, assim como sobre as medidas que tem tomado no sentido de reorganizar os corpos militares da referida Capitania. AHU – MG, cx. 108, doc. 32. Vila Rica, 14 de junho de 1775.

Nos chama atenção o fato de nesse mapa os terços serem divididos regionalmente com base nas Comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes. Ou seja, aqui já se fazem distinções entre Vilas, Cidades e Comarcas no que diz respeito à distribuição espacial das milícias negras. Dom Antonio de Noronha destaca no seu mapa que cada companhia dos Terços de Pretos e Pardos tinha exatamente 60 praças (soldados). Outra coisa que podemos notar é o fato de o governador citar o nome de um dos comandantes de tropa. No caso, Noronha se refere ao mestre de campo Francisco Alexandrino, o qual liderava o Terço de dos Homens Pardos da Comarca de Vila Rica. O pardo tinha sob seu comando 780 homens, divididos em 13 companhias de 60 soldados cada uma. O total de soldados efetivos que compunham os Terços de Pretos e Pardos de Minas Gerais em 1775 era de 3120 homens. O mapa de tropas de

Noronha, assim como o de Luís Diogo Lobo da Silva, não especifica as hierarquias dos postos das milícias negras de Minas Gerais. Contudo, o processo de institucionalização desses corpos militares caminhava nitidamente para uma maior complexificação, a qual caminhava lado a lado com o aumento do número de efetivos.

Em carta de 1º de janeiro de 1787, o então governador de Minas Gerais, Luís da Cunha Menezes, remete ao secretário de Estado da Marinha, Martinho de Melo e Castro, um mapa dos Regimentos de Cavalaria, Infantaria e Terços Auxiliares de homens brancos, pardos e pretos. Nesse período as milícias negras de Minas Gerais já estavam bem estabelecidas, mais complexas e tinham um grande número de efetivos. Com base no mencionado mapa, elaboramos a Tabela 4:

**Tabela 4 – Milícias de cor de Minas Gerais em 1787**

Tipo de Tropa	Comarcas	Denominações dos Regimentos e Terços	Nomes de seus Coronéis e Mestres de Campo	Locais de parada dos Regimentos e Terços	Léguas do local de parada até Vila Rica
Terços de Infantaria de pretos e pardos	Vila Rica	Vila Rica	Mestre de Campo Francisco Alexandrino	Vila Rica	.
		Cidade de Mariana	Luiz Correia Lisboa	Cidade de Mariana	2
		Arraial do Inficionado	Gregório Pereira Valadão	Arraial do Inficionado	6
	Rio das Velhas	Vila do Sabará	Antônio Vieira da Costa	Vila do Sabará	14
		Vila do Sabará – de Pretos	Gonçalo Dias	Vila do Sabará – de Pretos	14
	Rio das Mortes	Vila de São João	Manoel Inácio Alvarenga	Vila de São João	24
		Vila de São José	Joaquim Pereira da Silva	Vila de São José	23
Regimentos de Infantaria de homens brancos e pardos	Vila Rica	Arraial de Guarapiranga	Coronel José Muniz Vieira	Arraial de Guarapiranga	10
	Rio das Velhas	Arraial de Piracatú – dos brancos	Theodozio Duarte Coimbra	Arraial de Piracatú – dos brancos	120
		Lagoa Grande do Sabará	Manoel Pereira de Freitas	Lagoa Grande do Sabará	21

		Arraial do Betté	José Rodrigues da Fonseca	Arraial do Betté	20
	Rio das Mortes	Termo da Vila de São José	Miguel Teixeira da Silva	Termo da Vila de São José	23
		Arraial de Lavras do Febril	Felipe [Neire] Gomes	Arraial de Lavras do Febril	35
		Lagoa da Juruoca	Thomas da Rocha Sousa	Lagoa da Juruoca	44
	Serro do Frio	Vila do Príncipe	Domingos Pereira de Braga	Vila do Príncipe	46
		Arraial do Tejuco	Paulo José Velho Barreto	Arraial do Tejuco	56

Fonte: Carta de Luís da Cunha Menezes, governador de Minas Gerais, para Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Ultramar, dando conta do estado dos diversos corpos militares e remetendo um mapa referente aos mesmos. Mapa dos Regimentos de Cavalaria, Infantaria e Terços Auxiliares de homens brancos, pardos e pretos de Minas Gerais. AHU – MG, cx. 126, doc. 15. Vila Rica, 1 de fevereiro de 1787.

Baseando-se nessa tabela, podemos perceber inúmeras diferenças com relação aos mapas de tropas elaborados por Luís Diogo Lobo da Silva, em 1765, e Dom Antonio de Noronha, em 1775. O mapa de Menezes divide as milícias negras em Terços de Infantaria de pretos e pardos e Regimentos de infantaria de pardos (conjuntamente com a de brancos). Aqui não se faz distinção, portanto, nos Terços, entre pretos e pardos. Também não há menção às esquadras ou companhias dessas tropas. As tropas se dividiam, em 1787, entre as comarcas de Vila Rica, Rio das Velhas, Rio das Mortes e Serro Frio. As denominações dos Regimentos e dos Terços estava totalmente relacionado com a região a que faziam parte, fossem Vilas, cidades ou arraiais. O mapa também traz os nomes dos coronéis e mestres de campo das respectivas tropas. Por exemplo, o mestre de campo Francisco Alexandrino – já anteriormente mencionado no mapa de tropas elaborado por Antonio de Noronha em 1775 – liderava o Terço de Infantaria de Pretos e Pardos de Vila Rica, existente nessa respectiva vila. O mapa também traz informações acerca da proximidade dos locais de parada das tropas em relação a Vila Rica; portanto, podemos considerar que os mapas de tropas passaram a não só trazerem informações numéricas sobre o estado geral da força militar da capitania de Minas Gerais, mas também informações sobre estratégia militar. Ou seja, caso fosse preciso reunir as tropas em Vila Rica, as autoridades saberiam com precisão, teoricamente, quais corpos militares chegariam com mais antecedência e quais teriam mais dificuldade para realizar tal ação, por

conta da distância de seus locais de paragem até a mencionada vila.

O mapa elaborado pelo governador Luís da Cunha Menezes também nos dá uma ideia precisa dos quadros de hierarquia das milícias negras em Minas Gerais. Elaboramos a Tabela 5 com base nessas informações:

**Tabela 5 – Quadros hierárquicos das Milícias Negras de Minas Gerais em 1787**

Tipos de Tropa	Denominações dos Regimentos e Terços	Oficiais de Patente						Oficiais Inferiores	
		Coronéis e Mestres de Campo	Tenentes Coronéis	Sargentos Maiores	Capiães	Tenentes	Alferes	Porta Bandeiras	Cabos de Esquadra
Terços de Infantaria de pretos e pardos	Vila Rica	1		1	5		7	7	30
	Cidade de Mariana	1		1	5		7	7	30
	Arraial do Inficionado	1		1	5		7	7	30
	Vila do Sabará	1		1	5		7	7	30
	Vila do Sabará – de Pretos	1		1	5		7	7	30
	Vila de São João	1		1	5		7	7	30
	Vila de São José	1		1	5		7	7	30
Regimentos de Infantaria de homens brancos e pardos	Arraial de Guarapiranga	1	1	1	7	10	10	10	50
	Arraial de Piracatú – dos brancos	1	1	1	7	10	10	10	50
	Lagoa Grande do Sabará	1	1	1	7	10	10	10	50

	Arraial do Betté	1	1	1	7	10	10	10	50
	Termo da Vila de São José	1	1	1	7	10	10	10	50
	Arraial de Lavras do Febril	1	1	1	7	10	10	10	50
	Lagoa da Juruoca	1	1	1	7	10	10	10	50
	Vila do Príncipe	1	1	1	7	10	10	10	50
	Arraial do Tejuco	1	1	1	7	10	10	10	50
Total		16	9	16	98	90	139	139	660

Fonte: Carta de Luís da Cunha Menezes, governador de Minas Gerais, para Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Ultramar, dando conta do estado dos diversos corpos militares e remetendo um mapa referente aos mesmos. Mapa dos Regimentos de Cavalaria, Infantaria e Terços Auxiliares de homens brancos, pardos e pretos de Minas Gerais. AHU – MG, cx. 126, doc. 15. Vila Rica, 1 de fevereiro de 1787.

Como se pode notar, o mapa de Menezes traz além dos nomes dos comandantes de cada uma das tropas - apresentados na tabela 4 - os número de seus oficiais de patente e oficiais inferiores. Os oficiais de patente seriam: Coronéis e Mestres de Campo, Tenentes Coronéis, Sargentos Maiores, Capitães, Tenentes e Alferes; já os oficiais inferiores eram: Porta Bandeiras e Cabos de Esquadra. O mapa apresenta também o número total desses oficiais, que seria de 1167 sujeitos. Curiosamente não nos é informado nesse documento o número total de soldados efetivos que faziam parte das milícias negras mineiras. Contudo, visto esse elevado número de oficiais que nos é apresentado pelo mapa, podemos deduzir que o contingente militar das tropas de pretos e pardos aumentou consideravelmente entre 1775 e 1787. E no final do século XVIII esse contingente de militares de cor tendia a aumentar ainda mais.

Em 15 de outubro de 1800, o então governador de Minas, Bernardo José de Lorena, enviou para Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, um Mapa dos Regimentos de Infantaria de Milícias da Capitania de Minas Gerais. O documento é tão bem detalhado que tivemos que dividir suas informações em 5 tabelas. A Tabela 6 apresenta os postos mais elevados do quadro hierárquico das milícias negras mineiras daquele ano de 1800:

**Tabela 6 – Estado Maior das milícias negras de Minas Gerais em 1800**

Comarcas	Denominação dos Regimentos	Estado Maior					
		Coronéis	Tenentes Coronéis	Sargentos-mores	Ajudantes	Quartéis-mestres	Tambores-mores
Vila Rica	Quatro Companhias de Pardos desta Vila			1	1		
	Regimento de Pardos da Cidade de Mariana	1		1	1	1	1
Rio das Mortes	Regimento de Pardos da Vila de São João Del Rei			1		1	
	Regimento de Pardos da Vila de São José	1		1	1		
Rio das Velhas	Regimento de Pardos da Vila de Sabará					1	
	Regimento de Pretos da dita Vila			1			
	Pardos da Vila Nova da Rainha	1		1			
Total dos Regimentos		3	0	6	3	3	1

Fonte: Mapa dos Regimentos de Infantaria de Milícias da Capitania de Minas Gerais, formados posteriormente aos que criou o Governador e Capitão-General Conde de Valadares em observância da Carta Régia de 1766. Mapa do ano de 1799. Carta (1ª via) de Bernardo José de Lorena, governador das Minas, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enviando os mapas das tropas pagas e milicianas da Capitania das Minas, de 1799.AHU – MG, cx. 154, doc. 41. Vila Rica, 15 de outubro de 1800.

Como podemos observar, o mapa não faz menção a Terços, como faziam os mapas anteriormente por nós analisados. Isso porque em 1º de agosto de 1796 Dona Maria I estabeleceu uma nova lei que os extinguiu. A partir dali os corpos militares seriam denominados por *milícias*, as quais eram formadas por regimentos. Segundo o texto da lei,

*Querendo Eu dar às Tropas Auxiliares dos Meus Reinos provas manifestas da Minha Real Satisfação, e do muito que elas merecem, Sou servida Declarar que todos os Corpos até agora intitulados Terços Auxiliares serão denominados para*

*o futuro Regimentos de Milícias das Comarcas, ou Distritos aonde pertencerem; que todos os seus Mestres de Campo serão, outrossim, denominados Coronéis de Milícias, à imitação dos das Tropas pagas; e que poderão usar de Banda em todas as funções militares.*<sup>214</sup>

O decreto de 1796 tinha a nítida intenção de equiparar as Tropas Auxiliares ao Exército Regular. Para isso, seria criado o Estado Maior, com seus oficiais, sub-oficiais, além de uma companhia de Caçadores. No total, cada Regimento de Milícias teria de ser composto por 800 indivíduos.<sup>215</sup> O Regimento dos Úteis, criado em 1797 na Capitania de São Paulo, também tinha essa estrutura.<sup>216</sup> Os postos militares do Estado Maior se dividiam em: Coronéis, Tenentes Coronéis, Sargentos-mores, Ajudantes, Quartéis-Mestres e Tambores-mores. Esses oficiais comandavam os regimentos de pardos e pretos distribuídos entre as comarcas de Vila Rica, Rio das Mortes e Rio das Velhas. Vila Rica tinha 4 companhias de pardos e um Regimento de Pardos na Cidade de Mariana; a comarca de Rio das Mortes possuía dois Regimentos de Pardos em 1800: o da Vila de São João Del Rei e o da Vila de São José. Por sua vez, Rio das Mortes tinha um Regimento de Pretos e dois Regimentos de Pardos, estes últimos de Sabará e da Vila Nova da Rainha, respectivamente. A Tabela 7 nos apresenta os Oficiais de Patente.

**Tabela 7 – Oficiais de Patente das milícias negras de Minas Gerais em 1800**

Comarcas	Denominação dos Regimentos	Oficiais de Patente		
		Capitães	Tenentes	Alferes
Vila Rica	Quatro Companhias de Pardos desta Vila	4	4	4
	Regimento de Pardos da Cidade de Mariana	10	10	10

<sup>214</sup> Cf.: Decreto de 7 de agosto de 1796. Regulando os corpos auxiliares do exército, denominando-os para os futuros regimentos de milícias. *Coleção da legislação portuguesa desde a última compilação das ordenações, redigida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva*. Legislação de 1791 a 1801. Lisboa: Na Tipografia Maigrense, 1828, pp. 295-297.

<sup>215</sup> Cf.: *Idem, ibidem*.

<sup>216</sup> SOUZA, Fernando Prestes de. *Milicianos pardos em São Paulo: cor, identidade e política*. (1765-1831). Curitiba, 2011. (Dissertação de mestrado), p. 83.

Rio das Mortes	Regimento de Pardos da Vila de São João Del Rei	9	9	7
	Regimento de Pardos da Vila de São José	6	3	7
Rio das Velhas	Regimento de Pardos da Vila de Sabará	9	6	7
	Regimento de Pretos da dita Vila	5	.	3
	Pardos da Vila Nova da Rainha	10	2	8
Total dos Regimentos		53	34	46

Fonte: Mapa dos Regimentos de Infantaria de Milícias da Capitania de Minas Gerais, formados posteriormente aos que criou o Governador e Capitão-General Conde de Valadares em observância da Carta Régia de 1766. Mapa do ano de 1799. Carta (1ª via) de Bernardo José de Lorena, governador das Minas, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enviando os mapas das tropas pagas e milicianas da Capitania das Minas, de 1799. AHU – MG, cx. 154, doc. 41. Vila Rica, 15 de outubro de 1800.

Capitães, Tenentes e Alferes compunham essa categoria do oficialato das milícias de cor de Minas Gerais. No total, a capitania possuía em 1800, 53 capitães, 34 Tenentes e 46 alferes. O Regimento de Pardos da Cidade de Mariana era o que tinha o maior números de Oficiais de Patente na capitania. A tropa tinha 10 capitães, 10 Tenentes e 10 alferes; portanto, contava com 30 Oficiais de Patente. A Tabela 8 apresenta a relação dos Oficiais Inferiores das milícias negras de Minas Gerais em 1800:

**Tabela 8 – Mapa dos Oficiais Inferiores das Milícias Negras de Minas Gerais em 1800**

Comarcas	Denominação dos Regimentos	Oficiais Inferiores					
		Sargentos, Furriéis e Porta-bandeiras			Cabos		
		Prontos	Doentes	Com licença	Prontos	Doentes	Com licença
Vila Rica	Quatro Companhias de Pardos desta Vila	9	1	1	15	1	4
	Regimento de Pardos da Cidade de Mariana	32			50		
Rio das Mortes	Regimento de Pardos da Vila de São João Del Rei	32			50		



	Regimento de Pardos da Vila de São José	29			48		
Rio das Velhas	Regimento de Pardos da Vila de Sabará	27			45		
	Regimento de Pretos da dita Vila	23			41		
	Pardos da Vila Nova da Rainha	32			50		
Total dos Regimentos		184	1	1	299	1	4

Fonte: Mapa dos Regimentos de Infantaria de Milícias da Capitania de Minas Gerais, formados posteriormente aos que criou o Governador e Capitão-General Conde de Valadares em observância da Carta Régia de 1766. Mapa do ano de 1799. Carta (1ª via) de Bernardo José de Lorena, governador das Minas, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enviando os mapas das tropas pagas e milicianas da Capitania das Minas, de 1799. AHU – MG, cx. 154, doc. 41. Vila Rica, 15 de outubro de 1800.

Os Oficiais Inferiores eram subdivididos em duas categorias: Sargentos, Furriéis e Porta-bandeiras; e Cabos. O mapa também tenta quantificar aqueles militares que estão aptos ou inaptos a exercer a sua função, utilizando para isso as categorias que dividiam os sujeitos que estariam “prontos”, daqueles que estariam “doentes” e “com licença”. A Tabela 9 apresenta o número de Tambores, Pífanos e Soldados de cada um dos Regimentos de Pretos e Pardos de Minas Gerais em 1800:

**Tabela 9 – Tambores, Pífanos e Soldados dos Regimentos de Pretos e Pardos de Minas Gerais em 1800**

Comarcas	Denominação dos Regimentos	Tambores e Pífanos			Soldados		
		Prontos	Doentes	Com licença	Prontos	Doentes	Com licença
Vila Rica	Quatro Companhias de Pardos desta Vila	3			189	18	28
	Regimento de Pardos da Cidade de Mariana	12			553		
Rio das Mortes	Regimento de Pardos da Vila de São João Del Rei	12			608		
	Regimento de Pardos da Vila de São José	2			439		

Rio das Velhas	Regimento de Pardos da Vila de Sabará	4			608		
	Regimento de Pretos da dita Vila	7			526		
	Pardos da Vila Nova da Rainha	12			267	2	17
Total dos Regimentos		52			3190	20	45

Fonte: Mapa dos Regimentos de Infantaria de Milícias da Capitania de Minas Gerais, formados posteriormente aos que criou o Governador e Capitão-General Conde de Valadares em observância da Carta Régia de 1766. Mapa do ano de 1799. Carta (1ª via) de Bernardo José de Lorena, governador das Minas, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enviando os mapas das tropas pagas e milicianas da Capitania das Minas, de 1799. AHU – MG, cx. 154, doc. 41. Vila Rica, 15 de outubro de 1800.

Assim como no quadro dos Oficiais Inferiores, o mapa também divide os sujeitos nas categoria “prontos”, “doentes” e “com licença”. Apesar de ser a tropa com menor número de militares (por conta de não ser um Regimento completo, pois contava apenas com algumas companhias), as Quatro Companhias de Pardos de Vila Rica era a que tinha mais Soldados “doentes” ou “com licença” no ano de 1800. Tal corpo militar contava com 189 soldados “prontos”, 18 “doentes” e 28 “com licença”. Já o Regimento de Pardos da Vila Nova da Rainha contava com 267 Soldados “prontos”, 2 “doentes” e 17 “com licença”. Mesmo assim, as milícias negras de Minas Gerais apresentadas pelo mapa elaborado a pedido do governador Bernardo José de Lorena em 1800 contava com 3190 soldados aptos a exercerem suas funções militares. O número total dos homens de armas que compunham as milícias negras de Minas Gerais nesse ano é apresentado na Tabela 10:

**Tabela 10 - Estado Efetivo e Completo das milícias negras de Minas Gerais de 1800**

Comarcas	Denominação dos Regimentos	Estado Efetivo	Falta para Completar	Estado Completo
Vila Rica	Quatro Companhias de Pardos desta Vila	283	7	290
	Regimento de Pardos da Cidade de Mariana	682	118	800
Rio das Mortes	Regimento de Pardos da Vila de São João Del Rei	729	71	800
	Regimento de Pardos da Vila de São José	537	263	800
Rio das Velhas	Regimento de Pardos da Vila de Sabará	707	93	800

	Regimento de Pretos da dita Vila	607	193	800
	Pardos da Vila Nova da Rainha	401	399	800
Total dos Regimentos		3946	1144	5090

Fonte: Mapa dos Regimentos de Infantaria de Milícias da Capitania de Minas Gerais, formados posteriormente aos que criou o Governador e Capitão-General Conde de Valadares em observância da Carta Régia de 1766. Mapa do ano de 1799. Carta (1ª via) de Bernardo José de Lorena, governador das Minas, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enviando os mapas das tropas pagas e milicianas da Capitania das Minas, de 1799. AHU – MG, cx. 154, doc. 41. Vila Rica, 15 de outubro de 1800.

Como foi dito, o objetivo do decreto de 1º de agosto de 1796, o qual extinguiu os Terços e os substituiu por Regimentos de Milícias, era de formar tropas com 800 indivíduos, entre oficiais e demais soldados. Contudo, tal número de pessoas aptas a exercer o serviço das armas era muito difícil de atingir. Mesmo as Vilas de São João Del Rei e de Sabará, que tinham grande número de pardos entre seus habitantes, não conseguiam atingir o número de 800 efetivos. Por esse motivo o mapa dos Regimentos de Milícia de Minas Gerais de 1800 apresenta os números que continham o Estado Efetivo das tropas de militares de cor e o tanto que “Falta para completar” aquele objetivo de 800 sujeitos no ofício das armas. O Estado Completo dos milicianos de cor de Minas Gerais, em teoria, contava com 5090 homens de armas. Contudo, o Estado Efetivo dessas tropas contava com 3946 indivíduos aptos a exercerem a função militar.

O Corpo de Caçadores, criado por Dom Antonio de Noronha em decreto de 15 de maio de 1777<sup>217</sup>, e institucionalizado pelo decreto régio de 1º de agosto de 1796, também ganha destaque no mapa do Regimento de Milícias de Minas Gerais elaborado na gestão do governador Bernardo José de Lorena em 1800. A Tabela 11 apresenta esse corpo militar:

**Tabela 11 - Companhia de Infantaria de Caçadores de Vila Rica de 1º de outubro de 1799**

Graduações	Prontos	Doentes	Destacados	Em delinquências	Com licença	Recrutas	Estado Efetivo	Falta para completar	Estado Completo
Sargento	1						1		1

<sup>217</sup> Ver páginas 55 a 59 dessa dissertação.

Furriel	1						1		1
Porta Bandeira	1						1		1
Cabos de Esquadra	4		1				5		5
Tambores	2						2		2
Anspeçadas e Soldados	50	7	21	10		8	96	7	103
Total	59	7	22	10		8	106	7	113

Fonte: Mapa dos Regimentos de Infantaria de Milícias da Capitania de Minas Gerais, formados posteriormente aos que criou o Governador e Capitão-General Conde de Valadares em observância da Carta Régia de 1766. Mapa do ano de 1799. Carta (1ª via) de Bernardo José de Lorena, governador das Minas, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enviando os mapas das tropas pagas e milicianas da Capitania das Minas, de 1799. AHU – MG, cx. 154, doc. 41, p. 5. Vila Rica, 15 de outubro de 1800.

A Companhia de Infantaria de Caçadores de Vila Rica tinha um contingente efetivo de 106 indivíduos de inúmeras graduações. A tropa era comandada por um Sargento, e continha também um Furriel, um Porta-bandeira, quatro Cabos de Esquadra, 2 Tambores e 50 Soldados e Anspeçadas “prontos”. Entre os Soldados e Anspeçadas, outros 21 estavam “destacados”, 10 estavam “em delinquência” e 8 eram “recrutas”. Nenhum desses militares se encontrava “em licença”. Contudo, 7 sujeitos, entre Soldados e Anspeçadas, estavam “doentes”.

As Tabelas 12 e 13 apresentam outro Mapa dos Regimentos de Infantaria de Milícias de Minas Gerais, elaborado em 1º de outubro de 1799 também na gestão de Bernardo José de Lorena e enviado para o Ministro Dom Rodrigo de Sousa Coutinho em 15 de outubro de 1800:

**Tabela 12 – Principais postos das milícias negras de Minas Gerais em 1799**

Regimentos	Estado Maior						Oficiais de Patente		
	Coronéis	Tenentes Coronéis	Sargentos- mores	Ajudantes	Quartéis- mores	Tambores- mores	Capitães	Tenentes	Alferes
Regimento de Pardos de	1			1	1	1	10	10	10

Vila Rica									
Regimento de Brancos de Bambuí	1				1	1	9	10	10
Regimento de Brancos de Piracatú			1	1			7	1	4
Total dos regimentos	2		1	2	2	2	26	21	24

Fonte: Mapa dos Regimentos de Infantaria de Milícias da Capitania de Minas Gerais, formados posteriormente aos que criou o Governador e Capitão-General Conde de Valadares em observância da Carta Régia de 1766. Mapa do ano de 1799. Carta (1ª via) de Bernardo José de Lorena, governador das Minas, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enviando os mapas das tropas pagas e milicianas da Capitania das Minas, de 1799.AHU – MG, cx. 154, doc. 41, p. 7. Vila Rica, 15 de outubro de 1800.

**Tabela 13 - postos inferiores, Tambores, Pífanos, Soldados, Estado Efetivo das tropas e Estado Completo das milícias negras de Minas Gerais em 1799**

Estado Completo das Armas Regras de Vilas Gerais em 1799																
Regimentos	Oficiais Inferiores						Tambores e Pífanos			Soldados			Esta do Efeti vo	Falt a para Com pleta r	Esta do Com pletor	
	Sargentos Furriéis e Portas-bandeira			Cabos			Pro ntos	Doe ntes	Co m lice nça	Pronto s	Doentes	Com licença				
	Prontos	Doentes	Com licença	Prontos	Doentes	Com licença										
Regimento de Pardos de Vila Rica	29	2	1	43	2	3	10				510	23	43	700	100	800
Regimento de Brancos de Bambuí	31	1		50			12				669			795	5	800
Regimento de Brancos de Piracatú	32			50							669			765	35	800
Total dos regimentos	92	3	1	143	2	3	22	0	0		1868	23	43	2260	140	2400

Fonte: Mapa dos Regimentos de Infantaria de Milícias da Capitania de Minas Gerais, formados posteriormente aos que criou o Governador e Capitão-General Conde de Valadares em observância da Carta Régia de 1766. Mapa do ano de 1799. Carta (1ª via) de Bernardo José de Lorena, governador das Minas, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, enviando os mapas das tropas pagas e milicianas da Capitania das Minas, de 1799.AHU – MG, cx. 154, doc. 41, p. 7. Vila Rica, 15 de outubro de 1800.

O que mais chama atenção nesse mapa é o fato dele comportar numa mesma relação números de milícias de brancos e de pardos. O Regimento de Pardos de Vila Rica está destacado conjuntamente com o Regimento de Brancos de Piracatú e o Regimento de Brancos de Bambuí. O Regimento de Pardos de Vila Rica apresentado nesse mapa de 1º de outubro de 1799 também era o que tinha mais oficiais do Estado Maior e mais Oficiais de Patente. Enquanto o Regimento de Brancos de Bambuí tinha 3 oficiais de Estado Maior e o Regimento de Brancos de Piracatú contava com 2, o Regimento de Pardos de Vila Rica continha 4 oficiais de Estado Maior: um Coronel, um Ajudante, um Quartel-mor e um Tambor-mor. Entre o oficialato de Parente, a tropa tinha 10 capitães, 10 tenentes e 10 alferes, muito mais que os 7 Capitães, 1 Tenente e 4 Alferes da tropa de Piracatú. O número de oficiais de Patente do Regimento de Pardos de Vila Rica era relativamente grande em comparação aos outros dois Regimentos de brancos, mesmo sendo o corpo militar que contava com menos soldados efetivos. Também era o Regimento que trazia mais indivíduos “doentes” ou “com licença”, entre oficiais inferiores e soldados. Mesmo assim, os três Regimentos juntos contavam com uma força militar efetiva de 2260 homens, sendo 700 desses do Regimento de Pardos de Vila Rica, 795 do Regimento de Brancos de Bambuí e 765 do Regimento de Brancos de Piracatú.

Como se pode ver, na segunda metade do século XVIII em Minas Gerais as milícias negras foram gradualmente se institucionalizando e ganhando mais espaço na sociedade mineira. Os mapas de milícias elaborados nas gestões dos governadores Luís Diogo Lobo da Silva, de 1765, Dom Antonio de Noronha, de 1775, Luís da Cunha Meneses de 1787 e Bernardo José de Lorena, de 1800, nos apontam para esse processo de institucionalização dos corpos de milicianos negros em Minas Gerais. Se em 1765 o soldado de cor aparecia nesses mapas da força militar mineira apenas como um número que se somava aos outros corpos militares, ao final do século as *black militias* de Minas Gerais passaram a ter um grande número de efetivos, postos e funções militares com as mais diversas hierarquias. Além disso, até mesmo os nomes de seus comandantes ganharam destaque. Portanto, podemos afirmar que em Minas Gerais, a institucionalização das milícias negras na segunda metade do século XVIII possibilitou um processo gradual no qual os *outsiders* foram aos poucos se estabelecendo. Isso com certeza refletiu nos principais círculos sociais da capitania na segunda metade do século XVIII.

### 3.4 O gradual estabelecimento dos *outsiders*: militares de cor nos círculos sociais das Minas Setecentistas

Como já vimos, é notório o fato de que na segunda metade do século XVIII houve uma incessante busca pela institucionalização das milícias negras em Minas Gerais. Isso se deu também a medida que o discurso acerca do papel dos homens livres de cor na capitania foi se transformando paulatinamente. Segundo o historiador Marco Antonio Silveira, houve uma “passagem gradual de discursos e práticas focados na repressão aos mulatos – tidos por vadios e ociosos – para o reconhecimento da importância dos pardos na preservação da ordem pública”.<sup>218</sup> Se no início do mencionado século, como vimos nos capítulos anteriores dessa dissertação, se destacou a figura do capitão do mato como homem de cor responsável por adentrar nos matos em busca de negros fugidos e para enfrentar indígenas hostis, a partir da segunda metade do século novos corpos militares destinados a homens de cor foram surgindo. Podemos afirmar que houve uma construção efetiva do que podemos chamar de um campo militar negro na capitania de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII.<sup>219</sup> Um campo social supõe construção de hierarquias e disputa por espaço no próprio interior desse campo. Portanto, ao mesmo tempo que foi possível a alguns homens de cor se tornarem oficiais e subirem nas hierarquias dos corpos militares, conseguindo assim relativamente elevar seu status social, também havia aqueles casos dos indivíduos que ocupavam os postos mais baixos nas tropas e que não tinham grandes oportunidades. Os primeiros tinham a oportunidade de ingressar nos círculos sociais da capitania de maneira efetiva. Os segundos, no entanto, deixaram poucos registros históricos.

Entre os que ingressaram nesses círculos sociais mais importantes se encontram aqueles que adquiriram um senso de pertencimento ligado ao campo militar e atuaram na reprodução de um discurso positivo acerca do papel dos homens de cor na sociedade mineira do setecentos. É o caso de José Inácio Marçal Coutinho, um escrevente de Vila Rica que em 1755 se dirigiu à corte para requerer a patente de capitão-mor dos matos. Coutinho faz questão de apresentar sua visão positiva acerca da importância dos homens de cor para a capitania de Minas. Segundo ele, os indivíduos de cor sempre cooperaram e estiveram

---

<sup>218</sup> SILVEIRA, Marco Antonio . Narrativas de contestação. Os Capítulos do crioulo José Inácio Marçal Coutinho (Minas Gerais, 1755-1765. *História Social* (UNICAMP), v. 17, 2009, p. 286.

<sup>219</sup> PAULA, L. F. O campo militar negro em Minas Gerais no Século XVIII In: *XVIII Semana de História - Fontes históricas: abordagens e métodos*, 2010.

dispostos a servir a coroa, além de sempre terem auxiliado as autoridades mineiras no que fosse preciso. Esse auxílio geralmente se daria sob a forma de entrada nos matos para combater indígenas hostis e negros amocambados.<sup>220</sup> Atuaram, segundo Coutinho, sobretudo, nos “anos de levantamentos dos paulistas, Pascoal Silva e outros do Morro do Ouro Preto, e de outros régulos e contrabandistas, dos fautores de moeda falsa” e também para prenderem os “passadores do ouro por alta”.<sup>221</sup> Ou seja, na visão de Coutinho, manter a ordem social na capitania contra seus *inimigos internos* sempre foi uma função que os homens de cor exerceram muito bem. Com a gradual institucionalização das milícias negras na segunda metade do setecentos, de fato os homens de cor que pertenciam aos altos postos militares passaram conseguir maior destaque nos círculos sociais.

Nas fontes por nós consultadas, podemos perceber que no decorrer do tempo, em Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII, houve um aumento do número de requerimentos de sesmarias, confirmação em postos militares, e também uma maior troca de correspondências entre homens de cor e as autoridades da capitania.

Como exemplo disso, temos o já mencionado Francisco Alexandrino, o qual se submeteu em julho de 1763, a exames de aritmética e evoluções militares, os quais foram aplicados pelo ajudando de ordens Jerônimo de Matos e pelo alferes João Carlos Xavier da Silva Ferrão. Após passar nos exames, recebeu patente como capitão da companhia de ordenanças de pé dos homens pardos de Vila Rica. Em 1766, ano em que foi enviada a Carta Régia que ordenava a reestruturação militar da América portuguesa, Francisco Alexandrino fora indicado pela câmara de Vila Rica novamente no posto. Entre as realizações do capitão pardo que proporcionaram sua posição nas milícias negras estavam as “contínuas expedições de entrar nos matos contra os negros fugidos”. As câmaras o consideravam homem de “morigerados costumes, louvável conduta, capacidade e outras circunstâncias que o fazem merecedor desta atenção”. Apesar de confirmado no posto, não receberia soldo, mas teria todas “as honras, graças e isenções do posto”.<sup>222</sup> Na década de 1770, como vimos no tópico anterior, Francisco Alexandrino se tornou mestre de campo do Terço de Pretos e Pardos de Vila Rica. A partir de então, o mestre de campo participaria efetivamente do círculo social da capitania de Minas Gerais, se correspondendo com as autoridades e utilizando do seu posto para adquirir mais status social. Por exemplo, quando solicitado pelos oficiais da câmara de

<sup>220</sup> Silveira, Marco Antonio. *op. cit.*, p. 289.

<sup>221</sup> *Idem. Ibidem.*

<sup>222</sup> Cf. Requerimento de Francisco Alexandrino. AHU – Minas Gerais. Cx. 90. Doc. 46. Vila Rica, 20, de maio de 1767.



Vila Rica, em 23 de maio de 1769, a levar seu Terço para participar das festividades de Corpus Christi na praça central da vila, não pestanejou e atendeu prontamente. Na sua resposta aos oficiais da câmara, diz se orgulhar de poder participar junto de sua tropa de uma festividade tão tradicional, com a qual realizaria uma procissão.<sup>223</sup>

É claro que Francisco Alexandrino também realizava funções que diziam respeito ao posto militar que ocupava. Por exemplo, se houvesse uma fuga de presos na cadeia de Vila Rica, o mestre de campo teria de agir prontamente e avisar as autoridades, esperando assim que lhe dessem instruções acerca de como proceder com relação ao ocorrido. Tal evento ocorreu em 30 de janeiro de 1782. O carcereiro da cadeia de Vila Rica, José Mendes Pereira, havia sido rendido por presos que se encontravam armados com facas comuns ao ofício de sapateiro, além de pistola e facão. Pereira fora espancado e os presos fugiram. Francisco Alexandrino avisa aos oficiais da câmara que colocou soldados para procurarem nas redondezas da cadeia e para irem até a casa de um dos fugitivos, conhecido como Galvão, o qual teria muitos amigos e parentes considerados “ciganos”, que poderiam ajudá-lo na fuga para fora da capitania. Contudo, até aquele momento, avisa Francisco Alexandrino, “não se tem havido novidade de circunstância”, a não ser a recuperação de “quatro presos fugidos”; entre eles, “um branco e três pretos”.<sup>224</sup> Ou seja, o mestre de campo tinha de ficar atento aos mínimos detalhes do cotidiano mineiro. Qualquer tipo de crime ocorrido em Vila Rica deveria ser acompanhado de perto pelo militar. Era a obrigação que tinha por conta do posto que ocupava. Contudo, Francisco Alexandrino tinha também outras obrigações que deveria cumprir e que não exigiam o uso de armas, mas sim a do tinteiro. O militar exercia também a função administrativa. Precisava prestar conta às câmaras com relação aos armamentos e fardamentos que suas tropas utilizavam. Tinha de fazer registros de receitas e despesas de suas tropas. Como a prestação de contas com relação a caixas de guerra recebidas pelo agora não mais mestre de campo, mas coronel de milícias, Francisco Alexandrino, em 8 de outubro de 1799. Em cinco páginas, o coronel listou item por item recebido, entre facas, coletes, colheres de ferro, machados, entre inúmeros outros equipamentos.<sup>225</sup> Portanto, percebe-se que cada vez

<sup>223</sup> Cf: Carta de Francisco Alexandrino aos oficiais da Câmara de Vila Rica sobre a disposição da infantaria para a procissão de Corpus Christi. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos Cx. 95. planilha 20385. doc. 4. Vila Rica, 23 de maio de 1769.

<sup>224</sup> Cf: Carta do meirinho do campo Francisco Alexandrino sobre a fuga de presos da cadeia da Vila. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 150. Planilha 21441. doc. 1. Vila Rica, 31 de janeiro de 1782.

<sup>225</sup> Cf: Registro do livro de receita e despesa referente ao recebimento de caixas de guerra prontas, feito pelo coronel de milícias Francisco Alexandrino ao almoxarife Manuel Antônio de Carvalho. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 123. Plan. 20913. doc. 1. Vila Rica, 8 de outubro de 1799.

mais, no decorrer da segunda metade do século XVIII em Minas Gerais, a institucionalização das milícias negras se tornou mais rígida, sólida. Cada vez mais as funções dos oficialato superior das tropas foi se complexificando. E, paulatinamente, os soldados de cor foram adquirindo seu espaço nos círculos sociais da capitania.

Os soldados de cor passaram a fazer parte de uma ampla rede de sociabilidade e de ajuda mútua. Um exemplo disso foi quando o tenente e coronel do Regimento de Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos do Tejuco, Comarca do Serro Frio, João Marinho de Castro, pediu encarecidamente para que seu amigo, João Rodrigues de Macedo - contratador no Tejuco - para que acolhesse seu outro amigo, Joaquim Evaristo, o qual estava sem moradia. Na correspondência, há um tom de cordialidade por parte de Marinho de Castro, o qual diz a Macedo que Joaquim Evaristo é um bom homem e que merece qualquer forma de ajuda que fosse possível.<sup>226</sup> Ou seja, havia uma rede de solidariedade forte entre os soldados de cor que pertenciam aos diversos círculos sociais na capitania de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. Essa rede permitia uma troca de favores mútua entre os soldados, que utilizavam dessa rede como uma forma de conseguir mais facilmente cumprir seus intentos.

É interessante notar que na segunda metade do século XVIII em Minas Gerais, há um aumento no número de requerimentos dos oficiais de cor com relação à primeira metade de século. Por exemplo, no ano de 1770, Antônio da Costa Guimarães encaminhou um requerimento ao rei Dom José I solicitando a confirmação no posto de capitão da 1ª Companhia da Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos da cidade de Mariana<sup>227</sup>; em 1773, Guimarães aparece, nas nossas fontes, preso na cadeia da Vila de Sabará junto com o padre Antônio Carneiro Leão e com o alferes Cipriano Correia da Costa<sup>228</sup>. O capitão pede, então, para ser solto pois se considera inocente das acusações feitas pelo ouvidor da dita vila. Não sabemos quais foram as mencionadas acusações, porém, em 11 de fevereiro de 1778, o oficial já se encontra no posto de sargento-mor e comandante das Companhias Francas dos

---

<sup>226</sup> Cf: Carta de João Marinho de Castro a João Rodrigues de Macedo sobre o pedido de acolher Joaquim Evaristo. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 52. plan. 30390. doc. 1. Arraial do Tejuco, 30 de abril de 1798.

<sup>227</sup> Cf: Requerimento de Antônio da Costa Guimarães, capitão da 1ª Companhia da Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos da cidade de Mariana, solicitando a D.José-I a mercê de o confirmar no referido cargo. AHU – Minas Gerais, cx. 98, doc. 27. Minas Gerais, 21 de julho de 1770.

<sup>228</sup> Cf: Requerimento do pe. Antônio Carneiro Leão, do alferes Cipriano Correia da Costa, de Manuel de Figueiredo de Sá e Silva, do pe. Antônio Pereira Henriques e de Antônio da Costa Guimarães, presos na cadeia da Vila do Sabará e de outros moradores da mesma Vila, solicitando a D.José-I que os ponha em liberdade por se acharem inocentes das acusações feitas pelo ouvidor. AHU – Minas Gerais, cx. 105, doc. 76. Minas Gerais, 1773.

Homens Pardos Libertos do termo da cidade de Mariana<sup>229</sup>.

São muitos os casos semelhantes ao desse oficial pardo, nos quais esses homens aparecem subindo nos postos militares. Alguns, como o capitão da companhia dos Homens Pardos Libertos do Terço de Infantaria Auxiliar do termo de Vila Rica, Antônio Leite da Silva<sup>230</sup>, se apresentam na documentação pedindo confirmação de sesmaria. No caso de Leite da Silva, se tratava de meia légua de terra que ele possuía em Bom Jardim e Palmeira, termo da Vila Real do Sabará<sup>231</sup>.

Manuel Dias de Oliveira, capitão da Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos do distrito da Lage, da freguesia da Vila de São José do Rio das Mortes<sup>232</sup>, por sua vez, pedira, em 24 de outubro de 1803, confirmação de sesmaria de meia légua de terra que possuía na paragem chamada vertentes do córrego da Areia e Perdição, em Rio das Mortes<sup>233</sup>. Já João Pinto Coelho, nomeado em 1769 pelo então governador de Minas, o Conde de Valadares, no posto de capitão da 2ª Companhia da Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos, da Vila do Príncipe, Comarca do Serro do Frio<sup>234</sup>, anteriormente, para ser mais preciso no ano de 1754, havia pedido uma autorização para poder levantar um engenho de cana nas paragens da mencionada Comarca<sup>235</sup>. Ou seja, o capitão já detinha certo prestígio antes mesmo de ocupar um posto importante nos corpos militares da capitania.

José Pereira de Barros, que em 15 de abril 1779 pediu confirmação no posto de capitão de Infantaria Auxiliar da 2ª Companhia dos Homens Pardos Libertos do distrito do

<sup>229</sup> Cf: Requerimento de Antônio da Costa Guimarães, sargento-mor e comandante das Companhias Francas dos Homens Pardos Libertos do termo da cidade de Mariana, pedindo sua confirmação no exercício do referido posto. AHU – Minas Gerais, cx. 112, doc. 24. Minas Gerais, 11 de fevereiro de 1778.

<sup>230</sup> Cf: Requerimento de Antônio Leite da Silva, capitão de uma das companhias dos Homens Pardos Libertos do Terço de Infantaria Auxiliar do termo de Vila Rica, solicitando a D.José-I a mercê de o confirmar no exercício do referido cargo. AHU – Minas Gerais, cmd. 63254. Minas Gerais, 1770.

<sup>231</sup> Cf: Requerimento de Antônio Leite da Silva, pedindo confirmação de sesmaria de meia légua de terra que possui na paragem chamada Bom Jardim e Palmeira, termo da Vila Real do Sabará. AHU – Minas Gerais, cx. 108, doc. 27. Minas Gerais, 17 de maio de 1775.

<sup>232</sup> Cf: Requerimento de Manuel Dias de Oliveira, capitão da Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos do distrito da Lage, da freguesia da Vila de São José do Rio das Mortes, solicitando a D.José-I a mercê de o confirmar no exercício do referido cargo. AHU – Minas Gerais, cx. 103, doc. 54. Minas Gerais, 28 de setembro de 1772.

<sup>233</sup> Cf: Requerimento de Manuel Dias de Oliveira, solicitando confirmação de sesmaria de meia légua de terra que possui na paragem chamada vertentes do córrego da Areia e Perdição, na Comarca do Rio das Mortes. AHU – Minas Gerais, cx. 168, doc. 39. Minas Gerais, 24 de outubro de 1803.

<sup>234</sup> Cf: Carta patente passada pelo Conde de Valadares, D. José Luís Meneses, governador das Minas, nomeando a João Pinto Coelho no posto de capitão da 2ª Companhia da Ordenança de Pé dos Homens Pardos Libertos, da Vila do Príncipe, Comarca do Serro do Frio. AHU – Minas Gerais, cx. 95, doc. 47. Arraial do Tejuco, 26 de junho de 1769.

<sup>235</sup> Cf: Requerimento de João Pinto Coelho, pedindo autorização para poder levantar um engenho de cana na Comarca do Serro do Frio. AHU – Minas Gerais, cx. 65, doc. 9. Minas Gerais, 13 de julho de 1754.

arraial de Paracatu<sup>236</sup>, em 18 de março de 1784, solicita a D.Maria-I a mercê de o prover no cargo de advogado nos Auditórios do referido arraial<sup>237</sup>. Caso também interessante é o de Manuel da Mota Reis, o qual desde 1783 se encontrava no posto de sargento-mor do Terço de Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos Libertos da Vila de São José<sup>238</sup>, e que em 30 de julho de 1805 aparece em um requerimento solicitando à coroa passaporte para passar a Lisboa; o oficial tinha o intuito de aproveitar a viagem para cuidar de seus negócios<sup>239</sup>.

São inúmeros os requerimentos do oficialato de cor na segunda metade do século XVIII. Cruzando com outras fontes, podemos perceber uma vasta rede de solidariedade que os entrelaçava. Contudo, havia também questões de rivalidade entre os mesmos oficiais que pertenciam às milícias negras. Ou seja, os soldados não utilizavam da rede de solidariedade apenas para ajudar uns aos outros, como também para prejudicar. É o caso do acima mencionado Manuel da Mota Reis, sargento-mor que enviou uma carta ao governador Bernardo José de Lorena, para reclamar de um dos seus subordinados e para pedir que esse fosse retirado do posto o qual ocupava. Na Carta, Mota Reis afirma a Bernardo José que não gostaria de desautorizar um oficial de seu regimento, porém, avisa ao governador que o tal capitão – do qual não informa o nome – seria extremamente insuficiente em suas ações e totalmente incapaz de exercer as funções que posto de capitão de um corpo militar requeria. Além disso, diz na carta que o dito capitão vendeu todos os uniformes que havia recebido e que além disso pediu emprestado diversos outros uniformes para o seu tenente, os quais também consumiu. Mota Reis diz ainda que o capitão andava cotidianamente embriagado, “achando-se de todo quase nu”.<sup>240</sup>

Assim como Francisco Alexandrino, Mota Reis tinha também de cuidar das questões de segurança interna na capitania. Em outra carta endereçada ao governador Bernardo José de Lorena, de 20 de abril de 1800, informa a prisão de um sujeito que estaria causando alvoroço

<sup>236</sup> Cf: Requerimento de José Pereira de Barros, capitão de Infantaria Auxiliar da 2ª Companhia dos Homens Pardos Libertos do distrito do arraial de Paracatu, solicitando sua confirmação no exercício do referido posto. AHU – Minas Gerais, cx. 114, doc. 37. Minas Gerais, 15 de abril de 1779.

<sup>237</sup> Cf: Requerimento de José Pereira de Barros, capitão e morador no arraial do Paracatu, solicitando a D.Maria-I a mercê de o prover no cargo de advogado nos Auditórios do referido arraial. AHU – Minas Gerais, cx. 121, doc. 31. Minas Gerais, 18 de março de 1784.

<sup>238</sup> Cf: Requerimento de Manuel da Mata Reis, sargento-mor do Terço de Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos Libertos da Vila de São José, solicitando a D.Maria-I a mercê de o confirmar no exercício do referido cargo. AHU – Minas Gerais, cx. 120, doc. 33. Minas Gerais, 23 de outubro de 1783.

<sup>239</sup> Cf: Requerimento de Manuel da Mata Reis, morador na Vila de São João Del Rei, solicitando passaporte para passar a Lisboa. AHU – Minas Gerais, cx. 176, doc. 67. Minas Gerais, 30 de julho de 1805.

<sup>240</sup> Cf: Carta do sargento-mor Manuel da Mota Reis a Bernardo José de Lorena sobre a incapacidade do suplicante. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 152. plan. 21490. doc.1. Vila de São João, 20 de agosto de 1800.

em São João Del Rei. Por conta de repetidas queixas de roubos e mortes praticados por um indivíduo chamado Francisco Antônio, Manuel da Mota Reis teria pedido para que um grupo da infantaria de pardos fossem até a chácara onde ele se escondia para que o prendessem. Francisco Antônio foi preso. Contudo, segundo Mota Reis, o suspeito teria dito serem caluniosas as acusações contra ele. Ou seja, não teria assassinado nem roubado ninguém. Com relação aos itens que com ele foram encontrados na dita chácara, se defendeu dizendo que era soldado de infantaria, e por isso as possuía. Por conta disso, Manuel da Mota Reis o liberou, achando tal feito o mais justo a se fazer.<sup>241</sup> Aqui mais uma vez podemos perceber o efeito da rede de solidariedade militar que envolvia os soldados que pertenciam às milícias negras em Minas Gerais a partir da segunda metade do século XVIII. O sujeito que estava sendo acusado de praticar diversos crimes foi prontamente inocentado pelo sargento-mor, dizendo-se pertencente a uma infantaria de pardos.

O já mencionado João Marinho de Castro, tenente-coronel do Regimento de Infantaria Auxiliar dos Homens Pardos do Arraial do Tejuco, da Comarca do Serro Frio, também é um oficial de cor que aparece constantemente, nas fontes por nós consultadas, trocando correspondências com as autoridades coloniais e executando diversas atividades que o colocam como pertencente a um círculo social dinâmico e envolto por uma rede de solidariedade bastante eficaz. Em algumas fontes, João Marinho de Castro aparece fazendo cobranças relativas à prestação de contas de itens enviados a Goiás,<sup>242</sup> em outras, pedindo às câmaras que julguem mais rapidamente a questão do seu subordinado, o capitão João de Sá, que teria dívidas pendentes junto à câmara do Tejuco.<sup>243</sup> Em outras correspondências, o oficial aparece pedindo ao procurador Vicente Vieira da Mota que toma providências com relação ao pagamento de um de seus oficiais, o tenente Luís José, por conta de seus serviços prestados.<sup>244</sup> O alferes João Marinho de Castro, portanto, tinha um posto militar, mas atuava como um articulador e administrador até mesmo das questões econômicas que existiam em sua tropa.

<sup>241</sup> Carta do sargento-mor Manuel da Mota Reis ao governador Bernardo José de Lorena sobre a confirmação que Manoel Ribeiro está doente. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 147. plan. 21394. doc. 4. São João Del Rei, 20 de abril de 1800.

<sup>242</sup> Carta de João Marinho de Castro a Vicente Vieira da Mota, sobre cobrança feita em Goiás e demora da sentença de João de Sá. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 98. plan. 20422. doc.1. Arraial do Tejuco, 29 de março de 1784.

<sup>243</sup> Carta de João Marinho de Castro a Vicente Vieira da Mota sobre o recebimento e envio dos documentos sobre de cobrança da dívida do capitão João de Sá pendente na Câmara. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 98. plan. 20423. doc. 2. Arraial do Tejuco, 06 de fevereiro de 1784.

<sup>244</sup> Carta de João Marinho de Castro a Vicente Vieira da Mota sobre o pagamento dos serviços prestados pelo tenente Luís José. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 98. plan. 20423. doc. 1. Arraial do Tejuco, 29 de março de 1784.

Era responsável até mesmo pela realização de empréstimos aos seus oficiais, desde que estes fizessem um documento alegando a promessa de pagar a dívida em determinada data futura.<sup>245</sup> Assim como Francisco Alexandrino, Castro tinha a obrigação tanto de defender o interior da colônia dos *inimigos internos*, como também administrar todas as questões que envolviam a instituição militar que estava cada vez mais se enrijecendo naquela capitania.

Portanto, como vimos, podemos considerar que na segunda metade do século XVIII, pertencer ao oficialato de cor nas milícias negras significava participar ativamente dos principais círculos sociais da capitania, pertencendo a uma vasta rede de solidariedade que permitia que aqueles homens de cor que pertencessem à instituição tivessem certos tipos de privilégio. O campo militar específico dos homens de cor foi sendo construído, e no interior dele havia além da solidariedade, disputas internas por espaço e por prestígio. Aqueles que ascendiam socialmente, conseguiam privilégios que os indivíduos que ocupavam os postos mais baixos muitas vezes não tinham. Esse campo militar que aos poucos foi se formando, contribuiu para que, segunda metade do século XVIII - ao contrário da primeira metade - houvesse a origem de um sentimento de pertencimento a um corpo militar composto por soldados de cor. Como vimos, na primeira metade do século, a atividade de defesa ante os *chamados inimigos* internos da capitania se reduzia às ações dos capitães do mato e de outras tropas irregulares que aparecem nas fontes de forma muito escassa. No entanto, a figura do capitão do mato era paradoxal. Se por um lado, representavam uma força militar capaz de agir contra os indígenas hostis e os negros fugidos que se encontravam em quilombos e mocambos, por outro eram vistos como quase à margem da sociedade, e colocados pelas autoridades quase como aliados daqueles que eles deveriam combater. Por isso as inúmeras tentativas da coroa em se regular a atividade de capitão do mato. Os governadores queriam exercer o controle sobre aqueles homens de cor, dando a eles limites em suas ações, legislando com relação às suas atividades e assim por diante. Na segunda metade do século XVIII, com o advento dos conflitos entre Portugal e Espanha tanto na Europa quanto nas Américas, a coroa decidiu ampliar suas forças terrestres. Por esse motivo, Carta Régia de 1766 foi um instrumento utilizado pela coroa que tinha o intuito de iniciar a reestruturação dos corpos militares na América portuguesa. Na esteira dessa reestruturação, as milícias negras paulatinamente tiveram de ser institucionalizadas. Em consequência dessa institucionalização,

---

<sup>245</sup> Promessa de pagamento feita por João Carneiro da Silva e companhia ao alferes João Marinho de Castro referente ao empréstimo de quantia. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – Minas Gerais. Casa dos Contos. Cx. 79. plan. 20108. doc.1. Arraial do Tejuco, 26 de maio de 1785.

surgiu uma camada social de oficiais de cor que no decorrer da segunda metade do século XVIII, na capitania de Minas Gerais, passaram a lentamente integrar os principais círculos sociais que existiam na capitania. É óbvio que a presença de homens de cor nesses círculos sociais, bem como a vasta rede de solidariedade à qual pertenciam estes sujeitos não se deu somente por conta da institucionalização dos corpos militares dos quais faziam parte. Devem ser levadas em conta também as inúmeras mudanças sociais, econômicas e culturais pelas quais passou a Capitania de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. Contudo, a importância da institucionalização acima mencionada não deve ser considerada pequena. Além disso, há de se lembrar que ainda existem os casos daqueles indivíduos que praticamente não aparecem nos documentos. São os soldados da parte mais baixa da hierarquia militar, representantes também das camadas mais baixas da população das Minas setecentistas. Porém, isso não nos impede de concluir que, para um homem de cor, fazer parte de um corpo militar influenciava de maneira tangente o seu *habitus* social<sup>246</sup>. Os soldados de cor sociabilizavam-se, trocavam experiências, viviam numa configuração social dotada de hierarquias e regras comuns a todos aqueles que faziam parte das milícias negras.

---

<sup>246</sup> Utilizamos aqui o conceito de *Habitus* empregado por Norbert Elias em seus estudos. Conceito presente em obras como: ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Tradução de Ruy Jurgman. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993; ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. São Paulo: Jorge Zahar Editores, 2001; e ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1994.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Minas Gerais nasceu no século XVIII. Naquela remota região, uma nova sociedade surgiu no seio da América portuguesa. Por conta da exploração do ouro, levas humanas se dirigiram àquele local com o intuito de enriquecerem e começarem uma nova vida. A população daquela região cresceu rapidamente, crescimento esse que trouxe consigo os primeiros problemas naquele lugar que seria posteriormente chamado de capitania de Minas Gerais. Os primeiros anos foram caóticos. Mortes, violência, fome. A coroa portuguesa teve que cada vez mais ficar mais presente para evitar que os problemas de Minas Gerais se tornassem incontroláveis. A exploração do ouro e o assentamento humano – o qual necessitava do cultivo da terra para a subsistência – demandavam mão-de-obra. Os escravos se tornaram numerosos com o tempo. Tanto é verdade que em menos de um século de existência a capitania de Minas Gerais se tornou aquela com o maior contingente de escravos de toda a América portuguesa. A medida que a mão de obra escrava ganhava grandes proporções na capitania, maior era o número de quilombos e mocambos que surgiam nas inúmeras imediações que faziam parte de Minas Gerais. Da mesma forma, quanto mais se explorava os territórios em busca de metais preciosos, mais grupos de indígenas hostis eram encontrados. Ataques de indígenas e quilombolas, roubos, mortes, fome caminhavam lado a lado com o desenvolvimento da capitania. Durante todo o século XVIII, um dos grandes temores das autoridades mineiras era a formação de um conglomerado de quilombos e mocambos que fosse semelhante ao de Palmares, na Bahia. Na primeira metade do século, para combater os *inimigos internos*, utilizou-se a figura controversa do capitão do mato. Homens de cor, geralmente da categoria dos libertos, estavam à margem da sociedade, ao mesmo tempo que enfrentavam grupos que também se encontravam à margem. No decorrer do século, os governos coloniais sempre desconfiaram dos capitães do mato. Buscaram todas as formas de regular suas atividades. Legislaram acerca de suas funções, limitaram seu raio de ação. As autoridades levavam muito em conta a ideia generalizada da elite branca mineira de que aqueles homens poderiam se unir aos que perseguiam para tomar o controle da capitania. Não era fácil para essa elite aceitar que homens de cor, por mais que fossem livres, utilizassem armas e agissem da maneira que bem entendessem quando estivessem exercendo sua função.

Contudo, na segunda metade do século o quadro se transformou: os constantes



conflitos entre Portugal e Espanha ganharam proporções nunca antes observadas entre as duas coroas. A guerra seria travada não só no continente europeu como também na próprias colônias na América. Ambas às coroas chegaram à conclusão de que os novos tempos demandavam a reestruturação de suas defesas militares. A Carta Régia de 1766 foi escrita pelas autoridades portuguesas com o intuito de fazer uma ampla reestruturação na força militar do Estado do Brasil. Soldados seriam mobilizados, recrutados, treinados. Praticamente tudo seria reformulado no que dizia respeito aos corpos militares da América portuguesa. Entre essas mudanças, estava aquela destinada ao seguimento dos homens de cor. As milícias negras foram reguladas a partir desse momento. Em Minas Gerais, Dom Antônio de Noronha, pressionado tanto pelo próprio Marquês de Pombal quanto pelo vice-rei do Estado do Brasil, o Marquês do Lavradio, proporcionou uma intensa reestruturação das forças militares na capitania. Entre inúmeras medidas tomadas com esse intuito, o governador reformulou os Terços de Pretos e Pardos, criados na década de 1760, mas somente fortalecidos na metade da década de 1770 com Noronha. O governador enfrentou inúmeras dificuldades no que diz respeito às questões que tratavam tanto da segurança interna como também da externa. Pois naquele momento de guerra era imprescindível que se formassem corpos militares capazes de enfrentar os espanhóis em caso de invasão. Além disso, Noronha tinha de ajudar o seu amigo vice-rei, Lavradio, na guarnição do Rio de Janeiro. Da mesma forma, foi ordenado que o governador preparasse uma tropa com quatro mil homens que pudessem ser utilizados como soldados recrutas no palco do conflito nas partes meridionais da América portuguesa. Mesmo com todos esses percalços, a institucionalização das milícias negras nas Minas Setecentistas se tornou cada vez mais forte. Formou-se um oficialato de cor que passou a ocupar espaços não antes possíveis a indivíduos daquela tessitura social.

Ao final do século XVIII, já havia uma considerável quantidade de soldados de cor que passaram a fazer parte dos principais círculos sociais em Minas Gerais. Tanto uma rede de solidariedade ente os indivíduos quanto um sentimento de pertencimento à instituição militar de cor passaram a estar cada vez mais presentes no cotidiano mineiro setecentista. A institucionalização das milícias negras possibilitou a inúmeros homens de cor tanto ascenderem socialmente quanto a terem sua função social reconhecida. É claro que essa mudança na configuração social das Minas Setecentistas não se deve somente à institucionalização acima mencionada. Muitos outros fatores sociais, culturais e econômicos contribuíram para essa mudança na configuração social. Todavia, a grande parcela de

contribuição da institucionalização das milícias negras na segunda metade do século XVIII em Minas Gerais deve ser levada em conta quando pensamos nessas transformações.

## REFERÊNCIAS

### Fontes:

- ANAIIS DA BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. VOL. XXVIII. Rio de Janeiro, 1908. *Informação Geral da Capitania de Pernambuco (1749)*.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Casa dos Contos. Minas Gerais.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Camara Municipal de Sabará. Minas Gerais.
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (Lisboa). Projeto Resgate. Minas Gerais (1750-1800).
- BIBLIOTECA NACIONAL. (manuscritos) *Livro segundo das cartas que o Ill.mo e Ex.mo Sr. D. Antônio de Noronha, Capitão General da Capitania de Minas Gerais escreveu durante o seu governo que teve princípio em 20 de maio de 1776*. Códice, 02, 02, 024.
- BIBLIOTECA NACIONAL. (manuscritos). *Livro terceiro das cartas que recebeu o ilustríssimo Senhor D. Antônio de Noronha. Governador e Capitão General da Capitania de Minas Gerais, que teve princípio em 28 de maio de 1775*. Códice, 19, 3, 39.
- BIBLIOTECA NACIONAL. (manuscritos). *Livro de Registro das Patentes Militares*. (códice 14, 4, 24), p. 46.
- COELHO, J.J.T. *Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais* (1780). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. (Coleção Mineiriana).
- DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO (D.I.) São Paulo: Arquivo do Estado, 1902. (VOLUMES LXVIII e LXXIX)
- LAVRADIO, Marquês do. *Cartas do Rio de Janeiro (1769-1776)*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Instituto Estadual do Livro, 1978.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Século XVIII, século Pombalino do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1989, 801 p. (Biblioteca Reprográfica Xerox).
- REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, ANO II, VOLUME, II. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1897.
- REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, ANO XXV, VOLUME II. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1938.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. VOL. V. Belo Horizonte, 1958.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. VOL. VI. Belo Horizonte, 1959.

### Referências Bibliográficas:

- ALDEN, D. The Population of Brazil in the Late Eighteenth Century: A Preliminary Study. In: *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 43, No. 2. (May, 1963), pp. 173-205.
- ALDEN, Dauril. O período final do Brasil Colônia (1750-1808). In: BETHEL, Leslie (Org.). *América Latina colonial*. Trad. Mary A. L. de Barros & Magda Lopes. S. Paulo: Edusp/FUNAG, 1999.
- ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil – with special reference to the administration of the marquis of Lavradio, viceroy, 1769-1779*. Berkeley/Los Angeles, 1968.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. Guerras, sedições e motins. Introdução. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. Um exercício de auto-subversão: rebeldes e facinorosos na

- Sedição de 1736: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. Um exercício de auto-subversão: rebeldes e facinorosos na Sedição de 1736: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
- ANTUNES, Álvaro de Araújo. Administração da Justiça nas Minas Setecentistas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
- ARIÈS, Phillippe. Para uma história da vida privada. In: Ariès, P. & Duby, G. (Orgs.). *História da vida privada (vol. 3)*. Trad. Armando Luís de Carvalho Homem. Lisboa: Afrontamento, 1990, pp. 7-19.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. Negros e Quilombos em Minas Gerais. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1972.
- BERGARD, L. *Slavery and the demographic and economic history of Minas Gerais, 1720-1880*. Cambridge University Press, 1999.
- BERLIN, I. ; MORGAN, P. *Cultivation and culture: labor and the shaping of slave life in the Americas*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1993.
- BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no Novo Mundo: do Barroco ao Moderno, 1492-1800*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BLACKBURN, Robin. *The making of New World Slavery: from the baroque to the modern, 1492-1800*. London: New York: Verso, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. Editora Perspectiva, São Paulo, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.
- BOXER, C.R. *A idade de ouro do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BRADING, David. A Espanha dos Bourbons e seu Império americano. In BETHEL, Leslie (Org.). *América Latina Colonial*. São Paulo: Edusp, 1999, v.1.
- CHARTIER, Roger. Construção do Estado moderno e formas culturais. Perspectivas e questões. In: Chartier, R. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990, pp 215-229.
- CHAVES, C. M. G. ; PIRES, M. C. ; MAGALHÃES, S. M. (Orgs.). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal*. Ouro Preto: UFOP, 2008, p. 26.
- COMITAS, L. ; LOWENTHAL, D. *Slaves, free men, citizens: West Indian perspectives*. Garden City, N. Y., Anchor Books, 1973.
- COSTA, A. P. P. . "Homens de Qualidade": uma análise do perfil social das chefias militares dos Corpos de Ordenanças em Minas colonial. In: XII Encontro Regional de História - ANPUH/RJ, 2006, Rio de Janeiro. Anais do XII Encontro Regional de História ANPUH/RJ, 2006.
- COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735-1777)*. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- COTTA, Francis Albert. *Negros e mestiços nas milícias da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.
- COTTA, Francis Albert. *No rastro dos Dragões: universo militar luso-brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte, 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais.

- COTTA, Francis Albert. Os Terços de Homens Pardos e Pretos Libertos: mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII. In: [MNEME – Revista de Humanidades](#). UFRN – CERES, 2003.
- DANTAS, Mariana L. R. Em benefício do bem comum: esquadrões de caçadores do mato nas Minas setecentistas. In: LIBBY, Douglas Cole ; FURTADO, Júnia Ferreira. *Trabalho Livre, Trabalho Escravo. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.
- DIEZ, H.; ELKIN, J.; ROUMANI, M. *Ethnicity, integration, and the military*. Boulder: Westview Press, 1991.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo, Ed. Martin Claret, 2002.
- ELIAS, Norbert. Introdução. Ensaio Teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. In Elias, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, pp. 19-50.
- ELIAS, Nobert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Tradução de Ruy Jurgman. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. São Paulo: Jorge Zahar Editores, 2001
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1994.
- EZE, E. C. *Race and the enlightenment: a reader*. Cambridge, Mass.: Blackwell, 1997.
- FAGE, J. D. *História da África*. Trad. Aida Freudenthal. Lisboa: Edições 70, 1997.
- FONSECA, Alexandre Torres. A Revolta de Felipe dos Santos. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
- FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- GENOVESE, Eugene D. *From the rebellion to revolution: Afro-American slave revolts in the making of the modern world*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1992.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: Ginzburg, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, pp.143-179.
- GUIMARÃES, Carlos Magno. Escravidão e quilombos nas Minas Gerais do século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
- GUIMARÃES, Carlos Magno. Mineração, Quilombos e Palmares: Minas Gerais no século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 139-163.
- HESPAÑA, António Manuel. A Constituição do Império Português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. :in João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa. *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp. 163-188.
- HESPAÑA, António Manuel. *Panorama histórico da cultura jurídica europeia*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997. p. 58-63.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- KLEIN, Herbert S. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. *Estudos econômicos*. Vol. 17, nº 2, maio/agosto, 1987.
- KLEIN, Herbert S. Os homens livres de cor na sociedade escravista brasileira. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 17, 1978.
- KLEIN. H. The Colored Freedmen in Brazilian Slave Society. In: *Journal of Social History*,

Vol. 3, No. 1. (Autumn, 1969), pp. 30-52.

KOPYTOFF, I. & MIERS, S. *Slavery in Africa: historical and anthropological perspectives*. Madison: University of Wisconsin Press, 1977.

KRAAY, Hendrik. Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos: o "recrutamento" de escravos na guerra da Independência na Bahia. *Revista brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n. 43, 2002.

KRAAY, Hendrik. *Race, State, and Armed Forces in Independence-Era Brazil: Bahia, 1790s-1840s*. Stanford: Stanford University Press, 2001.

KUETHE, Allan J. [The Status of the Free Pardo in the Disciplined Militia of New Granada](#). *The Journal of Negro History*, Vol. 56, No. 2. (Apr., 1971), pp. 105-117.

KÜHN, Fábio. A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII. In: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre : PUCRS, v.XXV, n.2, pp. 91-112, dez./1999, p. 91.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LARA, Silvia Hunold. Do singular ao plural. Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 81-109.

LIMA, Carlos A. M. . Escravos de peleja: a instrumentalização da violência escrava na América Portuguesa (1580-1850). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, p. 131-152, 2002.

LOKKEN, PAUL. Useful Enemies: Seventeenth-Century Piracy and the Rise of Pardo Militias in Spanish Central America. In: *Journal of Colonialism and Colonial History*, 2004.

LYRA, Maria de Lourdes Vianna. *A utopia do poderoso império*. Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822). Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994, pp. 17-23, 107-189.

MARAVALL, José Antônio. *A cultura do barroco. Análise de uma estrutura histórica*. São Paulo: Edusp, 1997.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos estudos*. - CEBRAP., São Paulo, n. 74, 2006.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa : a inconfidência mineira : Brasil-Portugal-1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: *Chocolates, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 157-208.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês do Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. R. de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MAXWELL, Kenneth. Pombal e a nacionalização da economia luso-brasileira. In: *Chocolates, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 89-124.

MEILLASSOUX, Claude. *The anthropology of slavery: the womb of iron and gold*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

MELLO, Christiane F. Pagano de . A Guerra e o Pacto. A política de intensa mobilização militar nas Minas Gerais.. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Org.). *A Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV / Bom Texto, 2004, v. , p. 67-85.

NOVAIS, Fernando A. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. *Revista Brasileira de História*. N° 7, 1984, pp 105-118.

- PAIVA, E. F. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- PAIVA, E. F. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: ANNABLUME, 1995.
- PATTERSON, O. *Slavery and Social Death: A Comparative Study* (Harvard University Press, 1982).
- PAULA, João Antônio de. A mineração de ouro em Minas Gerais do século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Vol. 1, Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
- PAULA, L. F.; SILVA, L. G.; SOUZA, F. P. A Guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos: uma análise comparativa (Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, 1775-1777). *Anais da VII Jornada Setecentista*, Departamento de Historia, Universidade Federal do Paraná, 2007.
- POSSAMAI, Paulo César. A Colônia do Sacramento, o “jardim da América”. In.: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre : PUCRS, v. 30, n. 1, p. 33-46, jun./2004, p. 40-41.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- QUARLES, Benjamin. The Colonial Militia and Negro Manpower. In: *The Mississippi Valley Historical Review*, Vol. 45, No. 4. (Mar., 1959).
- RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 164-192.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- REIS, J. J. & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Vol. 1 e 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
- ROMEIRO, Adriana. A Guerra dos Emboabas: novas abordagens e interpretações. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
- RUIBAL, Beatriz. Cultura y política en una sociedad de Antiguo Régimen. In: TANDETER, Enrique (dir.). *La sociedad colonial*. Buenos Aires: sudamericana, 2000 (“Nueva Historia Argentina”).
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. O Brasil colonial: o ciclo do ouro, c. 1690-1750. In: BETHEL, Leslie (Org.). *América Latina colonial*. Trad. Mary. A. L. de Barros & Magda Lopes. São Paulo: Edusp/FUNAG, 1999, pp. 471-525.
- SALGADO, Graça (Org.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SCARANO, J. *Negro nas terras do ouro: cotidiano e solidariedade século XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- SCHIERA, Pierangelo. Sociedade de Estados, de ordens ou corporativa. In: Hespanha, A. M. *Poder em instituições da Europa no Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p. 145-153.

- SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.
- SCHWARTZ, Stuart B. O Brasil colonial, c. 1580-1750: as grandes lavouras e as periferias. In: BETHEL, Leslie (Org.). *América Latina colonial*. Trad. Mary A. L. De Barros & Magda Lopes. São Paulo: Edusp/FUNAG, 1999.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo/Brasília: Cia das Letras/CNPq, 1988.
- SILVA, Flávio Marcus da. Práticas comerciais e o abastecimento alimentar em Vila Rica na primeira metade do século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais - As Minas Setecentistas*. Vol. 1. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
- SILVA, José Justino de Andrade e. *Legislação Portuguesa compilada e anotada*. Lisboa, Imprensa de F. X. De Souza, 1856.
- SILVA, José Justino de Andrade e. *Legislação Portuguesa compilada e anotada (1641-1683)*. Lisboa, Imprensa de F. X. De Souza, 1857.
- SILVA, Kalina Vanderlei . Os Henriques nas Vilas Açucareiras do Estado do Brasil: Tropas de Homens Negros em Pernambuco, séculos XVII e XVIII. *Estudos de História*. Franca, v. 09, n.2, p. 145-194, 2002.
- SILVA, L. G. ; SOUZA, F. P. ; PAULA, Leandro Francisco de. A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos: uma análise comparativa (Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, 1775-1777). In: DORÉ, Andréa ; SANTOS, A. C. de A. *Temas Setecentistas. Governos e populações no Império Português*. Curitiba: UFPR – SCHLA/Fundação Araucária, 2008.
- SILVA, Luiz Geraldo . 'Sementes da sedição'. Revolta escrava, etnia e controle social na América portuguesa (1750-1815). *Afro-Asia*, Salvador, BA, v. 25-26, p. 09-60, 2001.
- SILVA, Luiz Geraldo . Da festa à sedição: sociabilidades, etnia e controle social na América portuguesa. *História: Questões e Debates*, Curitiba, v. 30, p. 83-110, 1999.
- SILVA, Luiz Geraldo . Religião e identidade étnica. Africanos, crioulos e irmandades na América portuguesa. *Cahiers des Amériques Latines*, Paris, v. 44, n. 3, p. 77-96, 2003.
- SOUZA, Fernando Prestes de. *Milicianos pardos em São Paulo: cor, identidade e política. (1765-1831)*. Curitiba, 2011. (Dissertação de mestrado)
- SOUZA, L. M. . Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- SOUZA, L. M. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª edição, 1986.
- SOUZA, L. M. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- SOUZA, L. M. *O Sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do Século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SOUZA, L. M. Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombolas. Minas Gerais, 1769. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 193-212.
- STUCKEY, S. *Slave culture: nationalist theory and the foundations of Black America*. New York: Oxford University Press, 1987.
- TAPIA, Angel Sanz. *El final del Tratado del Tordesillas: la expedición del virrey Cevallos al río de la plata*. Valladolid: Junta de Castilla y Leon, 1994.
- THOMPSON, E. P. *Customs in common: studies in traditional popular culture*. New York: The New Press, 1993.



- THOMPSON, E. P. *The making of the English working class*. New York: Vintage Books, (1966).
- TORRÃO FILHO, Amilcar. O “milagre da onipotência” e a dispersão dos vadios: política urbanizadora e civilizadora em São Paulo na administração do morgado de Mateus (1765-1775). *Estudos Ibero-Americanos*, Brasília, DF, 31.1, 17 11 2006. Disponível em: <<http://caioba.pucrs.br/iberoamericana/ojs/viewarticle.php?id=34>>. Acesso em: 21 06 2007.
- VINSON, B. III. Free Colored Voices: Issues of Representation and Racial Identity in the Colonial. In: Mexican Militia. In: *The Journal of Negro History*, Vol. 80, No. 4. (Autumn, 1995), p. 170.
- VINSON, Ben III. *Bearing arms for his majesty: the free-colored militia in colonial Mexico*. Stanford University Press, 2001.
- VOELZ, Peter M. *Slave and soldier: the military impact of Blacks in the colonial Americas*. New York: Garland, 1993.
- WEBER, Max. *Conceitos básicos de sociologia*. São Paulo: Centauro, 2002.